



Relatório das **CONTAS DE GOVERNO MATO GROSSO**

Secretaria de
Controle Externo de
Obras e Infraestrutura

EXERCÍCIO
2021

tce
mt



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Processo nº.	540234/2021
Principal	Governo do Estado de Mato Grosso
CNPJ	03.507.415/0001- 44
Assunto	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2021 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Governador	Mauro Mendes Ferreira
Relator	Conselheiro Valter Albano

Equipe de Auditoria – Equipe Técnica de Análise das Contas do Governador	
Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviço de Engenharia ¹	
Secretário	André Luiz Souza Ramos
Supervisora	Patrícia Lopes Griggi Pedrosa
Auditora Responsável	Elisângela Luz Alves da Guia

¹ Ordem de Serviço nº 1391/2022 emitida no *Conex-e*, tendo em vista a constituição da Portaria nº 048/2022 deste Tribunal.





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. INVESTIMENTO EM OBRAS PÚBLICAS.....	6
2.1. Plano Plurianual – 2020-2023 (Lei 11.071/2019)	6
2.2. Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO /2020 (Lei nº 10.986/2019)	16
2.3. Lei Orçamentária Anual – LOA/2019 (Lei nº 11.086/2020)	19
2.3.1. Resumo de despesa orçamentária por unidade orçamentária (FIP 617) FIPLAN.....	21
2.3.2. Demonstrativo da despesa orçamentária (FIP 613) FIPLAN.....	22
2.4. Conclusão do Tópico 2.....	24
3. COMPARATIVO ENTRE AS METAS E PRIORIDADES DEFINIDAS NO PPA-2020/2023 E NO QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA (FIPLAN) PARA O EXERCÍCIO DE 2021 COM OS DADOS APRESENTADOS NO RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG/2021.....	26
3.1. Programa 338 – Infraestrutura e Logística.....	27
3.1.1. Ação 1283 – Construção de obras de artes especiais e correntes	27
3.1.2. Ação 1287 – Pavimentação de rodovias.....	36
3.1.3. Ação 1289 – Restauração de rodovias pavimentadas.....	48
3.1.4. Ação 1291 – Elaboração de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário.....	58
3.1.5. Ação 1763 – Apoio e execução de habitação e infraestrutura.....	63
3.1.6. Ação 2128 – Reformas de ponte de madeira	69
3.1.7. Ação 2151 – Manutenção de rodovias não pavimentadas.....	73
3.1.8. Ação 2209 – Conservação de rodovia pavimentada.....	79
3.1.9. Ação 3105 – Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014.....	85
3.1.10. Ação 5148 – Pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais	96
3.2. Programa 527 – APRENDIZAGEM EM FOCO	102
3.2.1. Ação 2217 – Reforma e ampliações de espaços educacionais	103
3.2.2. Ação 2792 – Construção de espaços educacionais.....	112
3.3. Conclusão do Tópico 3	120





4. FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO (FETHAB) E O SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS DO FETHAB ÓLEO DIESEL PARA MUNICÍPIOS	122
4.1 Conclusão do Tópico 4.....	131
5. OBRAS PARALISADAS.....	132
5.1 Relação de Obras Paralisadas sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA).....	134
5.2 Relação de Obras Paralisadas sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).....	140
5.3 Conclusão do Tópico 6.....	145
6. CONCLUSÃO.....	146





1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Relatório Técnico Preliminar relativo às Contas Anuais de Governo do Estado de Mato Grosso, exercício de 2021, de responsabilidade do Exmo. Governador do Estado, Sr. Mauro Mendes Ferreira, correspondente a obras e serviços de engenharia.

Inicialmente, relevante analisar os investimentos direcionados às obras públicas, em especial, o alcance das metas previstas nas peças orçamentárias do Governo do Estado de Mato Grosso:

- i) Plano Plurianual – PPA;
- ii) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e
- iii) Lei de Orçamento Anual – LOA.

Por conseguinte, fundamental a avaliação do cumprimento, pelas Secretarias de Estado, das metas físicas propostas nas peças de planejamento e de orçamento do governo estadual, bem como da execução orçamentária e financeira das despesas realizadas por meio dos PAOE's²: 1283³, 1287⁴, 1289⁵, 1291⁶, 1341⁷, 1763⁸, 2128⁹, 2151¹⁰, 2209¹¹, 3105¹², 3117¹³ e 5110¹⁴, 5148¹⁵, 5168¹⁶, 5218¹⁷, ações governamentais desempenhadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, e as ações 2217¹⁸ e 2792¹⁹, desempenhadas pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, para execução de obras e serviços de engenharia em

² Programa, Atividade e Operações Especiais

³ Construção de obras de artes especiais e correntes.

⁴ Pavimentação de rodovias

⁵ Restauração de rodovias pavimentadas

⁶ Elaboração e revisão de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário

⁷ Estruturação de modais de transporte

⁸ Apoio e Execução de habitação e infraestrutura

⁹ Reforma de ponte de madeira

¹⁰ Manutenção de rodovias não pavimentadas

¹¹ Conservação de rodovias pavimentadas

¹² Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa e 2014.

¹³ Pavimentação e recuperação de vias urbanas nos municípios do Estado

¹⁴ Implantação de Veículo Leve sobre trilhos em Cuiabá e Várzea Grande

¹⁵ Pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais

¹⁶ Apoio e execução de obras civis e infraestrutura urbana

¹⁷ Construção do Hospital Universitário Júlio Muller em Cuiabá por meio de convênio com a UFMT

¹⁸ Reforma e ampliação de espaços educacionais

¹⁹ Construção de espaços educacionais





Mato Grosso.

Ademais, imprescindível a avaliação da sistemática que envolve a aplicação e a prestação de contas dos recursos advindos do FETHAB (Fundo Estadual de Transporte e Habitação), relativamente ao FETHAB Óleo Diesel.

Por fim, importante a análise nos sistemas informatizados do TCE-MT para se constatar a relação das obras paralisadas sob responsabilidade do Poder Executivo Estadual, mais especificamente as sob gestão da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).





2. INVESTIMENTO EM OBRAS PÚBLICAS

A análise relativa aos investimentos em obras públicas foi elaborada pela equipe da Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura do Tribunal Contas do Estado de Mato Grosso (Secex-Obras/TCE-MT), para verificar, em especial, o alcance das metas previstas nas peças orçamentárias do Governo do Estado de Mato Grosso:

- i) Plano Plurianual – PPA;
- ii) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e
- iii) Lei de Orçamento Anual – LOA.

2.1. Plano Plurianual – 2020-2023 (Lei nº. 11.071/2019)

O PPA do Estado de Mato Grosso para o quadriênio 2020/2023 foi instituído pela Lei nº 11.071/2019 e alterada pelas Leis nº11.307/2021, nº. 11.312/2021, nº. 11.614/2021.

O PPA foi estruturado em 04 (quatro) eixos fundamentais, conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 11.071/2019, são eles:

- 1. Qualidade de vida para os mato-grossenses;
- 2. Mato Grosso desenvolvido e sustentável;
- 3. Gestão Pública moderna e eficiente;
- 4. Atuação dos demais Poderes e Órgão Autônomos.

Esses eixos expressam a dimensão estratégica do Governo e buscam nortear a organização e a priorização dos programas e das ações do Estado.

O Anexo III do Plano Plurianual 2020-2023 (PPA em números) apresenta as diretrizes vinculadas a cada eixo estruturante, conforme apresentado abaixo:





Quadro 1 - Eixos e Programas – Plano Plurianual 2020-2023

1 – QUALIDADE DE VIDA PARA OS MATO-GROSSENSES	
411 – Proteção e defesa do consumidor	R\$ 37.963.914,96
506 – Compromisso com trânsito seguro	R\$ 147.981.673,44
508 - Gestão de riscos e desastres	R\$ 5.262.000,00
509 – Política de gestão penitenciária para reinserção social	R\$ 412.621.105,04
512 – Promoção da cidadania, segurança alimentar e inclusão social	R\$ 140.864.342,59
513 – Programa estadual de direitos humanos	R\$ 32.279.519,40
519 – Segurança proativa e inteligente	R\$ 329.204.152,45
520 – Sistema de atendimento socioeducativo – MT	R\$ 13.934.352,28
521 – Ampliação do acesso ao esporte e lazer	R\$ 64.158.578,26
522 – Proteção social e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS	R\$ 65.935.167,26
523 – Ampliação do acesso à cultura	R\$ 112.715.178,00
524 – Salvar e proteger	R\$ 88.954.167,90
526 – Mato Grosso Mais Saúde	R\$ 4.341.721.916,43
527 – Aprendizagem em foco	R\$ 1.343.820.135,68
528 – Consolidação da educação superior para desenvolvimento do Estado de Mato Grosso	R\$ 218.957.619,94
531 – Tolerância Zero	R\$ 351.532.925,78
532 – Desenvolvimento da Economia Criativa	R\$ 14.800.000,00





2- MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL	
214 – Defesa sanitária vegetal	R\$ 4.287.728,77
216 – Defesa sanitária animal	R\$ 19.262.981,83
338 – Infraestrutura e logística	R\$ 2.917.579.613,31
339 – Desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação	R\$ 144.961.571,43
345 – Desenvolvimento da educação profissional e superior	R\$ 2.112.516,97
382 – Agricultura familiar inclusiva e sustentável	R\$ 78.679.742,16
385 – Mato Grosso Maior e Melhor	R\$ 164.100.369,02
393 – Promoção da conservação ambiental para melhoria da qualidade de vida	R\$ 104.879.962,32
504 -Parcerias, investimento e participações	R\$ 519.042.957,25
514 – Parcerias e concessões	R\$ 745.000.000,00
517 – Regulação dos serviços públicos delegados	R\$ 2.935.973,52
518 – Regularização fundiária	R\$ 73.692.624,00

3 – GESTÃO PÚBLICA MODERNA E EFICIENTE	
356- Governo digital	R\$ 66.044.401,22
500 – Gestão de políticas públicas	R\$ 3.320.000,00
501 – Gestão de aquisições, patrimônio, serviços e documentos	R\$ 82.861.647,97
502 – Gestão estratégica de pessoas para resultados	R\$ 19.216.692,85





505 – Controle para assegurar resultados	R\$ 12.444.910,72
507 – Articulação e interlocução política das ações institucionais	R\$ 71.640.000,00
510 – Promoção da defesa do Estado	R\$ 36.307.195,26
511 – Modernização da gestão fiscal	R\$ 324.203.903,47
515 – Sustentabilidade empresarial da MTI	R\$ 400.000,02
516 – Reestruturação do Mato Grosso Saúde	R\$ 328.632.348,78
525 – Desenvolve e inova MTPREV	R\$ 4.720.000,00

4 – ATUAÇÃO DOS DEMAIS PODERES E ÓRGÃO AUTÔNOMOS	
146 – Fiscalização da gestão dos recursos públicos	R\$ 203.700.092,43
264 – Gestão institucional	R\$ 36.479.092,08
287 – Defesa da cidadania e respeito aos direitos do cidadão	R\$ 600.000,00
372 – Gestão Legislativa	R\$ 303.115.556,53
374 – Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público	R\$ 600.000,00
375 – Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	R\$ 600.000,00
376 – Efetividade da Legislação Penal	R\$ 600.000,00
399 – Aprimoramento da prestação jurisdicional no Poder Judiciário	R\$ 165.566.969,00
400 – Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	R\$ 48.736.983,00
401 – Governança e gestão para resultados no Poder Judiciário	R\$ 4.348.000,00
405 – Defesa da cidadania e inclusão social por meio do acesso à Justiça	R\$ 8.800.415,51



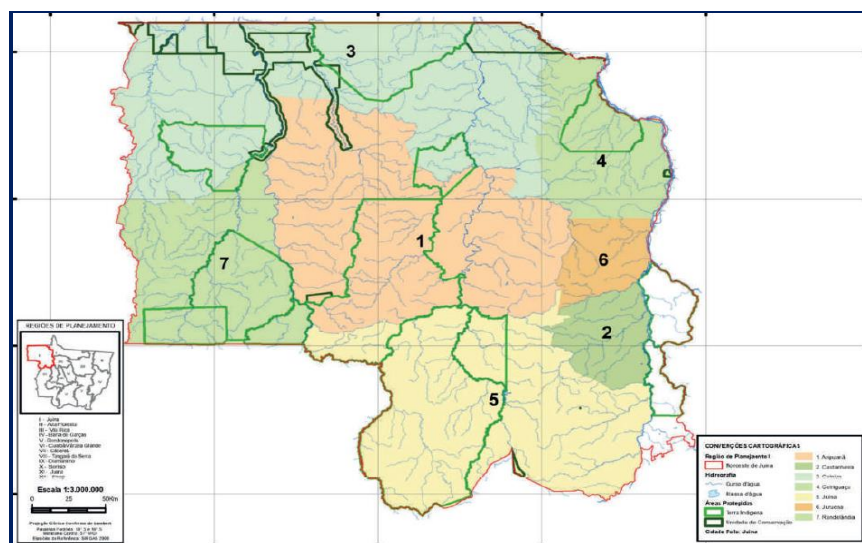
529 – Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário	R\$ 159.190.051,57
530 – Defesa do meio ambiente natural e urbano	R\$ 600.000,00

Fonte: Lei nº11.071, de 26/12/2019 (PPA 2020-2023 original) e Lei nº 11.307, de 29/01/2021 que incluiu os Programas 531-Tolerância Zero e 532-Desenvolvimento da Economia Criativa (1ª revisão do PPA).

O Plano Plurianual - PPA (2020-2023) organizou o Estado em regiões de planejamento.

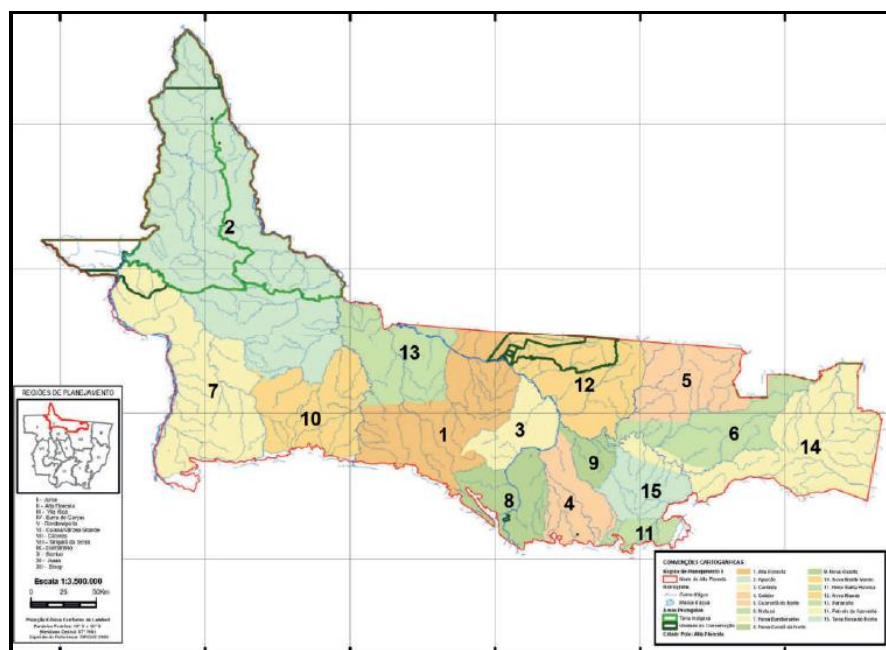
Conforme consta no seu anexo V, as Regiões de Planejamento consideradas para o estabelecimento de metas físicas das ações foram as seguintes:

Região I (Noroeste I): Juína (cidade polo), Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriquacu, Juruena e Rondolândia.

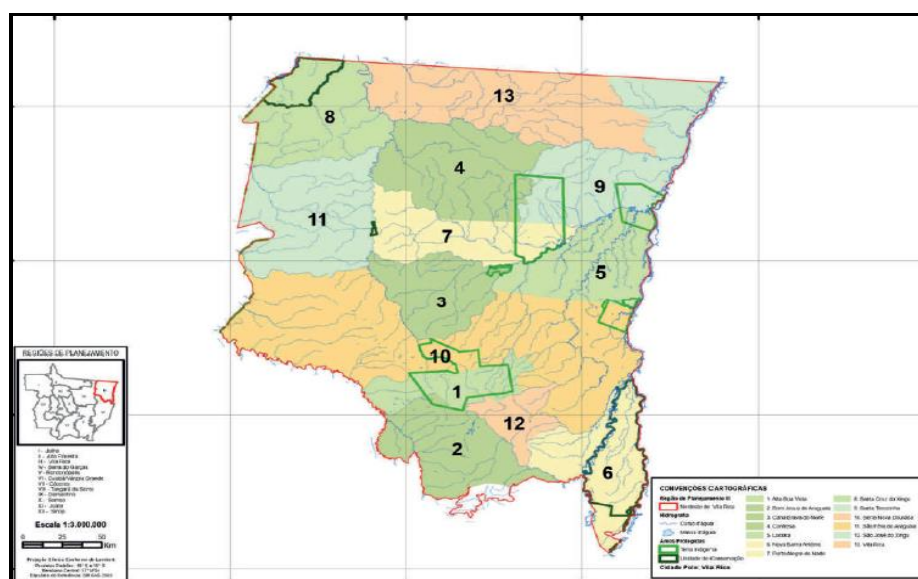


Região II (Norte): Alta Floresta (cidade polo), Nova Bandeirantes, Apiacás, Nova Monte Verde, Paranaíta, Carlinda, Nova Canaã do Norte, Colíder, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte, Novo Mundo, Guarantã do Norte, Matupá, Peixoto de Azevedo, Nova Guarita.





Região III (Nordeste): Vila Rica (cidade polo), Santa Terezinha, Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Cana Brava do Norte, Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia, Novo Santo Antônio, Luciara.

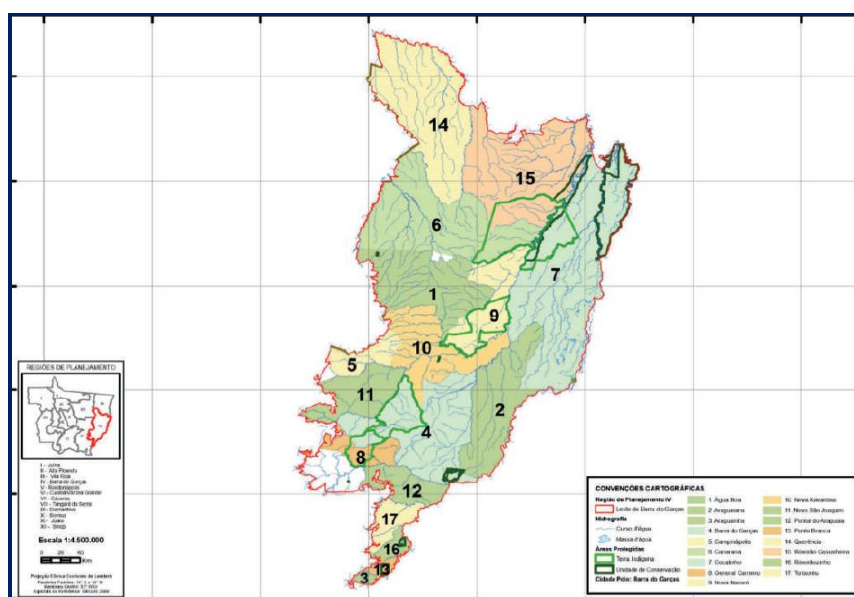




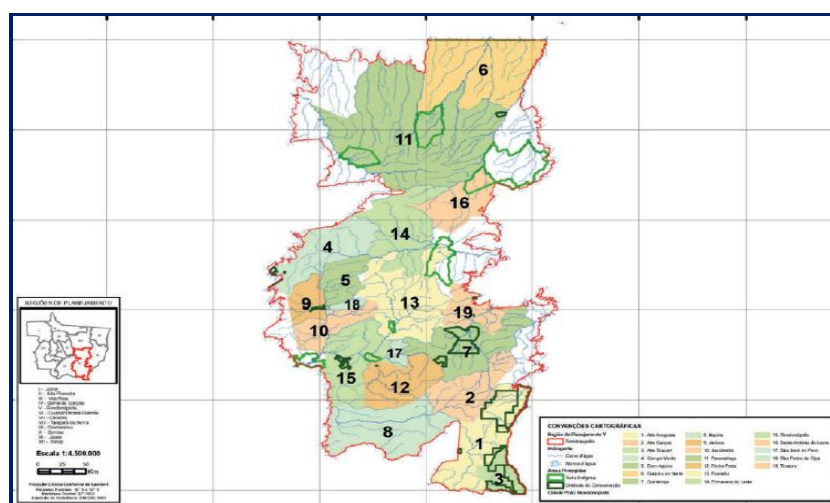
Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Região IV (Leste): Barra do Garças (cidade polo), Querência, Ribeirão Cascalheira, Canarana, Nova Nazaré, Água Boa, Cocalinho, Campinápolis, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Araguaiana, General Carneiro, Pontal do Araguaia, Torixoréu, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Araguaína.



Região V (Sudeste): Rondonópolis (cidade polo), Gaúcha do Norte, Paranatinga, Santo Antônio do Leste, Campo Verde, Primavera do Leste, Dom Aquino, Poxoréu, Tesouro, Jaciara, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Pedra Preta, Guiratinga, São José do Povo, Alto Garças, Itiquira, Alto Araguaia, Alto Taquari.

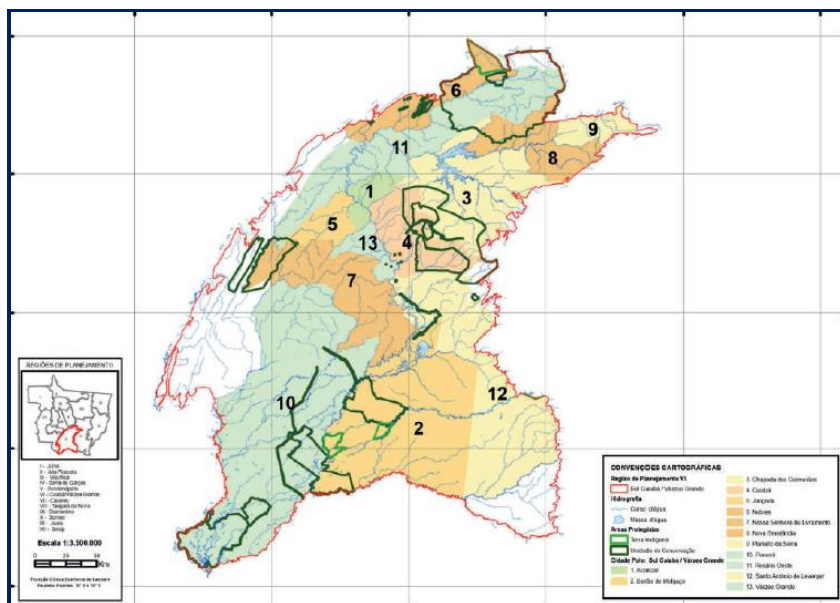




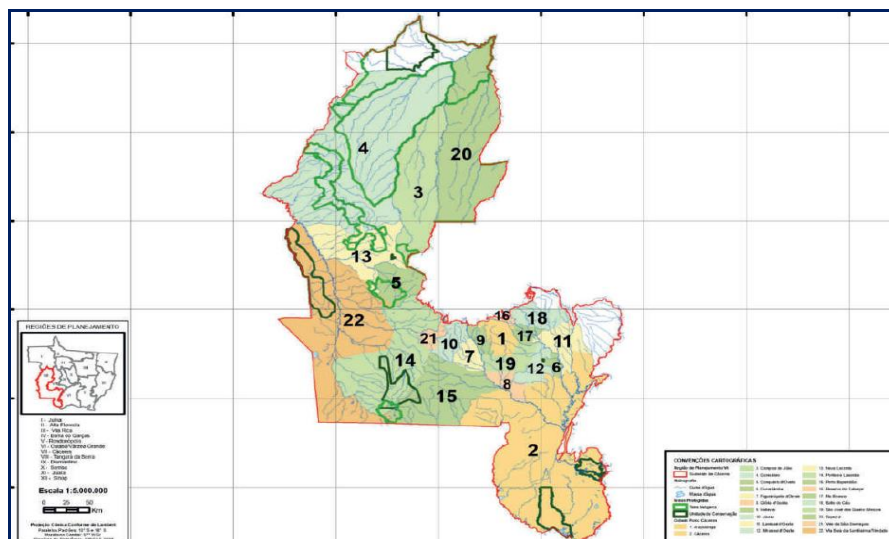
Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Região VI (Sul): Cuiabá (cidade polo), Várzea Grande, Nobres, Rosário Oeste, Acorizal, Jangada, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Barão do Melgaço, Poconé.



Região VII (Sudoeste): Cáceres (cidade polo), Porto Esperidião, Mirassol D'Oeste, Glória D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Curvelândia, Araputanga, Indiavaí, Figueirópolis D'Oeste, Lambari D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal, Jauru, Vale de São Domingos, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal.

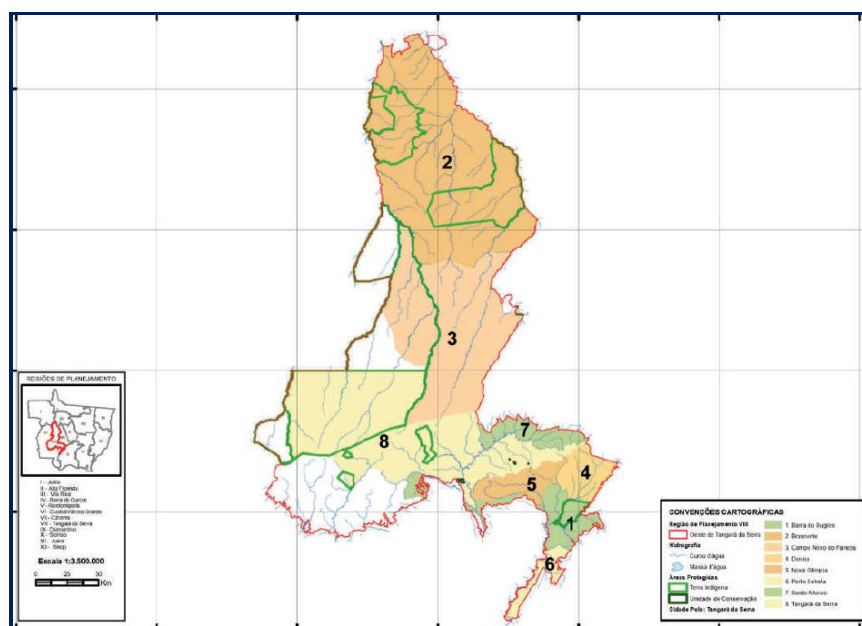




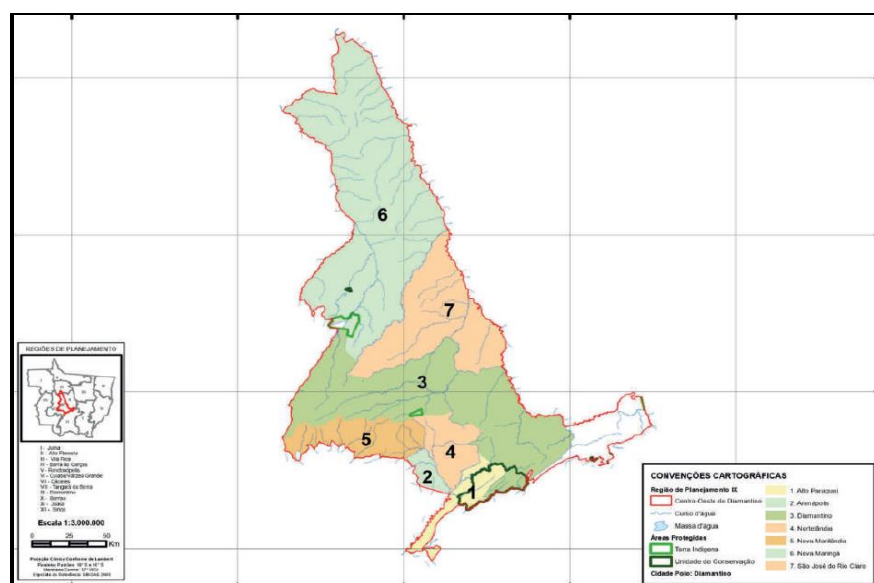
Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Região VIII (Oeste): Tangará da Serra (cidade polo), Porto Estrela, Barra dos Bugres, Nova Olímpia, Denise, Santo Afonso, Campo Novo do Parecis, Brasnorte.



Região IX (Centro-Oeste): Diamantino (cidade polo), Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis, Nova Marilândia, São José do Rio Claro, Nova Maringá.

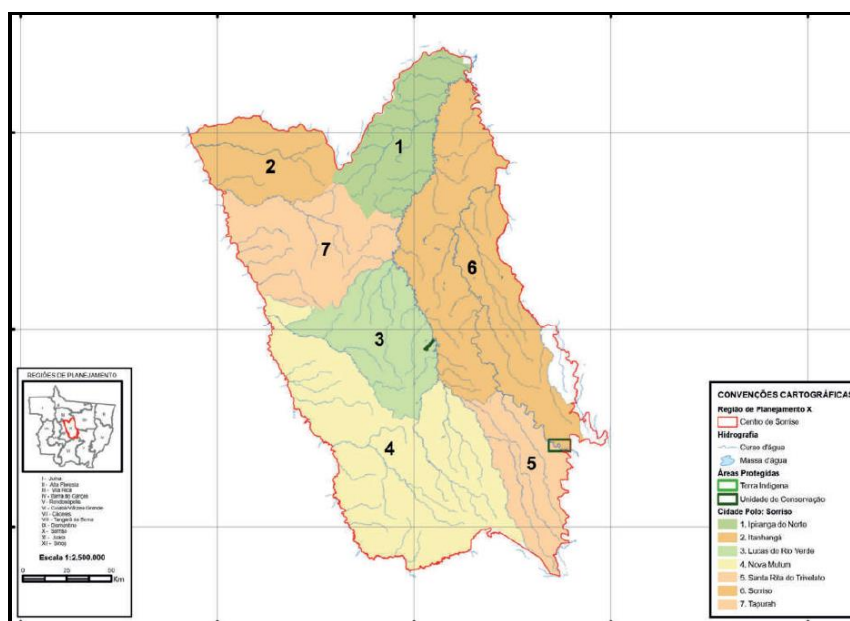




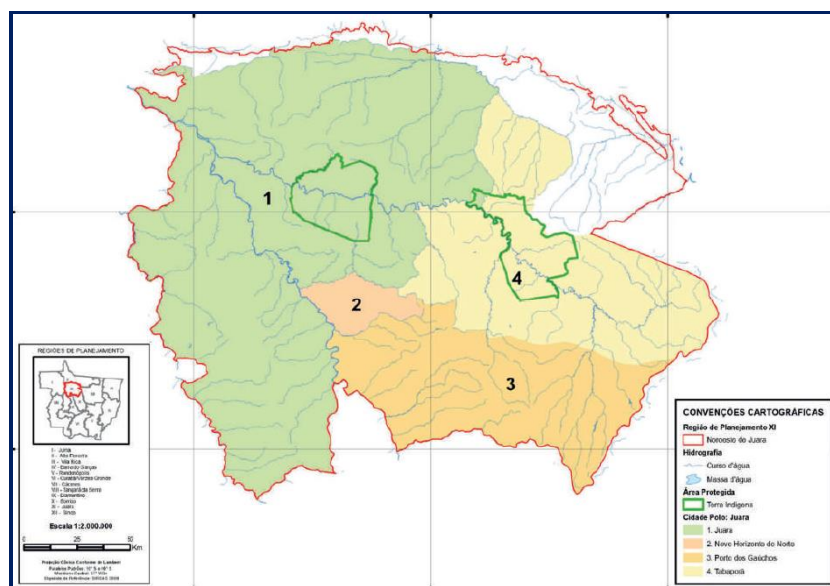
Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Região X (Centro): Sorriso (cidade polo), Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato, Lucas do Rio Verde, Tapurah, Ipiranga do Norte, Itanhangá.

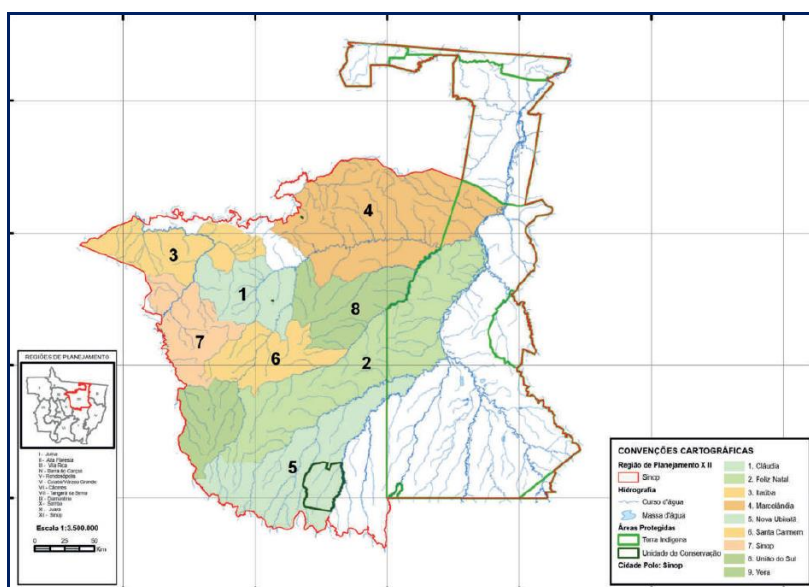


Região XI (Noroeste II): Juara (cidade polo), Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã.





Região XII (Centro Norte): Sinop (cidade polo), Nova Ubiratã, Feliz Natal, Vera, Santa Carmem, Cláudia, União do Sul, Itaúba, Marcelândia.



2.2. Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO 2021 (Lei nº 11.241/2020)

A Lei nº 11.241, de 4.11.2020, dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2021.

O anexo I da referida lei estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2021, conforme segue:

QUADRO 2 – Anexo I da Lei nº 11.241/2020

Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2021

METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2021			
Eixo: Qualidade de vida para os mato-grossenses			
Programa: 509 – Política da gestão penitenciária para reinserção social			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
2746 – Manutenção dos serviços de alimentação	Alimentação mantida	Percentual	100





Programa: 512 – Promoção da cidadania, segurança alimentar e inclusão social			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
1352 – Implementação e monitoramento do Programa “Ser Família”	Família beneficiada	Unidade	15.000,00
1432 – Implementação do Programa “Ser Criança”	Criança e adolescente atendido	Unidade	200,00
2295 – Serviços de inclusão social para a cidadania	Pessoa atendida	Unidade	120.000,00
3392 – Qualificação social e profissional	Pessoa qualificada	Unidade	2.000,00
Programa: 513 – Programa estadual de direitos humanos			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
1330 – Apoio e fomento ao desenvolvimento das políticas de direitos humanos	Política apoiada e fomentada	Unidade	4,00
Programa: 519 – Segurança Proativa e inteligente			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
2739 – Intensificação e manutenção das ações de inteligência - SESP	Relatório de inteligência disponibilizado	Unidade	800,00
2780 – Intensificação de operações integradas de prevenção e repressão qualificada nas Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP’s – SEPS	Operação realizada	Unidade	45,00
Programa: 522- Proteção social e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
2534 – Cofinanciamento das ações do Sistema Único da Assistência Social – SUAS – FEAS	Município cofinanciado	Unidade	141,00
Programa: 526 – Mato Grosso Mais Saúde			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
2422 – Fiscalização de estabelecimentos de processamento de produtos de origem animal – INDEA	Estabelecimento fiscalizado	Unidade	52,00
2451 – Atenção ambulatorial e hospitalar complementar do SUS	Consórcio cofinanciado	Unidade	3,00
	Município cofinanciado	Unidade	123,00
	Hospital de referência regional cofinanciado	Unidade	13,00
	Serviço complementar realizado	Unidade	80,00
2515 – Gestão da Atenção hospitalar estadual do SUS – FES	Internação realizada	Unidade	45.370,00
	Procedimento ambulatorial e hospitalar realizado	Unidade	1.586.781,00
2728 – Gestão da produção dos serviços de saúde de média e alta complexidade – FES	Comissão instituída	Unidade	8,00
	Serviço contratualizado supervisionado	Unidade	4,00
	Sistema monitorado	Unidade	3,00
Programa: 527 – Aprendizagem em foco			





Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
2217 – Reforma e ampliação de espaços educacionais – SEDUC	Posto de transformação instalado	Unidade	20,00
	Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído/Gestão anterior	Unidade	2,00
	Prédio educacional reformado	Unidade	6,00
	Reforma de pequeno porte realizada	Unidade	50,00
2218 – Agenda da Aprendizagem – SEDUC	Aluno atendido na Educação de Jovens e Adultos	Unidade	50.000,00
	Diretriz Base Nacional Comum Curricular e Documento de Referência Curricular Implementada	Percentual	70,00
	Diretriz implementada	Percentual	80,00
	Escola atendida com educação em tempo integral	Unidade	40,00
EIXO: Mato Grosso desenvolvido e sustentável			
Programa: 214 – Defesa sanitária vegetal			
Ação	Produto	Unidade de Medida	Meta
2953- Fiscalização de sementes e mudas	Estabelecimento fiscalizado	Unidade	1.400
	Propriedade fiscalizada	Unidade	3.005
Programa: 216 – Defesa sanitária animal			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
2403 – Prevenção e erradicação da febre aftosa	Propriedade atendida em ação de vigilância epidemiológica	Unidade	13.280
Programa: 338 – Infraestrutura e logística			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
1283 – Construção de obras de artes especiais e correntes	Obra concluída	Unidade	32,00
1287 – Pavimentação de rodovias	Trecho pavimentado	Quilômetro	165,00
2209 – Conservação de rodovias pavimentadas	Trecho restaurado	Quilômetro	2.000,00
Programa: 385 – Desenvolve Mato Grosso			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
1096 – Implantação de infraestrutura turística	Infraestrutura implantada	Unidade	9,00





2011 – Promoção dos destinos turísticos de Mato Grosso	Destino turístico promovido	Unidade	1,00
2024 – Incentivo ao adensamento das cadeias produtivas inovadoras na agropecuária Mato-Grossense	Cadeia produtiva apoiada	Unidade	1,00
2583 – Promoção da Cultura Empreendedora no Estado	Município atendido	Unidade	10,00
	Parceria realizada	Unidade	10,00
Programa: 393 – Promoção da conservação ambiental para melhoria da qualidade de vida			
Ação	Produto	Unidade de medida	Meta
2079 – Modernização das soluções tecnológicas da informação - SEMA	Solução de TI modernizada	Unidade	1,00
2111 – Gestão da regularização ambiental de imóveis rurais	Projeto analisado	Unidade	15.000,00
4319 – Realização de Fiscalização Ambiental	Documento de fiscalização emitido	Unidade	3.500,00

Fonte: Anexo I da Lei 11.241/2020 – LDO 2021 (Metas e Prioridades da Administração Estadual para o exercício de 2021)

2.3. Lei Orçamentária Anual – LOA 2021 (Lei nº 11.300/2021)

A Lei nº 11.300/2021, de 27.1.2021, dispôs sobre a estimativa da receita e a fixação da despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2021.

A **receita total** é estimada em **R\$ 22.114.077.808,00** (vinte e dois bilhões, cento e quatorze milhões, setenta e sete mil, oitocentos e oito reais), incluindo-se os recursos próprios das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista.

O valor de **R\$ 2.254.519.027,00** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e dezenove mil, vinte e sete reais), incorporado na receita prevista acima mencionada, é definido como receita intra-orçamentária, por se tratar de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, não compondo a base de cálculo para repasse mensal aos Poderes Legislativos e Judiciário, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e a Defensoria Pública. (Vol. I LOA 2021 Social).

A despesa total é fixada em **R\$ 22.114.077.808,00** (vinte e dois bilhões,





cento e quatorze milhões, setenta e sete mil, oitocentos e oito reais), desse valor, **R\$ 14.775.086.765,00** (quatorze bilhões setecentos e setenta e cinco milhões, oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e cinco reais) foram destinados ao Orçamento Fiscal e **R\$ 7.338.991.043,00** (sete bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, novecentos e noventa e um mil e quarenta e três reais), destinado ao Orçamento de Seguridade Social.

Ainda, do total da despesa fixada, **R\$ 2.082.643,928,00** (dois bilhões, oitenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte e oito mil reais) foram classificados como **Despesas de Capital** relativas a **Investimentos**, ou seja, **9,41%** do valor total da despesa, conforme exposto abaixo:

Quadro 3 – Resumo Geral da Despesa

Lei Orçamentária Anual Exercício de 2021		
RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
D E S P E S A		
ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL
DESPESA CORRENTE		19.445.360.031,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.706.285.294,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	343.609.539,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.395.465.198,00	
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		1.919.175.706,00
TOTAL		21.364.535.737,00
DESPESA DE CAPITAL		2.666.717.777,00
INVESTIMENTOS	2.082.643.928,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	4.921.137,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	579.152.712,00	
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
SUPERAVIT		2.000.000,00
TOTAL		2.666.717.777,00
R E S U M O		
DEPESAS CORRENTES -	19.445.360.031,00	
DEPESAS DE CAPITAL -	2.666.717.777,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA -	2.000.000,00	
PROVISÃO P/ EMENDAS PARLAMENTARES -	0,00	
TOTAL -	22.114.077.808,00	

Fonte: Lei nº 11.300 (LOA), de 27.1.2021.

2.3.1. Resumo de despesa orçamentária por unidade orçamentária (FIP 617)

FIPLAN





O valor efetivamente empenhado no exercício de 2021, a título de **Despesa de Capital**, foi de **R\$ 4.976.257.539,79**, dos quais **R\$ 3.844.385.371,80** empenhado sob o grupo de **despesa de Investimento**.

No quadro apresentado adiante estão detalhados os valores de aplicação do grupo investimentos:

Quadro 4 – Valores de Aplicação do Grupo de Investimento - 2021

Código	Especificação	Valor Empenhado (R\$)	(%)
4400.00000	INVESTIMENTO	3.844.385.371,80	100,00
4440.00000	Transferências a Municípios	723.860.736,08	18,83
4441.00000	Transferência a Municípios - Fundo a Fundo	51.758.657,14	1,35
4442.00000	Execução Orçamentária Delegada a Municípios	50.118.480,67	1,30
4450.00000	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	88.428.053,70	2,30
4471.00000	Transferência a Consórcios Públicos	68.954,43	0,002
4472.00000	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	1.926.713,05	0,05
4490.00000	Aplicações Diretas	2.925.223.776,23	76,09
4491.00000	Aplicação Direta decorrente de operações entre órgãos, fundos e entidades int. orc. Fiscal e Seg.	3.000.000,00	0,08

Fonte: FIP 617 - Resumo de Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária (FIPLAN). Acesso em 14.02.2022.

Diante do exposto, é possível verificar que o recurso efetivamente empenhado no grupo de **despesa Investimento** foi de **185,59%** (R\$ 3.844.385.371,80) do valor previsto inicialmente na LOA (R\$ 2.082.643.928,00), representando um aumento de R\$ 1.761.741.443,80 (R\$ 3.844.385.371,80 – R\$ 2.082.643.928,00).

Segundo o Resumo de Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária (FIP 614), dos R\$ 3.844.385.371,80 empenhados sob o grupo de despesa de Investimento, 54,54% se referem a Obras e Instalações, ou seja, R\$ 2.096.698.457,51.

Em 2021, no âmbito do governo estadual, a Despesa do grupo de Investimento liquidada foi de R\$ 1.729.274.494,76, sendo que 67,33% desse valor,





equivalente a R\$ 1.164.387.067,66, referem-se a obras e instalações:

Quadro 5 - Valores Executados na Categoria Econômica - Despesa de Capital - 2021

	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
DESPESA DE CAPITAL	R\$ 4.976.257.539,79	R\$ 2.861.146.662,75	R\$ 2.789.426.413,36
Investimento	R\$ 3.844.385.371,80	R\$ 1.729.274.494,76	R\$ 1.657.554.245,37
Obras e Instalações	R\$ 2.096.698.457,51	R\$ 1.164.387.067,66	R\$ 1.129.522.860,63

Fonte: FIP 617 - Resumo de Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária (FIPLAN). Acesso em 14.02.2022.

Gráfico 1 - Valores Executados na Categoria Econômica - Despesa de Capital - 2021



Fonte: FIP 617 - Resumo de Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária (FIPLAN). Acesso em 14.02.2022.

Dessa forma, observa-se que da despesa empenhada para Investimento, 45% do valor foi liquidado, logo, 55% do orçamento destinado a investimentos não foi executado.

2.3.2. Demonstrativo da despesa orçamentária (FIP 613) FIPLAN

Com base em informações extraídas do Demonstrativo da Despesa Orçamentária do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças





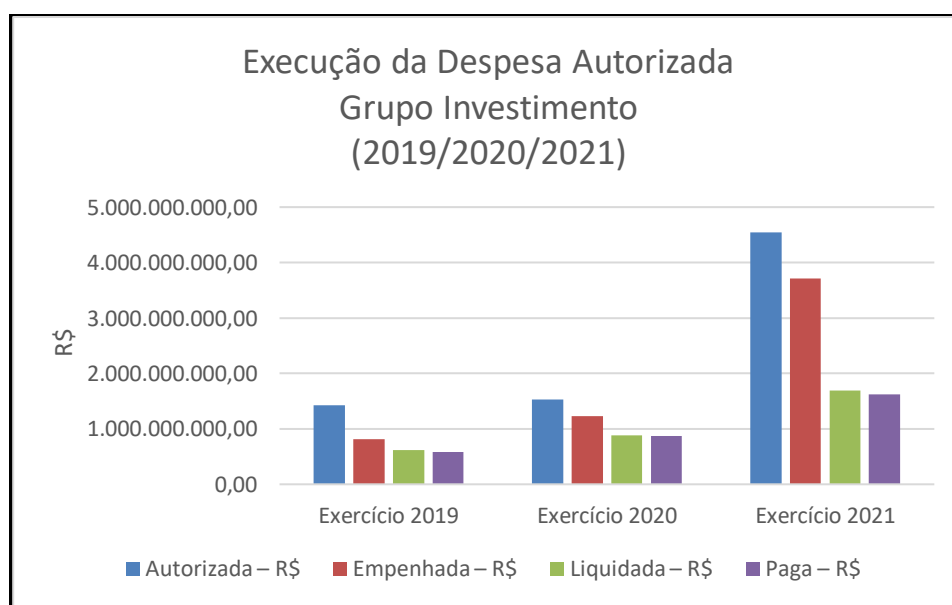
(FIPLAN), constatou-se a evolução da **despesa autorizada**²⁰ para o grupo de Investimentos (indicador), bem como a execução orçamentária (empenho, liquidação e pagamento) dos últimos 3 (três) exercícios, a seguir:

**Quadro 6 - Valores Executados na Categoria Econômica Despesa de Capital (Investimento)
2019-2020-2021**

Despesa	Exercício 2019	Exercício 2020	Exercício 2021
Autorizada – R\$	1.421.280.561,98	1.529.542.235,19	4.541.923.315,38
Empenhada – R\$	814.761.466,42	1.229.848.912,54	3.712.854.879,33
Liquidada – R\$	618.104.006,78	887.150.167,48	1.688.736.476,55
Paga – R\$	585.542.482,82	876.992.722,42	1.627.545.641,16
Liquidado da Despesa Autorizada (%)	43,48923241	58,00102456	37,18108738

Fonte: FIP 613 - Tipo de Relatório com Destaque – Demonstrativo da Despesa Orçamentária – FIPLAN. Acesso em 17.03.2022.

**Gráfico 2 - Execução da Despesa Autorizada para o Grupo de Investimentos
(2019/ 2020/ 2021)**



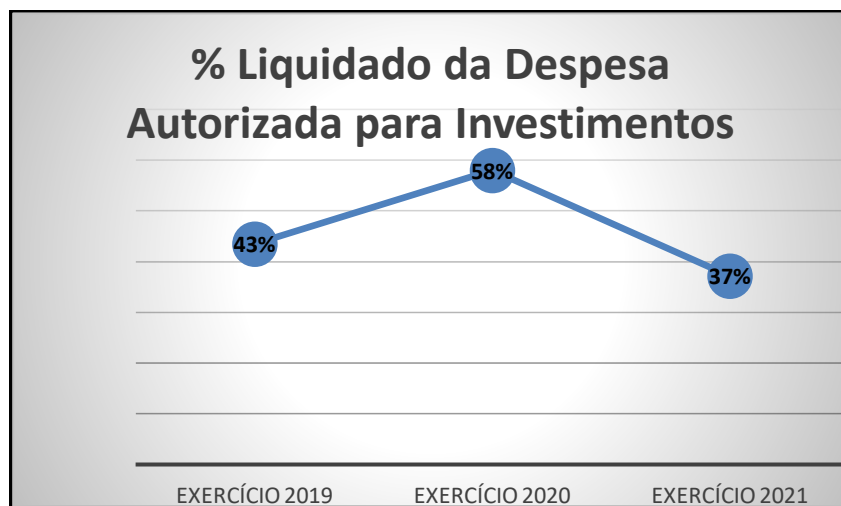
Fonte: FIP 613 - Tipo de Relatório com Destaque – Demonstrativo da Despesa Orçamentária FIPLAN.

²⁰ Representado pelo valor do crédito autorizado excluído do montante bloqueado/contingenciado - Fiplan (FIP 613 – Demonstrativo de Despesa Orçamentária)





Gráfico 3 – Percentual Liquidado da Despesa Autorizada para o Grupo de Investimentos (2019/ 2020/ 2021)



Fonte: FIP 613 - Tipo de Relatório com Destaque – Demonstrativo da Despesa Orçamentária FIPLAN.

Ao comparar a execução da despesa autorizada (2019/2020/2021) para o Grupo de Investimentos, constata-se que o percentual liquidado, no período de 2019 a 2020, saltou de 43% para 58%, todavia, em 2021 decaiu para 37% da despesa autorizada para dispêndios em Investimento.

2.4. CONCLUSÃO DO TÓPICO 2

A situação exposta no item 2.3.1 deste relatório, demanda a citação do Exmo. Governador do Estado para que tome conhecimento dos fatos e apresente a manifestação que entender pertinente, em relação à não execução de 63% do orçamento autorizado para Investimentos no exercício de 2021, a seguir:

Quadro 7 – Matriz de Responsabilização

ACHADO 1 – Ineficácia e ineficiência na execução do Orçamento relativo a Investimentos.

CLASSIFICAÇÃO DA IRREGULARIDADE: FB 99. Planejamento/Orçamento_Grave_99. Irregularidade referente à Planejamento/Orçamento, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

RESPONSÁVEL: Mauro Mendes Ferreira - Governador do Estado de MT.

CONDUTA: Permitir a execução de apenas 37% do orçamento disponível para Investimentos no Orçamento do Estado de Mato Grosso.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Telefones: (65) 3613-7631 / 7632

e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

NEXO DE CAUSALIDADE: Quando o Governo do Estado executa um percentual aquém do Orçamento disponível para Investimento compromete a implementação de políticas públicas que afetam diretamente a vida do cidadão, como o exercício seguro do direito de ir e vir, educação, saúde e infraestrutura, bem como toda a cadeia socioeconômica do Estado, contrariando, dessa forma, o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal.

CULPABILIDADE: Era esperado que o Governo do Estado priorizasse a execução orçamentária destinada a Investimentos em Mato Grosso, possibilitando a implementação de políticas públicas que promovessem o desenvolvimento de setores como; segurança, educação, saúde e infraestrutura, áreas especialmente carentes de investimentos no Estado.





3. COMPARATIVO ENTRE AS METAS E PRIORIDADES DEFINIDAS NO PPA-2020/2023 E NO QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA (FIPLAN) PARA O EXERCÍCIO DE 2021 COM OS DADOS APRESENTADOS NO RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – RAG/2021.

O quadro abaixo apresenta as metas e as prioridades definidas pelo Estado relacionadas aos Projetos da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

O anexo I da Lei nº. 12.241/2020²¹ (LDO/2021) relacionou as seguintes ações a serem executadas, em 2021, pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da SINFRA:

Quadro 8 - Ações e Metas Relacionadas aos Projetos 1283, 1287 e 2209

ANEXO I METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2021			
Eixo: Mato Grosso desenvolvido e sustentável			
Programa: 338 – Infraestrutura e Logística			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
1283 – Construção de Obras de artes especiais e correntes	Obra concluída	Unidade	32
1287 – Pavimentação de rodovias	Trecho pavimentado	Quilômetro	165
2209 – Conservação de rodovias pavimentadas	Trecho conservado	Quilômetro	2.000

Fonte: Anexo I da Lei nº 11.241/2020 – LDO/2021 – página 12.

No entanto, neste relatório técnico serão abordados, além das Ações definidas no Anexo I da LDO/2021, outros Projetos e Atividades Governamentais, em razão de terem se mostrado relevantes como objeto de análise a ser feita pela Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura, para o exercício de 2021:

²¹ De autoria do Poder Executivo, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.





Quadro 9 – Ações e Metas Relacionadas às Ações 1289, 1291, 1763, 2128, 2151, 3105 e 5148

Eixo: Mato Grosso desenvolvido e sustentável			
Programa: 338 – Infraestrutura e Logística			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
1289 – Restauração de rodovias pavimentadas	Trecho pavimentado	Quilometro	2.502,35
1291 – Elaboração de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário	Projeto analisado	Unidade	28
1763 – Apoio e execução de habitação e infraestrutura	Casa Construída	Unidade	2.507
2128 – Reformas de ponte de madeira	Ponte de madeira reformada	Unidade	-
2151 – Manutenção de rodovias não pavimentadas	Trecho mantido	Quilômetro	1.817,95
3105 – Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014	Obra concluída	Unidade	98
5148 – Pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais	Trecho pavimentado	Quilometro	252,51

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) – FIPLAN. Acesso em 09.02.2022.

3.1. PROGRAMA 338 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

3.1.1. Ação 1283 – Construção de obras de artes especiais e correntes

Em análise ao Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se dos relatórios obtidos por meio de acesso ao FIPLAN, as seguintes informações:

Quadro 10 – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Ação 1283

Região	Dotação Inicial (R\$)	Meta física inicial (unidade)	Dotação Final (após créditos) R\$	Meta Física Ajustada (unidade)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
I – Noroeste I	10.373.038,00	4	13.164.251,33	5	6.439.110,42	4.178.110,12	3.992.535,24
II – Norte	56.114.385,00	15	46.610.982,12	8	31.880.643,37	24.834.464,67	21.977.481,76
III – Nordeste	13.728.737,00	16	26.875.077,77	25	26.145.077,77	17.780.120,98	17.265.428,47
IV – Leste	60.873.075,00	17	101.578.334,51	33	101.578.334,51	74.769.417,38	69.327.842,45
V – Sudeste	11.387.431,00	11	20.043.486,30	12	18.462.713,76	12.079.473,35	11.903.517,93





VI – Sul	134.377.567,00	25	59.413.062,27	96	57.836.524,75	41.533.429,31	40.180.249,92
VII – Sudoeste	7.949.889,00	6	20.805.294,84	8	18.225.703,04	13.775.073,29	13.541.479,63
VIII - Oeste	2.461.305,00	3	9.471.513,83	5	9.471.513,83	3.439.960,21	3.130.771,09
IX – Centro Oeste	14.388.981,00	6	24.916.710,32	6	24.916.710,32	15.193.063,48	14.798.760,14
X – Centro	17.152.762,00	7	14.045.220,31	3	3.923.666,58	2.183.489,46	2.181.589,35
XI – Noroeste II	14.978.193,00	4	31.722.387,50	5	31.722.387,50	25.351.719,90	24.087.378,09
XII – Centro Norte	18.044.306,00	7	30.886.957,68	1	26.281.711,25	13.068.317,79	12.106.419,86
9900 - Estado	0,00	0	9.747.974,62	106	9.747.974,62	2.216.535,79	2.206.911,12
Total	361.829.669,00	121	409.281.253,40	313	366.632.071,72	250.403.175,73	236.700.365,05

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 9.2.2022

Inicialmente, percebe-se que para atender a população mato-grossense, por meio da ação 1283, foi prevista a construção de 121 obras de artes especiais e correntes com a dotação orçamentária de R\$ 361.829.669,00.

Após ajustes, a meta física a ser atendida passou para 313 unidades, um aumento de 158,67% em relação à meta inicial e a dotação final passou para R\$ 409.281.253,40, incremento de 13,11% em relação à dotação inicial.

A seguir, as informações constantes da prestação de contas do governo referente ao alcance da meta física e financeira:

Quadro 11 – Metas Físicas e Financeiras relativas à Ação 1283

Descrição		Metas Físicas			Metas Financeiras		
		Meta Final	Realizado	Índices de Realização (%)	Dotação Final - R\$	Empenhado – R\$	COFD (%)
Ação	Construção de obras de artes especiais e correntes	207	183	88,41	409.281.253,40	366.632.071,72	89,58%
Produto/ Unidade	Obra concluída/Unidade de						

Fonte: RAG/2021 - Consolidado

Percebe-se que a informação alusiva à meta física final (313 unidades) apresentada por meio do QDD (FIPLAN) no Quadro 10 deste relatório está divergente da meta física final (207 unidades) disposta no Relatório de Ação Governamental –





RAG/2021 no Quadro 11 deste relatório:

Região	Dotação Inicial (R\$)	Meta física inicial (unidade)	Dotação Final (após créditos) R\$	Meta Física Ajustada (unidade)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
Total	361.829.669,00	121	409.281.253,40	313	366.632.071,72	250.403.175,73	236.700.365,05

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 9.2.2022

Descrição		Metas Físicas			Metas Financeiras		
		Meta Final	Realizado	Índices de Realização (%)	Dotação Final - R\$	Empenhado - R\$	COFD (%)
Ação	Construção de obras de artes especiais e correntes	207	183	88,41	409.281.253,40	366.632.071,72	89,58%
Produto/ Unidade	Obra concluída/Unidade de						

Fonte: RAG/2021 - Consolidado

Logo, o alcance da meta física de 88,41% (correspondente à entrega de 183 unidade) refere-se à meta física final de 207 unidades e não da meta física final 313 unidades, que foi informada quando da elaboração do planejamento do Governo para o Projeto 1283.

Portanto, considerando a meta física final (313 unidades), estipulada após os ajustes orçamentários, constata-se que houve o alcance da meta correspondente a 58,47% (entrega de 183 pontes), com a utilização (empenho) de 89,58% (R\$ 366.632.071,72) da dotação orçamentária disponível (R\$ 409.281.253,40).

Os produtos entregues pelo Governo do Estado estão discriminados a





seguir:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
					1 - Analise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
1283	Construção de obras de artes especiais e correntes	Obra concluída	Unidade	207	183
No ano de 2021 foram 63 pontes em andamento das quais 47 foram concluídas sendo destas 34 com Termo de Recebimento. As pontes executadas o ano de 2021 foram: O investimento corresponde à execução das obras seguintes obras concluídas: REGIÃO I a) Em Andamento 1) MT 170- I.C 003/2021 (PT02311) SEM INFORMAÇÃO II 2) MT 208- I.C 037/2020 (PT00080) RIO ARIPUANÃ REGIÃO II a) Concluída 1) MT 160- I.C 004/2014 (PT02004) RIO BRUNO III (TRP) 2) MT 206- I.C 004/2014 (PT01980) RIO BRUNO (TRP) 3) MT 320- I.C 016/2019 (PT02499) RIO PRETO (TRP) 4) MT 322- I.C 398/2014 (PT00270) RIO PIUM (TRD) b) Em Andamento 1) MT 206- I.C 004/2014 (PT02444) RIO APIACÁS REGIÃO III a) Concluída 1) MT 413- I.C 001/2021 (PT02459) RIO ELÉTRICO I 2) MT 413- I.C 049/2020 (PT00192) CORR. ELÉTRICO I (TRP) 3) MT 430- I.C 016/2019 (PT00159) RIO BELO HORIZONTE (TRP) 4) MT 430- I.C 016/2019 (PT00264) CORR. TRAIÃO 5) MT 430- I.C 016/2019 (PT02422) RIO PRETO (TRP) 6) MT 413- I.C 049/2020 (PT00265) CORR. FUNDO PEDRA (TRP) 7) MT 413- I.C 049/2020 (PT02460) CORR. ELÉTRICO II (TRP) 8) MT 430- I.C 049/2020 (PT02481) CORR. D. PEDRO b) Em Andamento 1) MT 550- I.C 034/2021 (PT02532) RIO TAPIRAPÉ					

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
					1 - Analise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
1283	Construção de obras de artes especiais e correntes	Obra concluída	Unidade	207	183
CONTINUA ... REGIÃO IV a) Concluída 1) MT 020- I.C 016/2019 (PT02180) RIO SETE DE SETEMBRO II 2) MT 020- I.C 016/2019 (PT00872) RIO SETE DE SETEMBRO I 3) MT 020- I.C 016/2019 (PT00886) CORR. CANASTRA (TRP) 4) MT 020- I.C 016/2019 (PT00887) CORR. CANASTRA II (TRP) 5) MT 100- I.C 016/2019 (PT01468) CÔRREGO OURO FINO (TRP) 6) MT 100- I.C 016/2019 (PT01481) CÔRREGO PITOMBA (TRP) 7) MT 100- I.C 016/2019 (PT01782) CÔRREGO SETE VOLTAS (TRP) 8) MT 100- I.C 042/2020 (PT01568) RIO TINHOSSO 9) MT 109- I.C 016/2019 (PT00870) RIO TANGUARO (TRP) 10) MT 326- I.C 299/2013 (PT00935) RIO ÁGUA SUÁ b) Em Andamento 1) MT 020- I.C 016/2019 (PT00880) RIO CORONEL VALNICK 2) MT 020- I.C 016/2019 (PT00929) RIO COUTO MAGALHÃES 3) MT 110- I.C 016/2019 (PT02436) CORR. BARREIRO 4) MT 336- I.C 016/2019 (PT02175) CÔRREGO DESCONHECIDO 5) MT 326- I.C 299/2013 (PT02504) RIO DAS MORTES REGIÃO V a) Concluída 1) MT 100- I.C 016/2019 (PT01879) RIO CLARO (TRP) 2) MT 130- I.C 400/2014 (PT02467) RIO CORGÃO 3) MT 260- I.C 016/2019 (PT01458) CÔRREGO CORUJA (TRP) a) Em Andamento 1) MT 130- I.C 400/2014 (PT02466) RIO PARANATINGA					





RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFR / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
					1 - Analise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
					CONTINUA ...
					REGIÃO VI
					a) Concluída
					1) MT 060 - I.C. 008/2014 (PT01816) (TRP)
					2) MT 060 - I.C. 008/2014 (PT01855) (TRP)
					3) MT 060 - I.C. 008/2014 (PT01860) (TRP)
					4) MT 060 - I.C. 008/2014 (PT01862) (TRP)
					5) MT 060 - I.C. 008/2014 (PT01863) KM 142,9 (TRP)
					6) MT 244 - I.C. 299/2013 (PT01123) RIO MANGÓ
					7) MT 400 - I.C. 399/2014 (PT01368) RIO BANDEIRA
					8) Em Andamento
					1) BAIRROS PQ. ATALAIA CBÁ-MT E PQ. DO LAGO VG-MT - I.C. 299/2013 (PT02412) RIO CUIABÁ (ATALAIA)
					REGIÃO VII
					a) Concluída
					1) MT 175 - I.C. 009/2014 (PT01307) RIO CABAÇAL (TRD)
					2) MT 175 - I.C. 009/2014 (PT01287) RIO CACHOEIRINHA
					3) MT 175 - I.C. 009/2014 (PT01311) RIO BUGRES (TRD)
					4) MT 246/339 - I.C. 009/2014 (PT01195) RIO VERMELHO (TRP)
					5) MT 246/339 - I.C. 009/2014 (PT01209) CORR. TUCANGUARA (TRP)
					6) MT 246/339 - I.C. 009/2014 (PT01246) CORR. GOABEIRA (TRP)
					7) MT 246/339 - I.C. 009/2014 (PT02488) VAZ DO RIO VERMELHO (TRP)
					8) MT 343 - I.C. 299/2013 (PT01445) RIO CACHOEIRINHA (TRD)
					9) MT 343 - I.C. 299/2013 (PT01451) CÔRREGO FIGUEIRINHA
					REGIÃO VIII
					a) Concluída
					1) MT 343 - I.C. 299/2013 (PT01340) CÔRREGO RIBEIRÃO TRÊS
					2) MT 343 - I.C. 299/2013 (PT01409) RIO SALOBA GRANDE
					CONTINUA ...
					REGIÃO IX
					a) Concluída
					1) MT 240 - IC 005/2014 (PT02451) RIO PARAGUAI (TRP)
					a) Em Andamento
					1) MT 235 - IC 005/2014 (PT02448) RIO ARINOS I
					REGIÃO X
					a) Em Andamento
					1) MT 560 - IC 005/2021 (PT02403) RIO VERDE
					REGIÃO XI
					a) Concluída
					1) MT 220 - IC 006/2014 (PT00660) RIO ARINOS IV (TRP)
					2) MT 410 - IC 004/2014 (PT00650) CORR. BATELÃO (TRP)
					b) Em Andamento
					1) MT 220 - IC 004/2014 (PT00664) RIO BATELÃO
					REGIÃO XII
					1) MT 425 - IC 005/2014 (PT00546) RIO MANISSAUA - MÇU (TRP)
					b) Em andamento
					1) MT 320 - IC 002/2021 (PT00534) CÔRREGO DOS PATOS
					2) MT 320 - CONTRATO 016/2019 (PT00529) RIO DIVISA, LOTE 02
					continuação item 2.1

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFR / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
					1 - Analise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
					CONTINUA ...
					Além das pontes acima mencionadas, foram executadas por essa ação o fornecimento de aduelas para substituição de pontes (pontes de madeira/oac). Na sua totalidade foram 136 pontes substituídas por aduelas novas, como apresentados a seguir por contrato:
					• I.C. 008/2021 – SUBSTITUIÇÃO DE 44 PONTOS POR ADUELAS (REGIÃO VII)
					• I.C. 009/2021 – SUBSTITUIÇÃO DE 36 PONTOS POR ADUELAS (REGIÃO VIII)
					• I.C. 010/2021 – SUBSTITUIÇÃO DE 19 PONTOS POR ADUELAS (REGIÃO XII)
					• I.C. 011/2021 – SUBSTITUIÇÃO DE 4 PONTOS POR ADUELAS (REGIÃO IV)
					• I.C. 012/2021 – SUBSTITUIÇÃO DE 9 PONTOS POR ADUELAS (REGIÃO IV)
					• I.C. 082/2021 – SUBSTITUIÇÃO DE 24 PONTOS POR ADUELAS (REGIÃO VI)

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso

De acordo com o RAG/2021, durante o ano de 2021, estavam em andamento 63 pontes, das quais 47 foram concluídas, sendo destas 34 com Termo de Recebimento. Ademais, as obras concluídas fazem parte das seguintes regiões de planejamento do Estado:

- Região II – Norte (4 pontes);
- Região III- Nordeste (8 pontes);
- Região IV – Leste (10 pontes);
- Região V – Sudeste (3 pontes);





- Região VI – Sul (7 pontes);
- Região VII – Sudoeste (9 pontes);
- Região VIII – Oeste (2 pontes);
- Região IX – Centro Oeste (1 ponte);
- Região XI - Centro (2 pontes); e
- Região XII – Centro Norte (1 ponte).

A seguir, apresenta-se a comparação da meta ajustada prevista no Quadro de Detalhamento de Despesa (FIPLAN) com a meta física apresentada no RAG/2021:

Quadro 12 – Comparativo da Meta Física apresentada no QDD da Ação 1283 com a Meta Alcançada no RAG

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA -QDD								RAG 2021
Região	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (após créditos) R\$	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$	Meta física inicial (unidade)	Meta Física Ajustada (unidade)	Meta Alcançada
I – Noroeste I	10.373.038,00	13.164.251,33	6.439.110,42	4.178.110,12	3.992.535,24	4	5	-
II – Norte	56.114.385,00	46.610.982,12	31.880.643,37	24.834.464,67	21.977.481,76	15	8	4
III – Nordeste	13.728.737,00	26.875.077,77	26.145.077,77	17.780.120,98	17.265.428,47	16	25	8
IV – Leste	60.873.075,00	101.578.334,51	101.578.334,51	74.769.417,38	69.327.842,45	17	33	10
V – Sudeste	11.387.431,00	20.043.486,30	18.462.713,76	12.079.473,35	11.903.517,93	11	12	3
VI – Sul	134.377.567,00	59.413.062,27	57.836.524,75	41.533.429,31	40.180.249,92	25	96	7
VII – Sudoeste	7.949.889,00	20.805.294,84	18.225.703,04	13.775.073,29	13.541.479,63	6	8	9
VIII – Oeste	2.461.305,00	9.471.513,83	9.471.513,83	3.439.960,21	3.130.771,09	3	5	2
IX – Centro Oeste	14.388.981,00	24.916.710,32	24.916.710,32	15.193.063,48	14.798.760,14	6	6	1
X – Centro	17.152.762,00	14.045.220,31	3.923.666,58	2.183.489,46	2.181.589,35	7	3	-
XI – Noroeste II	14.978.193,00	31.722.387,50	31.722.387,50	25.351.719,90	24.087.378,09	4	5	2
XII – Centro Norte	18.044.306,00	30.886.957,68	26.281.711,25	13.068.317,79	12.106.419,86	7	1	1
9900 – Estado	0,00	9.747.974,62	9.747.974,62	2.216.535,79	2.206.911,12	0	106	-
Total	361.829.669,00	409.281.253,40	366.632.071,72	250.403.175,73	236.700.365,05	121	313	47

Fonte: QDD/FIPLAN e RAG/2021

Por meio do Quadro de Detalhamento de Despesa verifica-se que houve execução orçamentária em todas as regiões de planejamento (I- Noroeste I, II – Norte, III-Nordeste, IV – Leste, V- Sudeste, VI- Sul, VII – Sudoeste, VIII-Oeste, IX -Centro-





Oeste, X-Centro, XI-Noroeste II, XII – Centro Norte e 9900- Estado), no entanto, por meio das informações dispostas no RAG/2021, não houve entregas nas regiões I-Noroeste I, X-Centro e 9900-Estado).

Com o objetivo de verificar a confiabilidade das informações apresentadas por meio do RAG/2021, selecionou-se os empenhos, por meio do relatório FIP 614-FIPLAN, relacionados ao PAOE 1283 e constatou que as liquidações e pagamentos estão relacionados à execução dos seguintes Contratos para construção de pontes: 001/2021²², 002/2021²³, 003/2021²⁴, 004/2021²⁵, 005/2021²⁶, 016/2019²⁷, 037/2020²⁸, 008/2021²⁹, 009/2021³⁰, 015/2021³¹, 065/2020³², 049/2020³³, 042/2020³⁴, 009/2014³⁵, 398/2014/SINFRA³⁶, 399/2014/SINFRA³⁷, 400/2014/SINFRA³⁸, 006/2014/SINFRA³⁹, 299/2013⁴⁰, 016/2019⁴¹, 005/2014⁴², 008/2014⁴³, 004/2014⁴⁴, 010/2021⁴⁵, 011/2021⁴⁶,

²² Construção de Ponte Rodoviária de Concreto, inclusive encabeçamento, sobre o Rio Elétrico I PT02459, na Rodovia MT-413, no município de Santa Terezinha.

²³ Construção de ponte rodoviária de concreto, no município de Marcelândia (região XII – Centro Norte).

²⁴ Construção de ponte rodoviária de concreto, inclusive encabeçamento, PT 02311, município de Juruena (região I – Noroeste I).

²⁵ Construção de Ponte Rodoviária de Concreto, inclusive encabeçamentos, Lote 4: Ponte PT02131.

²⁶ Construção de Ponte Rodoviária de Concreto, inclusive encabeçamento, sobre o Rio Verde PT02403 na Rodovia MT-560.

²⁷ Construção de Várias Pontes de Concreto Pré-Moldado Protendido na Malha Rodoviária em várias rodovias do Sistema Estadual Rodoviário (SER).

²⁸ Construção de ponte rodoviária de concreto sobre o Rio Aripuanã (região I – Noroeste I).

²⁹ Fornecimento de aduelas de concreto armado pré-moldadas para construção de bueiros.

³⁰ Aquisição de 46 metros de aduela/galeria de concreto armado pré-moldadas para manutenção de rodovia estadual MT-198.

³¹ Construção de ponte de concreto sob o Rio Teles Pires no município de Alta Floresta (região I – Noroeste I).

³² Execução dos encabeçamentos das pontes sobre o Rio Aguassu e Riacho Curicaca, na MT-040.

³³ Construção de Ponte de Concreto em várias pontes da rodovia Malha rodoviária do SER.

³⁴ Construção de ponte de concreto sobre o Rio Tinhoso, no município de Pontal do Araguaia (MT-010) (região IV – Leste).

³⁵ Construção de várias Pontes de Concreto pré-moldado protendido, em várias rodovias da malha rodoviária do SRE.

³⁶ Construção de várias Pontes de Concreto Pré-moldado Protendido, em várias Rodovias da Malha Rodoviária do Sistema Estadual Rodoviário.

³⁷ Construção de ponte de concreto pré-moldado protendido sobre o sobre o Rio Bandeira, rodovia 400, trecho Cuiabá-Distrito da Guia (região VI- Sul).

³⁸ Construção de Pontes em Concreto Armado, Pré-Moldado Protendido, integrantes do Programa PROCONCRETO, Ponte sobre o Rio Corgão PT 2467, MT-130.

³⁹ Construção de várias pontes em Concreto Pré-Moldado Protendido em várias rodovias da malha rodoviária do SER.

⁴⁰ Construção de várias pontes em Concreto Pré-Moldado Protendido em várias rodovias da malha rodoviária do SER.

⁴¹ Construção de várias pontes em Concreto Pré-Moldado Protendido em várias rodovias da malha rodoviária do SER.

⁴² Construção de várias pontes em Concreto Pré-Moldado Protendido em várias rodovias da malha rodoviária do SER.

⁴³ Construção de Várias Pontes de Concreto PRÉ-MOLDADO PROTENDIDO, em várias Rodovias da Malha Rodoviária do S.R.E.

⁴⁴ Construção de várias Pontes de Concreto Pré-moldado Protendido, em várias Rodovias da Malha Rodoviária do Sistema Estadual Rodoviário.

⁴⁵ Referente ao fornecimento de aduelas de concreto armado pré-moldadas para construção de bueiros e transportes, lote 3 polo Sinop.

⁴⁶ Referente ao fornecimento de aduelas de concreto armado pré-moldadas para construção de bueiros e transportes, lote 4 polo Canarana.





012/2021⁴⁷, 017/2021⁴⁸, 018/2021⁴⁹, 082/2021⁵⁰ e 145/2014⁵¹.

Percebe-se que as informações referentes aos contratos executados por meio do Projeto 1283 dispostos no RAG/2021 são convergentes com os apresentados no relatório FIP 614 (FIPLAN).

Ressalta-se que a entrega das pontes pelo governo estadual, principalmente de estrutura de concreto ou aço, vem se tornando cada vez mais uma prioridade, haja vista a necessidade que Mato Grosso tem de transportar e escoar a sua produção regional, pois esses tipos de obras (pontes de madeira) não suportam o peso das cargas dos caminhões, além das perdas patrimoniais decorrentes de diversas situações (enchentes, queimadas e ação do tempo) que causam a destruição de diversas pontes de madeira:

PAROU EM RIO02.02.2022 | 08h50 Tamanho do texto A- A+

Carreta carregada de soja tomba em ponte no interior de MT
Motoristas teve algumas lesões e foi encaminhado para o hospital; carga ficou tombada na pista

Reprodução/CBMMT

Acidente ocorreu próximo de Comunidade Alvorada

DAVI VITTORAZZI
DA REDAÇÃO

Uma carreta bi-trem com carga de soja tombou durante a travessia de uma ponte, na terça-feira (1º), na Comunidade Alvorada, zona rural de Alta Floresta (790 km de Cuiabá).

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a carreta tentou atravessar uma ponte de madeira, mas caiu. Ainda não há informações sobre a causa do acidente.

Uma guarnição dos bombeiros esteve no local e encontrou o motorista já fora do veículo. A carroceria do veículo ficou caída no rio e a cabine ainda na via.

O condutor estava sentado em uma cadeira e afirmou que testemunhas o ajudaram a sair da cabine. Parte lateral da ponte ficou danificada.

O paciente apresentava escoriações na face e no membro superior esquerdo. Ele se queixava de vertigem e dores nos braços.

Ele foi imobilizado e encaminhado para o Hospital Regional de Alta Floresta.

Entre no grupo do MidiaNews no WhatsApp e receba notícias em tempo real (CLIQUE AQUI).

I GALERIA DE FOTOS

⁴⁷ Contratação de empresa especializada no fornecimento de Aduelas de Concreto Armado Pré-moldadas para construção de Bueiros, polo Barra do Garças.

⁴⁸ Construção de uma Ponte Rodoviária de Concreto sobre o Rio Comandante Fontoura, na Rodovia MT-109.

⁴⁹ Serviços ref. entrega do Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena - ECI, do Licenciamento Ambiental da Ponte de Concreto.

⁵⁰ Aquisição de aduelas de concreto para manutenção de rodovia estadual no município de Alta Araguaia MT

⁵¹ Construção de pontes mista rodovia MT 060 Poconé no período de 01/11/2019 a 30/12/2019.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Carreta tomba em Alta Floresta



<https://www.midianews.com.br/cotidiano/carreta-carregada-de-soja-tomba-em-ponte-no-interior-de-mt/415945/> Acesso em 07.03.2022.

GERAL

Ponte de madeira destruída entre Aripuanã-Colniza era maior da América do Sul

07/03/2011 13:23

Os municípios de Colniza e Aripuanã, em Mato Grosso, estão isolados do restante do estado devido às fortes chuvas que provocaram a elevação do nível do Rio Aripuanã e derrubaram a maior ponte de madeira da América do Sul. Com 275 metros, a ponte era um dos dois acessos a Colniza, pelo Distrito de Guariba. Outra ponte, que liga os municípios, está coberta pelas águas do Rio Canamã, numa altura de 2 metros, impedindo a passagem de qualquer veículo.

Colniza faz parte do chamado Cinturão Verde da Amazônia e está situada a 1.065 quilômetros (km) da capital Cuiabá. A distância de Aripuanã a Cuiabá é 1.050 km. Uma ponte que liga Colniza ao Distrito de Cotriguaçu também desabou e bloqueou o acesso rodoviário ao Distrito de Nova União. As rodovias estaduais que ligam os municípios ao resto do estado são a MT-418 e a MT-206.

A Defesa Civil de Cuiabá não tem informações sobre vítimas e prejuízos causados pelas enchentes, além da perda da ponte de madeira. O que mais preocupa é o abastecimento de óleo combustível, que garante energia à região e cujos estoques são normalmente calculados para 15 dias.

A Defesa Civil do estado está providenciando barcos para abastecer a população de Colniza e Aripuanã, situados no norte de Mato Grosso e cujas populações são, respectivamente, de 26.390 e 18.581 habitantes, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aviãos serão utilizados também pelo governo do estado para levar medicamentos à região, devido ao bloqueio das estradas.

Em Brasília, o plantão da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional informou que está entrando em contato com as defesas civis estaduais para fazer um levantamento dos problemas causados pelas chuvas, para adotar ações de socorro às localidades afetadas.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu aviso especial informando que, em Mato Grosso, as condições são favoráveis à ocorrência de chuva moderada a forte, com trovoadas e rajadas de vento ocasionais em áreas isoladas. Em toda a Região Centro-Oeste, a previsão é de tempo nublado a encoberto, com pancadas de chuva e trovoadas no Distrito Federal, em Goiás e Mato Grosso, e nublado e parcialmente nublado, com pancadas de chuva em Mato Grosso do Sul.

<https://www.sonoticias.com.br/geral/ponte-de-madeira-destruida-entre-aripuanã-colniza-era-maior-da-america-do-sul/> Acesso em 07.03.2022.





CONCLUSÃO

Ante o exposto, constata-se que o Governo do Estado de Mato Grosso, no exercício de 2021, não entregou à sociedade todas as obras de arte especial previstas (313 unidades).

Extrai-se do RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso que houve execução 47 pontes, o que representa 15% do planejado.

Constata-se que para esse projeto houve falha de planejamento na definição de metas físicas por regiões, pois há regiões inteiras onde sequer uma obra foi realizada.

Tais circunstâncias revelam a falta de planejamento no levantamento da real necessidade de ação do Estado, como também demonstra incoerência no fiel cumprimento das metas estabelecidas.

O ano de 2021 continuou a ser um período de muitos desafios e imprevistos para os gestores de Mato Grosso, no entanto, faz-se necessário que o Governo do Estado busque todas as formas de entregar as obras do Projeto 1283, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário.

3.1.2. Ação 1287 – Pavimentação de rodovias

Do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extraiu-se relatórios contendo as seguintes informações do Projeto 1287, referente ao exercício de 2021:





Quadro 13 – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Ação 1287 – Pavimentação de rodovias

Região	Dotação Inicial R\$	Meta física inicial (km)	Dotação Final (após créditos)	Meta Física Ajustada (km)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
I – Noroeste I	69.970.000,00	42	33.820.978,20	60	31.104.230,52	19.085.518,07	19.022.453,36
II – Norte	11.653.470,00	9	57.551.012,32	52,02	57.551.012,32	26.583.798,85	25.454.001,89
III – Nordeste	100.000,00	1	25.891.101,79	16,92	25.362.178,44	10.629.420,51	10.629.420,51
IV – Leste	9.283.652,00	4	60.109.924,96	41,07	60.109.924,96	42.278.554,66	42.278.554,66
V – Sudeste	49.581.428,00	39	82.337.561,01	59,86	80.759.812,29	37.011.294,22	36.961.294,22
VI – Sul	102.598.975,00	451	187.356.817,23	528,58	164.190.779,80	70.674.886,98	67.520.548,88
VII – Sudoeste	23.799.116,00	22	103.145.017,64	94,53	103.145.017,64	61.810.063,00	61.418.747,81
VIII - Oeste	100.000,00	1	14.722.026,89	15,24	14.722.026,89	4.498.902,15	4.498.902,15
IX – Centro Oeste	100.000,00	1	26.397.691,52	21,93	26.397.691,52	14.665.406,17	13.859.750,52
X – Centro	200.000,00	2	97.227.562,39	518,21	97.227.562,39	40.295.307,79	37.954.775,95
XI – Noroeste II	100.000,00	1	87.156.005,71	54,41	71.156.005,71	34.830.895,40	34.830.895,40
XII – Centro Norte	1.785.798,00	1	8.004.771,63	6,09	8.004.771,63	1.901.908,77	1.901.908,77
9900 - Estado	250.000,00	103	100.000,00	0	22.927,56	22.927,56	22.927,56
Total	269.522.439,00	677	783.820.471,29	1.468,86	739.753.941,67	364.288.884,13	356.354.181,68

Fonte: FIPLAN -Quadro de Detalhamento de Despesa, acesso em 9.2.2022.

Inicialmente, por meio do Projeto “1287 – Pavimentação de rodovias”, previu-se a execução de 677 km de pavimentação de rodovias com dotação orçamentária disponível de R\$ 269.522.439,00.

Abaixo, segue as informações apresentadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso a respeito da Ação 1287, informações estas constantes no Relatório de Ação Governamental – RAG/2021 -Consolidado:

Quadro 14 – Metas Físicas e Financeiras relativas à Ação 1287

Descrição		Metas físicas			Metas financeiras			
		Meta Final	Realizado	Índices de Realização (%)	Dotação Final - R\$	Dotação Final após contingenciamento R\$	Empenhado R\$	COFD (%)
Ação	Pavimentação de rodovias	1.486,86	518,08	35,27	783.820.471,29	746.183.982,89	739.753.941,67	99,14
Produto/ Unidade de medida	Trecho pavimentado/ Quilômetro							

Fonte: RAG/2021 – Consolidado





Constata-se por meio do RAG 2021 que no decorrer da execução orçamentária e financeira do Projeto 1287 houve o contingenciamento orçamentário no valor de R\$ 37.636.488,40, correspondente a 4,8% da dotação final, que alterou a dotação final de R\$ 783.820.471,29, conforme demonstrado no Quadro 13 deste relatório, para R\$ 746.183.982,89 (Quadro 14 deste relatório).

A execução foi de 99,14% do orçamento disponível, no entanto, a meta física alcançada foi em torno de 35% da meta final estabelecida pelo Governo estadual para a Ação 1287.

Em análise ao Relatório de Ação Governamental 2021 é possível verificar o detalhamento da meta física executada, conforme exposto abaixo:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINIFRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA						
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA	1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
1287	Pavimentação de rodovias	Trecho pavimentado	Quilômetro (km)	1468,86	518,08	<p>O investimento corresponde à execução do serviço de revestimento asfáltico das seguintes obras:</p> <p>RESOLUÇÃO I (9,50 KM) 1.MT 209- CONTRATO 039/2014, ENTRR MT-418 (PASSAGEM DO LORETO) - ENTRR MT-420 (B)/BR-174 (B) (ARIPUANÃ), COM TOTAL DE 41,69KM, SENDO 9,5KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>RESOLUÇÃO II (33,0 KM) 1.MT 206- CONTRATO 040/2021, ENTRR MT-208 - PARANÁITA - CIDADE APIACÁS, COM TOTAL DE 58KM, SENDO 13KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>2.MT 323- CONTRATO 035/2020, MATUPÁ - CARLINDA, COM TOTAL DE 31,96KM, SENDO 21KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>RESOLUÇÃO III (11,42 KM) 1.MT 109- CONTRATO 013/2021, ENTRR MT-322 (B)/ BR-080 (B) - ENTRR MT-412, COM TOTAL DE 68,96KM, SENDO 11,42KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>RESOLUÇÃO IV (18,88 KM) 1.MT 326- CONTRATO 004/2020, COCALINHO (DIVISA MT-GO) - NOVA NAZARÉ, COM TOTAL DE 41,28KM, SENDO 18,88KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>RESOLUÇÃO V (23,03 KM) 1.MT 130- CONTRATO 013/2018, PARANATINGA - SETE PLACAS, COM TOTAL DE 44,34KM, SENDO 6,34KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>2.MT 140- CONTRATO 020/2020, ENTRR BR-163/364 - ENTRR BR-070, COM TOTAL DE 15KM, SENDO 14KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>3.AV. W-11 E AV. W-14- CONTRATO 056/2020, ENTRR BR-364 - ACESSO AVENIDA W-11 E W-14 - AV. FERNANDO CORREA DA COSTA, COM TOTAL DE 4,83KM, SENDO 2,73KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p>





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO							
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINIFRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA							
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA							
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA	1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.	
1287	Pavimentação de rodovias	Trecho pavimentado	Quilômetro (km)	1468,86	518,08	CONTINUA ... REGIÃO VI (268,78 KM) 1.MT 140- CONTRATO 035/2020,MINOSSO - ENTR. MT-140/270,COM TOTAL DE 8,4186KM, SENDO 0,4186KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 2.MT 140- CONTRATO 035/2020,ENTR. MT-351 (CAMPO VERDE/MT) - NOVA BRASILIÂNIA/MT,COM TOTAL DE 9,87KM, SENDO 7,79KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 3.MT 140/020- CONTRATO 040/2014,ENTR. MT-244 (NOVA BRASILIÂNIA) - PLANALTO DA SERRA,COM TOTAL DE 53,19KM, SENDO 16,16KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 4.MT 400/351- CONTRATO 012/2019,ENTR. RODOVIA DOS IMIGRANTES - DISTRITO DE ASUAÇU E ENTR. DA MT-351 - DISTRITO DE LIMPO GRANDE,COM TOTAL DE 13,448KM, SENDO 2,4KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 5.216 DIÁRIAS DISPONIBILIZADAS PARA A ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS 6.12 MESES DE SUPERVISÃO REGIONAL DAS OBRAS NA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO 7.12 MESES DE GERENCIAMENTO DAS OBRAS NA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO REGIÃO VII (52,50 KM) 1.MT 250- CONTRATO 030/2020,ENTR. MT-175 (CURVELÂNDIA) - ENTR. MT-175 (MIRASSOL D'OESTE) - ENTR. MT-475 (APARECIDA BELA),COM TOTAL DE 5,6KM, SENDO 5,6KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 2.MT 343- CONTRATO 041/2014,CÁCERES - BARRA DO BUGRES,COM TOTAL DE 24,6KM, SENDO 8,62KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 3.MT 343- CONTRATO 042/2014,CÁCERES - PORTO ESTRELA - ENTR. MT-246 (BARRA DO BUGRES),COM TOTAL DE 64,41KM, SENDO 30,26KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 4.MT 352- CONTRATO 011/2020,VALE DE SÃO DOMINGOS - PONTES E LACERDA,COM TOTAL DE 6,49KM, SENDO 6,38KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 5.MT 475- CONTRATO 007/2020,AVENIDA ANTÔNIO CARLOS DO AMARAL, BR-174 (TRAVESSIA URBANA) - MT-475,COM TOTAL DE 1,64162KM, SENDO 1,64162KM EXECUTADO NO ANO DE 2021	
1287	Pavimentação de rodovias	Trecho pavimentado	Quilômetro (km)	1468,86	518,08	CONTINUA ... REGIÃO VII (52,50 KM) 1.MT 250- CONTRATO 030/2020,ENTR. MT-175 (CURVELÂNDIA) - ENTR. MT-175 (MIRASSOL D'OESTE) - ENTR. MT-475 (APARECIDA BELA),COM TOTAL DE 5,6KM, SENDO 5,6KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 2.MT 343- CONTRATO 041/2014,CÁCERES - BARRA DO BUGRES,COM TOTAL DE 24,6KM, SENDO 8,62KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 3.MT 343- CONTRATO 042/2014,CÁCERES - PORTO ESTRELA - ENTR. MT-246 (BARRA DO BUGRES),COM TOTAL DE 64,41KM, SENDO 30,26KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 4.MT 352- CONTRATO 011/2020,VALE DE SÃO DOMINGOS - PONTES E LACERDA,COM TOTAL DE 6,49KM, SENDO 6,38KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 5.MT 475- CONTRATO 007/2020,AVENIDA ANTÔNIO CARLOS DO AMARAL, BR-174 (TRAVESSIA URBANA) - MT-475,COM TOTAL DE 1,64162KM, SENDO 1,64162KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 REGIÃO IX (4,68 KM) 1.MT 492/249- CONTRATO 014/2021,FIM PAVIMENTAÇÃO (SÃO JOSÉ DO RIO CLARO) - NOVA MARINÁ,COM TOTAL DE 81KM, SENDO 4,68KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 REGIÃO X (45,69 KM) 1.MT 010- CONTRATO 063/2021,ENTR. MT 242 (PIRAHUA DO NORTE) - DIST. NOVA FRONTEIRA (TABAPORÁ),COM TOTAL DE 37,38KM, SENDO 1,6KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 2.MT 140- CONTRATO 080/2021,ENTR. MT-020 (PLANALTO DA SERRA/MT) - ENTR. BR-242 (NOVA LIBERTÁ/MT),COM TOTAL DE 28,66KM, SENDO 3,8KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 3.MT 242- CONTRATO 026/2020,PIRAHUA DO NORTE - ITAIPAVÁ,COM TOTAL DE 11,29KM, SENDO 10,29KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 4.MT 425- CONTRATO 046/2020,FIM DA PAVIMENTAÇÃO - DIV. SORRISO/ SANTA RITA DO TRIVELATO,COM TOTAL DE 34,46KM, SENDO 30KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 REGIÃO XI (30,45 KM) 1.MT 220- CONTRATO 016/2021,ENTR. BR-163 - ENTR. MT-170,COM TOTAL DE 64,54KM, SENDO 48,36KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 2.MT 220- CONTRATO 066/2021,ENTR. MT-338 - PONTE DO RIO ARINOS,COM TOTAL DE 2,091KM, SENDO 2,08KM EXECUTADO NO ANO DE 2021 REGIÃO XII (2,17 KM) 3.MT 222- CONTRATO 039/2020,SINOP - MT 010,COM TOTAL DE 2,17KM, SENDO 2,17KM	

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso

Nota-se uma grande variação entre as metas físicas regionais especificadas no Quadro de Detalhamento de Despesa-FIPLAN com as metas físicas regionais apresentadas no RAG/2021, conforme exposto abaixo:

Quadro 15 – Comparativo da Meta Física apresentada no QDD do Projeto 1287 com a Meta Alcançada no RAG

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA								RAG/2021
Região	Dotação Inicial R\$	Dotação Final (após créditos)	Empenho – R\$	Liquidação - R\$	Pagamento - R\$	Meta física inicial (km)	Meta Física Ajustada (km)	Meta Alcançada (km)
I – Noroeste	69.970.000,00	33.820.978,20	31.104.230,52	19.085.518,07	19.022.453,36	42	60	9,5
II – Norte	11.653.470,00	57.551.012,32	57.551.012,32	26.583.798,85	25.454.001,89	9	52,02	33
III – Nordeste	100.000,00	25.891.101,79	25.362.178,44	10.629.420,51	10.629.420,51	1	16,92	11,42
IV – Leste	9.283.652,00	60.109.924,96	60.109.924,96	42.278.554,66	42.278.554,66	4	41,07	18,88
V – Sudeste	49.581.428,00	82.337.561,01	80.759.812,29	37.011.294,22	36.961.294,22	39	59,86	23,03
VI – Sul	102.598.975,00	187.356.817,23	164.190.779,80	70.674.886,98	67.520.548,88	451	528,58	266,76





VII – Sudoeste	23.799.116,00	103.145.017,64	103.145.017,64	61.810.063,00	61.418.747,81	22	94,53	52,5
VIII - Oeste	100.000,00	14.722.026,89	14.722.026,89	4.498.902,15	4.498.902,15	1	15,24	0
IX – Centro Oeste	100.000,00	26.397.691,52	26.397.691,52	14.665.406,17	13.859.750,52	1	21,93	4,68
X – Centro	200.000,00	97.227.562,39	97.227.562,39	40.295.307,79	37.954.775,95	2	518,21	45,69
XI – Noroeste II	100.000,00	87.156.005,71	71.156.005,71	34.830.895,40	34.830.895,40	1	54,41	50,45
XII – Centro Norte	1.785.798,00	8.004.771,63	8.004.771,63	1.901.908,77	1.901.908,77	1	6,09	2,17
9900 - Estado	250.000,00	100.000,00	22.927,56	22.927,56	22.927,56	103	0	0
Total	269.522.439,00	783.820.471,29	739.753.941,67	364.288.884,13	356.354.181,68	677	1.468,86	518,08

Fonte: QDD/FIPLAN e RAG/2021

Constata-se que a meta final era de 1.468,86Km de pavimentação de rodovias, no entanto, 518,08km foi executado, ou seja, 35,27% do que foi planejado teve sua execução realizada.

A fim de verificar a confiabilidade das informações apresentadas por meio do Relatório Consolidado de Ação Governamental (RAG/2021), analisou-se todos os empenhos, por meio de relatório emitido no Fiplan - FIP614, relacionados ao PAOE 1287 e constatou que as liquidações e pagamentos estão relacionados à execução de diversos contratos: 066/2016/SINFRA⁵², 065/2016/SINFRA⁵³, 068/2016/SINFRA⁵⁴, 058/2016/SINFRA⁵⁵, 069/2016/SINFRA⁵⁶, 067/2016/SINFRA⁵⁷, 029/2017/SINFRA⁵⁸, 013/2018/SINFRA⁵⁹, 040/2014/SINFRA⁶⁰, 042/2014/SINFRA⁶¹, 012/2019/SINFRA⁶²,

⁵² Serviços de supervisão regional das obras na malha viária e aeródromos (pavimentadas e não pavimentadas) do Estado de Mato Grosso.

⁵³ Serviços de supervisão regional das obras na malha rodoviária e aeródromos (pavimentada e não pavimentada) do Estado de Mato Grosso.

⁵⁴ Serviços de supervisão regional das obras na malha rodoviária e aeródromos (pavimentada e não pavimentada) do Estado de Mato Grosso.

⁵⁵ Serviços de gerenciamento de obras na malha viária e aeródromos do Estado de Mato Grosso (32.687,30 km) e controle tecnológico.

⁵⁶ Serviços de supervisão regional das obras na malha rodoviária (pavimentada e não pavimentada) e aeródromos do Estado de Mato Grosso.

⁵⁷ Serviços de supervisão regional das obras na malha rodoviária (pavimentada e não pavimentada) e aeródromos do Estado de Mato Grosso.

⁵⁸ Execução de obras de pavimentação da Rodovia MT-388, Rio Juruena - Campos de Julio - Alcomat. Subtrecho II: Entrº BR-364 - Fazenda Formiga – ALCOMAT.

⁵⁹ Serviços de Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-130, Trecho: Paranatinga - Sete Placas.

⁶⁰ Execução de Obras de Pavimentação na Rodovia MT-140/020, Trecho: Entrº MT-244 (Nova Brasilândia) / Planalto da Serra.

⁶¹ Execução dos Serviços de Pavimentação de Rodovia na MT-343, Trecho: Cáceres- Porto Estrela.

⁶² Pavimentação de Rodovias na MT-351 e Acesso ao Distrito de Limpo Grande, Trecho: Ent. Rodovia dos Imigrantes - Distrito de Aguaçu e Ent. MT-351 - Distrito de Limpo Grande.





310/2014/SINFRA⁶³, 39/2014/SINFRA⁶⁴, 013/2013⁶⁵, 038/2014/SETPU⁶⁶,
004/2020/SINFRA⁶⁷, 007/2020/SINFRA⁶⁸, 011/2020/SINFRA⁶⁹, 019/2020/SINFRA⁷⁰,
030/2020/SINFRA⁷¹, 020/2020/SINFRA⁷², 029/2020/SINFRA⁷³, 054/2020/SINFRA⁷⁴,
035/2020/SINFRA⁷⁵, 039/2020/SINFRA⁷⁶, 008/2020/SINFRA⁷⁷, 056/2020/SINFRA⁷⁸,
046/2020/SINFRA⁷⁹, 023/2021/SINFRA⁸⁰, 013/2021/SINFRA⁸¹, 014/2021/SINFRA⁸²,
016/2021/SINFRA⁸³, 036/2021/SINFRA⁸⁴, 040/2021/SINFRA⁸⁵, 049/2021/SINFRA⁸⁶,
050/2021/SINFRA⁸⁷, 057/2021/SINFRA⁸⁸, 058/2021/SINFRA⁸⁹, 059/2020/SINFRA⁹⁰,
060/2021/SINFRA⁹¹, 061/2021/SINFRA⁹², 062/2021/SINFRA⁹³, 063/2021/SINFRA⁹⁴,
064/2021/SINFRA⁹⁵, 066/2021/SINFRA⁹⁶, 067/2021/SINFRA⁹⁷, 068/2021/SINFRA⁹⁸,

⁶³ Execução das Obras de Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-110, Trecho: Entrº BR-364 - Entrº BR-070 (A) (div.Tesouro/ Gal. Carneiro), Sub - Trecho: Entrº BR-364 - Entrº MT-461.

⁶⁴ Execução de Serviços de Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-208, Trecho: Entrº MT-418 (Passagem do Loreto) e Entrº MT-420 (B)/BR-174 (B) (Aripuanã).

⁶⁵ Serviço de implantação e pavimentação de rodovias, na MT 320, no município de Nova Santa Helena; Marcelândia.

⁶⁶ serviços de supervisão, acompanhamento e controle de pavimentação asfáltica de obras rodoviárias na Rodovia MT

⁶⁷ Execução dos serviços de pavimentação na rodovia MT 326 município de Cocalinho MT.

⁶⁸ Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais na rodovia MT -473 no município de Nova Lacerda/MT.

⁶⁹ Serviços de Implantação e Pavimentação Asfáltica de Rodovia.

⁷⁰ Serviços de implantação e pavimentação de rodovia MT-010.

⁷¹ Serviços de implantação e pavimentação asfáltica na rodovia MT -250.

⁷² Serviços de Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-140, trecho: Entrº BR-163/364 - Entrº BR-070.

⁷³ Execução dos serviços de implantação e pavimentação da Rodovia MT 242.

⁷⁴ Serviços de implantação e pavimentação da rodovia MT-040/299 no município de Itiquira - MT.

⁷⁵ Serviços de implantação e pavimentação asfáltica na rodovia MT-322.

⁷⁶ Serviço de implantação e pavimentação no município de SINOP MT.

⁷⁷ Execução de adequação e acessibilidade ao passeio da rodovia MT-252 no período de 01/08/2021 a 31/08/2021.

⁷⁸ Serviços de implantação e pavimentação de rodovia municipal no município de Rondonópolis.

⁷⁹ Serviço de implantação e pavimentação na rodovia MT-485 no município de Sorriso.

⁸⁰ Serviços de implantação e pavimentação da rodovia MT 240, município de Tangara da Serra.

⁸¹ Serviços de implantação e pavimentação da Rodovia MT-109 no trecho: Entrº MT-322 (B)/BR-080(B) - Entrº MT-412 (Canabrava do Norte).

⁸² Serviços de implantação e pavimentação de rodovia, na rodovia MT-492/249, trecho: São José do Rio Claro - Nova Maringá.

⁸³ Serviços de Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-220, trecho: Entrº BR-163 - Entrº MT-170, sub.trecho: Entrº MT-338 (Novo Paraná).

⁸⁴ Serviços de implantação e pavimentação de rodovia, na rodovia MT-388 - Trecho BR-070.

⁸⁵ Serviços de implantação e pavimentação asfáltica na MT-206, no município de Paranaíta.

⁸⁶ Serviços de implantação e pavimentação asfáltica na rodovia MT-010, serviços no município de Tabaporã.

⁸⁷ Serviço de implantação e pavimentação de rodovia - MT 010, município de Ipiranga do Norte.

⁸⁸ Serviço de implantação e pavimentação, na Rodovia MT-495, no município de Campo Novo do Parecis.

⁸⁹ Serviços de implantação e pavimentação da Rodovia MT-140.

⁹⁰ serviços de Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-140, trecho: Entrº MT-020 (Planalto da Serra-MT).

⁹¹ serviços de implantação e pavimentação de rodovia MT-140 no período de 09/09/2021 a 30/09/2021, Serviços em Santa Rita do Trivelato.

⁹² Serviços de Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-140, trecho: Entrº MT-020 (Planalto da Serra).

⁹³ Implantação e pavimentação asfáltica na rodovia MT-140 Planalto da Serra - MT.

⁹⁴ Serviço de implantação e pavimentação na rodovia MT-010, Porto dos Gaúchos; Ipiranga do Norte.

⁹⁵ Serviços de Implantação e Pavimentação Asfáltica na Rodovia MT-247; no município de Vale de São Domingo.

⁹⁶ Serviços de implantação e pavimentação da rodovia MT-343, em Cáceres.

⁹⁷ Serviços de Implantação, Pavimentação e Revitalização da Rodovia MT-343 no Trecho: Cáceres - Porto Estrela.

⁹⁸ Serviços de implantação e pavimentação da Rodovia MT-220, trecho: Entrº MT-338 - Ponte do Rio Arinos.





073/2021/SINFRA⁹⁹ e 079/2021/SINFRA¹⁰⁰.

Após a identificação dos Contratos ligados ao Projeto 1287 (FIP 614) e a comparação com o detalhamento da meta física executada (RAG 2021) confirmou-se que os trechos identificados na prestação de contas do Executivo Estadual correspondem às liquidações e pagamentos relacionados no relatório FIP 614, mais especificamente aos Contratos n^{os} 039/2014/SINFRA, 040/2021/SINFRA, 035/2020/SINFRA, 013/2021/SINFRA, 014/2021/SINFRA, 040/2014/SINFRA, 007/2020/SINFRA, 042/2014/SINFRA, 056/2020/SINFRA, 12/2019/SINFRA, 011/2020/SINFRA, 004/2020/SINFRA, 029/2020/SINFRA, 046/2020/SINFRA, 013/2018/SINFRA, 020/2020/SINFRA, 30/2020/SINFRA, 039/2020/SINFRA, 063/2021/SINFRA, 068/2021/SINFRA e 060/2021/SINFRA.

Em consulta ao Sistema GEO-OBRA TCE/MT, verifica-se que a maioria dos contratos acima elencados se encontravam em vigência no ano de 2021 e que as obras executadas por meio dos Contratos n^{os} 012/2019/SINFRA, 020/2020/SINFRA, 029/2020/SINFRA e 039/2020/SINFRA foram concluídas no referido exercício.

CONCLUSÃO

A prestação de contas do Executivo Estadual acerca do Projeto 1287 do ano de 2021 revela-se fidedigna quanto aos produtos entregues à sociedade, contudo, ressalta-se que a execução da meta física ainda precisa de incremento de execução, considerando o atingimento de apenas 35,3% da meta proposta.

Por fim, conclui-se que o governo do Estado necessita ter mais agilidade na entrega dos produtos dessa Ação, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário, por meio de pavimentação de rodovias.

Nesse sentido, apresenta-se a necessidade do Estado por rodovias

⁹⁹ Serviços de implantação, pavimentação, incluindo obras de arte especiais, trecho: MT-251 - Acesso ao Centro de Eventos, em Cuiabá.

¹⁰⁰ Serviços de implantação, e pavimentação na rodovia MT 140, no município de Santa Rita do Trivelato.





pavimentadas para fins de garantir o desenvolvimento socioeconômico:

Motoristas enfrentam dificuldades em Mato Grosso devido aos atoleiros

Situação é complicada no norte de Mato Grosso por conta das chuvas registradas nos últimos dias.

Por Eunice Ramos, TV Centro América

17/01/2022 19h41 - Atualizado há um mês



Caminhoneiros sofrem com atoleiros em Mato Grosso

Em diversos pontos do norte de Mato Grosso, motoristas estão parados por conta dos atoleiros nas estradas provocados pelas chuvas dos últimos dias. No estado, oito municípios já decretaram situação de emergência por causa das chuvas.





Segundo a Defesa Civil de Mato Grosso, em todos eles, o maior problema é com relação ao tráfego nas estradas. Foram registradas quedas de pontes, além de pontos com atoleiro.

A Defesa Civil informou que está acompanhando a situação das estradas, o trabalho é para evitar o desabastecimento dos municípios.



Motoristas enfrentam dificuldades no norte de Mato Grosso pela situação das estradas — Foto: Reprodução Ailton Paikan

O superintendente da Defesa Civil, Luís Cláudio Ferreira da Cruz, disse que há municípios com dificuldade no abastecimento.

"Quando se têm esses atoleiros que impedem o tráfego de caminhões, há dificuldade em se chegar alimentos e combustíveis", informou.

Segundo ele, neste momento, estão sendo adotadas medidas de reestabelecimento, ou seja, a construção de desvios para que as comunidades possam se deslocar.

Em outro ponto, há ainda o trabalho de captação de recursos junto aos governos de federal e do estado.

"Para que no fim do período chuvoso possa ser feita a reconstrução dessas pontes que foram destruídas", explicou.

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/01/17/motoristas-enfrentam-dificuldades-em-mato-grosso-devido-aos-atoleiros.ghtml> Acesso em 07.03.2022





PARANATINGA

Veja vídeo = Caminhoneiros estão parados há vários dias em atoleiros na MT-020

Situação ocorre no Município de Paranatinga, ao longo de 30 km de estrada de

Publicado 16/01/2022 09:14:04



Facebook



Twitter



WhatsApp



Dezenas de caminhoneiros estão presos há sete dias no Bar e Restaurante Pé da Serra em Paranatinga (a 378 km de Cuiabá). As más condições da MT-020 impedem a passagem dos trabalhadores e muitos deles ficaram com os veículos presos na lama.

De acordo com o proprietário do estabelecimento, José Faustino da Silva, são cerca de 30 quilômetros de atoleiro, pois parte da estrada que liga os municípios de Paranatinga e Gaucha do Norte não é asfaltada.

A estrada de terra, segundo ele, começa a 8 quilômetros do seu estabelecimento - conhecido popularmente como Postinho.

De acordo com moradores da região, há relatos de proprietários de gado que venderam os animais e, por causa dos atoleiros, eles ficaram presos dentro do caminhão por três dias.

"Imagina o sofrimento desses animais dentro do caminhão, presos. Não tem nem como tirar", disse um deles, que preferiu não se identificar.

De acordo com seu José, há dois dias não chove na região, mas a situação ainda não teria sido resolvida.

Imagens feitas por um dos caminhoneiros mostram o drama vivido pelos profissionais, que se aglomeram no estabelecimento do seu José.

"Cheio de caminhão aqui, estrada interditada, só atoleiro, como que vai?", desabafa no vídeo.

O homem subiu sobre o seu veículo para mostrar a dimensão do problema e diz: "Pra quem chega aqui e tem um ou dois caminhões todo dia, hoje tem mais de 30".

<https://www.paranatinganews.com.br/paranatinga/veja-video-caminhoneiros-estao-parados-ha-varios-dias-em-atoleiros-na-mt-020/203976256> Acesso em 07.03.2022





Atoleiros e indignação: logística precária na MT-322 dificulta escoamento da safra em MT

Estrada se tornou importante corredor para o transporte de grãos colhidos na região nordeste do estado; mas faltam condições de tráfego e sobram prejuízos

10 de fevereiro de 2021 às 17h18

Não é de hoje que a região conhecida como Norte Araguaia Xingu sofre com a falta de logística. A MT-322 – antiga BR 080 – é um dos exemplos dessa realidade. A estrada foi inaugurada no início da década de 1960... mas – na opinião de quem depende dela – foi praticamente abandonada anos mais tarde.

Fernando Tulha Filho, presidente do Sindicato Rural de São José do Xingu, conta que “no início, a BR-080 era um verdadeiro tapete e serviu de grande suporte para a pecuária de corte que se instalava na região ‘dos Baianos’, de São José do Xingu, distrito de Santa Cruz do Xingu. Mas por vários anos, convivemos com uma triste realidade que é a falta de conservação dessa rodovia. Há mais de 40 anos que se arrasta essa precária condição que o governo nos apresenta. São atoleiros e mais atoleiros, décadas após décadas, tem atoleiro que está no mesmo lugar há mais de 40 anos e nenhuma atitude é tomada. Parece que de nada adiantou a cobrança do Fethab nesses quase 21 anos. Temos diante de nós uma realidade triste e vergonhosa”, desabafa.





Na hora do escoamento dos grãos esta precariedade tem um impacto ainda maior. É que a agricultura ganhou força na região: já são mais de 300 mil hectares cultivados com soja, além do milho segunda safra. Com o avanço da produção, a movimentação na estrada aumentou... assim como os problemas.

“Nós estamos em plena colheita da safra de soja aqui no Norte Araguaia Xingu. É uma nova safra, mas com o mesmo problema de outras safras: a precariedade das estradas estaduais. Nós pagamos Fethab e arcamos com prejuízo. Não temos o retorno necessário na logística, na infraestrutura, na manutenção das estradas da região. Sobra nesse governo taxaço, impostos e descaso com o produtor rural. E falta compromisso e respeito para com a classe da região”, reclama Alessandro Pires, presidente do Sindicato Rural de Porto Alegre do Norte.

Os produtores reclamam. Querem ver o dinheiro pago ao Fundo Estadual de Transporte e Habitação – o Fethab – revertido em melhorias na MT-322. “Ano a ano, sai governo, entra governo, pagamos Fethab e toda vez, na hora de escoar aquilo que foi plantado, aquilo que foi trabalhado, as carretas são atoladas, são tombadas por conta da falta de estrutura que tem na MT-322. Isso é um descaso com a nossa região”, comenta o presidente do Sindicato Rural de Vila Rica, Anísio Vilela Junqueira Neto (o Netão).

Dono de uma fazenda próximo ao “posto do Arnon”, na MT-322, o produtor Carlos Augusto Porfírio reforça a crítica às condições da estrada. “Nossa indignação é o quanto essa estrada está esquecida. Há muito tempo ela está ficando pior a cada ano, e nada é feito! Tem que fazer levantamento, cascalhamento, reparo em pontes... e nós não estamos vendo isso do governo estadual. Nossa região está sofrendo com o aumento do Fethab e não estamos vendo os benefícios disso. Nossa indignação é imensa e nossos prejuízos também com a calamidade que é essa rodovia”, fala.





Para Tulha, de São José do Xingu, existem duas 'alternativas' para solucionar os problemas da MT-322: "ou o governo de estado assume o comprometimento de fazer a manutenção necessária para dar o escoamento de produção, para dar condição de chegarem os insumos sem os atoleiros que ano a ano se repetem, ou essa estrada volta a ser Federal. E aí nós vamos buscar recursos para conservação dela, para pavimentação asfáltica. Nós vamos buscar esses recursos no Governo Federal", conclui.

O que diz o Governo Estadual?

Em nota, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT) informou apenas que "as incessantes chuvas que atingiram a região de São José do Xingu prejudicaram a trafegabilidade pela rodovia não-pavimentada MT-322. No entanto, uma equipe de manutenção desta secretaria já está atuando na rodovia, a fim de melhorar a situação da malha e restabelecer o tráfego na região".

Até a publicação desta reportagem, a Sinfra-MT não confirmou qual o volume de recursos do Fethab que aplicados na melhoria logística da região.

<https://blogs.canalrural.com.br/canalruralmatogrosso/2021/02/10/atoleiros-e-indignacao-logistica-precaria-na-mt-322-dificulta-escoamento-da-safr-em-mt/> Acesso em 07.03.2022

3.1.3. Ação 1289 – Restauração de rodovias pavimentadas

Do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extraiu-se relatórios contendo as seguintes informações do Projeto 1289, referente ao exercício de 2021:

Quadro 16 – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) do Projeto 1289

Região	Dotação Inicial	Meta física inicial (km)	Dotação Final (após créditos) R\$	Meta Física Ajustada (km)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
III – Nordeste	0,00	0	15.755.355,22	39,19	15.755.355,22	0,00	0,00
IV – Leste	12.960.592,00	12	28.609.663,02	23,76	26.608.973,02	17.191.555,77	17.191.555,77
V – Sudeste	9.137.109,00	12	5.485.064,50	8,98	5.485.064,50	4.307.232,20	4.307.232,20
VI – Sul	43.471.631,00	2276	39.629.483,71	2273,9	35.767.054,73	22.837.982,75	22.837.982,75
VII – Sudoeste	0,00	0	26.845,05	0,02	26.845,05	26.845,05	26.845,05
VIII - Oeste	8.481.696,00	48	28.153.977,98	74,24	19.996.351,04	16.865.436,41	8.157.626,94
IX – Centro Oeste	16.140.686,00	54	47.187.028,27	69,76	37.221.884,27	29.183.763,86	27.083.662,50





XII – Centro Norte	0,00	0	7.655.119,98	12,5	7.655.119,98	1.121.153,54	473.225,77
Total	90.191.714,00	2.402	172.502.537,73	2.502,35	148.516.647,81	91.533.969,58	80.078.130,98

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 9.2.2022

Do total empenhado (R\$ 148.516.647,81) para fins de execução do Projeto 1289, 66,71% (R\$ 99.085.858,04) são recursos orçamentários advindos da fonte 196 (Recursos de Fundos Especiais Administrados pelo órgão), ou seja, contribuição regional ao FETHAB:

Emitir Demonstrativo Despesa Orçamentária UO Fonte Grupo													
*Exercício igual a 2021													
*Mês igual a 12													
Código do PAOE igual a 1289													
UO	SIGLA	FTE	GR	Orçado Inicial	Orçado Atual	Bloqueado Créditos	Contingenciado	Indisponível	PED	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo
25101	SINFRA	100	4	0,00	43.464.845,32	0,00	0,00	0,00	0,00	43.464.729,80	4.720.608,57	2.620.507,21	115,52
25101	SINFRA	151	4	10.093.436,00	10.093.436,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.093.436,00
25101	SINFRA	196	4	80.098.278,00	110.978.196,44	0,00	11.740.585,77	11.740.585,77	0,00	99.085.858,04	84.287.342,47	84.237.342,47	151.752,63
25101	SINFRA	351	4	0,00	966.059,97	0,00	0,00	0,00	0,00	966.059,97	966.059,97	966.059,97	0,00
25101	SINFRA	396	4	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	1.559.958,57	912.030,80	0,00
Subtotal UO: 25101				90.191.714,00	170.502.537,73	0,00	11.740.585,77	11.740.585,77	0,00	148.516.647,81	91.533.969,58	88.735.940,45	10.245.304,15
TOTAL GERAL				90.191.714,00	170.502.537,73	0,00	11.740.585,77	11.740.585,77	0,00	148.516.647,81	91.533.969,58	88.735.940,45	10.245.304,15

Obs.: No caso de seleção do filtro: "Cód. Unidade Gestora", desconsiderar o valor da coluna "SALDO", visto que parte da execução ocorre somente na UG = zero (Anulações, Suplementações e Bloqueios Créditos) e outra parte ocorre somente nas UGs > 0 (C

Fonte: FIPLAN - (PLAN 72). Acesso em 24.2.2022.

Tal informação revela o quão é imprescindível os recursos do Fundo para garantir os investimentos em infraestrutura, conforme detalhado no tópico 4 deste relatório.

Inicialmente, previu-se a restauração de 2.402 km de rodovias pavimentadas por meio do Projeto "1289 – Restauração de rodovias pavimentadas", com dotação inicial de R\$ 90.191.714,00.

A seguir, as informações apresentadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso a respeito do Projeto 1289, informações estas constantes no Relatório de Ação Governamental – RAG/2021:

Quadro 17 - Metas Físicas e Financeiras relativas ao Projeto 1289

Descrição		Metas físicas			Metas financeiras			
		Final	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final R\$	Dotação Final após contingenciamento R\$	Empenhado R\$	COFD (%)
Ação	Restauração de rodovias pavimentadas	2.502,35	891,66	35,63	170.502.537,73	158.761.951,96	148.516.647,81	93,55
Produto/	Trecho restaurado Quilômetro							



Unidade de medida								
-------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: RAG/2021 – Consolidado

Nota-se divergência entre o valor da dotação final disposta no Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD (Quadro 16 deste relatório) e no disponível no RAG 2021 Consolidado (Quadro 17 deste relatório) de R\$ 2.000.000,00 (172.502.573,73 – 170.502.537,73).

Ademais, constata-se por meio do RAG 2021, que no decorrer da execução orçamentária e financeira do Projeto 1289 houve o contingenciamento orçamentário no valor de R\$ 11.740.585,77, que alterou a dotação final de R\$ 170.502.537,73, para R\$ 158.761.951,96, por fim a execução foi de 93,55% do orçamento disponível.

No entanto, a meta física alcançada foi em torno de 35% da meta final estabelecida pelo Governo estadual para a Ação 1289.

Considerando o total liquidado nesta Ação, qual seja, de R\$ 91.533.969,58 e a informação disposta no RAG/2021, de que houve a execução de 891,66 quilômetros de restauração de rodovias pavimentadas, constata-se que o custo por quilometro restaurado foi de R\$ 102.655,69 (R\$ 91.533.969,58/891,66 km).

Em análise ao Relatório de Ação Governamental 2021 é possível verificar





o detalhamento da meta física executada, conforme exposto abaixo:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA						
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA	1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
1289	Restauração de rodovias pavimentadas	Trecho restaurado	Quilômetro (km)	2502,35	891,66	<p>O investimento corresponde à execução do serviço de restauração e sinalização das seguintes obras:</p> <p>REGIÃO II (12,0 KM)</p> <p>1. MT 419- CONTRATO 111/2014, NOVO MUNDO - GUARANTÁ DO NORTE - ENTRR BR-163, COM TOTAL DE 32KM, SENDO 2KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>REGIÃO IV (19 KM)</p> <p>Essa ação executou serviços de sinalização no seguinte contrato:</p> <p>1. SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-251 - 19 KM</p> <p>REGIÃO VI (452,94 KM)</p> <p>1. MT 020/251- CONTRATO 002/2019, CUIABÁ - CHAPADA DOS GUIMARÃES, COM TOTAL DE 13,16KM, SENDO 1,85KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>2. MT 246- CONTRATO 388/2014, ENTRR BR-163/364 (TREVO JANGADA) - BARRA DO BUGRES, COM TOTAL DE 34,6KM, SENDO 4KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>3. MT 251- CONTRATO 153/2014, CUIABÁ - CHAPADA DOS GUIMARÃES, COM TOTAL DE 44,36KM, SENDO 1,36KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>4. 250 DIÁRIAS DISPONIBILIZADAS PARA A ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS</p> <p>5. SINALIZAÇÃO I.C. 05/2020 - 175,72 KM</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-060</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-251</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-351</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-444</p>
1289	Restauração de rodovias pavimentadas	Trecho restaurado	Quilômetro (km)	2502,35	891,66	<p>CONTINUA...</p> <p>REGIÃO VIII (247,7 KM)</p> <p>1. MT 235- CONTRATO 034/2015, CAMPO NOVO DO PARCÓ - RIO PAPAGAIO - SAPEZAL, COM TOTAL DE 305KM, SENDO 28,6KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>2. MT 246- CONTRATO 388/2014, ENTRR BR-163/364 (TREVO JANGADA) - BARRA DO BUGRES, COM TOTAL DE 45,245KM, SENDO 0,245KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>3. MT 358- CONTRATO 196/2014, TANGARÁ DA SERRA - ITANORTE, COM TOTAL DE 66,96KM, SENDO 6,04KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>4. SINALIZAÇÃO I.C. 05/2020 - 217,8 KM</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-140</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-170</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-240</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-343</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-358</p> <p>REGIÃO IX (84,72 KM)</p> <p>1. MT 240- CONTRATO 349/2014, ENTRR BR-364 (NOVO DIAMANTINO) - SANTO AFONSO / ACESSO A ALTO PARAGUAI / ENTRR MT-240 - NOVA MARILÂNDIA, COM TOTAL DE 64,254KM, SENDO 14,744KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>2. MT 240- CONTRATO 350/2014, ENTRR BR-364 (NOVO DIAMANTINO) - SANTO AFONSO / ACESSO A ALTO PARAGUAI / ENTRR MT-240 - NOVA MARILÂNDIA, COM TOTAL DE 36,492KM, SENDO 35,17KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>3. MT 343- CONTRATO 013/2019, ASSARI - DENISE - ARENÁPOLIS, COM TOTAL DE 58,142KM, SENDO 34,802KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>REGIÃO XII (105,3 KM)</p> <p>Essa ação executou serviços de sinalização no seguinte contrato:</p> <p>1. SINALIZAÇÃO I.C. 05/2020</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-222</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-225</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-322</p> <p>• SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NA MT-484</p>

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso.

Em se tratando desta ação, nota-se uma variação entre as metas físicas regionais especificadas no Quadro de Detalhamento de Despesa-FIPLAN com as metas físicas regionais apresentadas no RAG/2021 - Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso, sendo que o Estado conseguiu executar 35,63% da meta final ajustada, conforme exposto abaixo:

Quadro 18 – Comparativo da Meta Física apresentada no QDD do Projeto 1289 com a Meta Alcançada no RAG

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA								RAG 2021
Região	Dotação Inicial	Dotação Final (após créditos) R\$	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$	Meta física inicial (km)	Meta Física Ajustada (km)	Meta Atingida (Km)
II - Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	2
III – Nordeste	0,00	15.755.355,22	15.755.355,22	0,00	0,00	0	39,19	0
IV – Leste	12.960.592,00	28.609.663,02	26.608.973,02	17.191.555,77	17.191.555,77	12	23,76	19





V – Sudeste	9.137.109,00	5.485.064,50	5.485.064,50	4.307.232,20	4.307.232,20	12	8,98	0
VI – Sul	43.471.631,00	39.629.483,71	35.767.054,73	22.837.982,75	22.837.982,75	2276	2273,9	432,94
VII – Sudoeste	0,00	26.845,05	26.845,05	26.845,05	26.845,05	0	0,02	0
VIII - Oeste	8.481.696,00	28.153.977,98	19.996.351,04	16.865.436,41	8.157.626,94	48	74,24	247,7
IX – Centro Oeste	16.140.686,00	47.187.028,27	37.221.884,27	29.183.763,86	27.083.662,50	54	69,76	84,72
XII – Centro Norte	0,00	7.655.119,98	7.655.119,98	1.121.153,54	473.225,77	0	12,5	105,3
Total	90.191.714,00	172.502.537,73	148.516.647,81	91.533.969,58	80.078.130,98	2402	2502,35	891,66

Fonte: QDD/FIPLAN e RAG/2021

Com o objetivo de verificar a confiabilidade das informações apresentadas por meio do Relatório Analítico de Ação Governamental (RAG/2021), analisou-se todos os empenhos (por meio de relatório emitido no FIPLAN - FIP614) relacionados ao PAOE 1289 e constatou que as liquidações e pagamentos estão relacionados à execução de diversos Contratos: 124/2014/SINFRA¹⁰¹, 349/2014/SINFRA¹⁰², 388/2014/SINFRA¹⁰³, 153/2014/SINFRA¹⁰⁴, 196/2014/SINFRA¹⁰⁵, 002/2019/SINFRA¹⁰⁶, 068/2016/SINFRA¹⁰⁷, 013/2019/SINFRA¹⁰⁸, 383/2014/SINFRA¹⁰⁹, 224/2013/SINFRA¹¹⁰, 034/2015/SINFRA¹¹¹, 350/2014/SINFRA¹¹², 028/2020/SINFRA¹¹³, 052/2020/SINFRA¹¹⁴, 057/2020/SINFRA¹¹⁵, 058/2020/SINFRA¹¹⁶, 059/2020/SINFRA¹¹⁷,

¹⁰¹ Serviços de conservação, restauração e melhoramento do pavimento da Rodovia MT-344.

¹⁰² Serviços de conservação, restauração e melhoramento de meio ambiente- CREMA, na rodovia MT-240 trecho entre BR-364.

¹⁰³ Serviços de Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente da Rodovia: MT-246, Trecho: Entrº BR-163/364 (Trevo Jangada).

¹⁰⁴ Serviço de revitalização de rodovias pavimentadas, na BR MT 251 Cuiabá - Chapada dos Guimarães.

¹⁰⁵ Serviços de Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente-CREMA da MT-358

¹⁰⁶ Restauração da rodovia MT-020/251, Trecho: Cuiabá - Chapada dos Guimarães, Sub-Trecho: Fundação Bradesco - Entr. MT-351.

¹⁰⁷ Supervisão regional das obras na malha Viária e Aeródromos (pavimentadas e não pavimentadas) do Estado de Mato Grosso, Lote 04.

¹⁰⁸ Serviços de Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente da Rodovia MT-343, Trecho: Assari - Denise – Arenópolis.

¹⁰⁹ Execução de Serviços de Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente - CREMA -MT, da Rodovia: MT-246

¹¹⁰ Execução dos Serviços de Restauração de Rodovia Pavimentada, divididos em 2 lotes: Sendo Lote 01, Rodovia MT-170.

¹¹¹ Execução do remanescente da obra e serviços de revitalização de Rodovias Pavimentadas na Rodovia MT-235 - Trecho: Campo Novo do Parecis - Rio Papagaio - Sapezal

¹¹² Serviços de Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente - CREMA-MT, da Rodovia: MT-240/Acesso a Alto Paraguai/MT-160.

¹¹³ Execução de serviços de reconstrução da Rodovia MT-140, trecho: Entrº. MT-251 (Campo Verde-MT)

¹¹⁴ Serviços de Melhoramento para adequação da capacidade e segurança da Rodovia MT-100, trecho: Ribeirãozinho -Torixoréu - Sub.trecho MT-461.

¹¹⁵ Implantação e manutenção da sinalização na malha rodoviária estadual pavimentada lote 01.

¹¹⁶ Serviços de implantação e manutenção da sinalização.

¹¹⁷ Serviços de implantação e manutenção da sinalização na malha rodoviária estadual pavimentada lote 03.





060/2020/SINFRA¹¹⁸, 087/2020/SINFRA¹¹⁹, 056/2021/SINFRA¹²⁰,
087/2021/SINFRA¹²¹, 088/2021/SINFRA¹²² e 089/2021/SINFRA¹²³.

Após a identificação dos Contratos ligados ao Projeto 1289 (FIP 614 - FIPLAN) e a comparação com o detalhamento da meta física executada (RAG 2021) constatou-se que os trechos identificados na prestação de contas do Executivo Estadual correspondem às liquidações e pagamentos relacionados no relatório FIP 614, mais especificamente aos Contratos n^{os} 349/2014/SINFRA, 388/2014/SINFRA, 153/2014/SINFRA, 196/2014/SINFRA, 002/2019/SINFRA, 013/2019/SINFRA, 383/2014/SINFRA, 034/2015/SINFRA, 350/2014/SINFRA, 057/2020/SINFRA, 058/2020/SINFRA e 059/2020/SINFRA.

Conforme informações disponíveis no Sistema GEO-OBRS-TCE/MT, todos os instrumentos contratuais acima relacionados tiveram execução de serviços (medições) em 2021. Ademais, os Contratos n^{os} 349/2014/SINFRA, 388/2014/SINFRA, 002/2019/SINFRA, 013/2019/SINFRA, 383/2014/SINFRA, 350/2014/SINFRA, 057/2020/SINFRA, 058/2020/SINFRA e 059/2020/SINFRA foram concluídos no referido ano.

No entanto, constata-se que o Governo do Estado de Mato Grosso ainda necessita implementar mais ações para que o Estado de Mato Grosso tenha efetivamente rodovias com qualidade ótima e/ou boa:

¹¹⁸ Serviços de implantação e manutenção da sinalização na malha rodoviária estadual pavimentada lote 04.

¹¹⁹ Serviços de implantação e manutenção da sinalização na malha rodoviária estadual pavimentada lote 01 de Acorizal.

¹²⁰ Serviços de revitalização da Rodovia MT-140 na travessia urbana de Nova Brasilândia.

¹²¹ Serviços de Implantação e Manutenção da Sinalização na Malha Rodoviária Estadual Pavimentada - Lote 01.

¹²² serviços de supervisão na malha rodoviária estadual pavimentada lote 02 nos municípios: Arenópolis, Brasnorte, Cáceres, Campo Novo.

¹²³ serviços de supervisão na malha rodoviária estadual pavimentada lote 03 nos municípios: Porto dos Gaúchos e Tangará da Serra.





Pesquisa mostra que 64,1% das rodovias federais e estaduais em MT são ruins ou péssimas

Levantamento feito pela CNT avaliou o estado do pavimento, a sinalização com placas e faixas na pista; condição e presença de acostamentos; pontes e viadutos

Por Sérgio Borges, TV Centro América

16/12/2021 19h19 · Atualizado há 2 meses



Rodovias federais e estaduais em MT são avaliadas como regulares, ruins e péssimas pela pesquisa da CNT — Foto: Reprodução

Pesquisa mostra que 64,1% das rodovias de Mato Grosso são ruins ou péssimas. O levantamento feito pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) leva em conta as rodovias estaduais e federais pavimentadas do estado.





Os caminhoneiros que trafegam pelas rodovias de Mato Grosso contam que estão insatisfeitos com as condições do asfalto. A pesquisa ainda mostra uma estimativa de gastos e prejuízos aos transportadores.

Entre os caminhoneiros que circulam pelo estado, não faltam motivos para reclamar das condições das estradas. Além dos custos com a manutenção dos veículos, eles também apontam os riscos de acidentes graves.

O caminhoneiro Raphael Bombach desabafa. “É muito buraco. Muito pedágio caro e que não tem retorno pra gente. Você passa ali e caminhão quase desmancha. Pista apertada, sem acostamento”, disse.

A pesquisa da confederação avaliou cinco rodovias federais em MT e mais de 5.400 km de rodovias estaduais.

Condições das estradas em rodovias pavimentadas, segundo a CNT

- 64,1% regulares, ruins ou péssimas;
- 35,9% ótimas ou boas;

A avaliação levou em conta o estado do pavimento; a sinalização com placas e faixas na pista; condição e presença de acostamentos; pontes e viadutos.





O caminhoneiro Sebastião de Almeida, que vive desse trabalho, também corrobora com o resultado da pesquisa. “Está muito ruim. Tem trânsito demais. Muitos buracos e acidentes”, comentou.

Essas situações aumentam os custos com escoamento da produção agrícola, o que prejudica a competitividade do estado e do país no mercado internacional de grãos.

A pesquisa também fez uma estimativa do desperdício de combustível causado pela má qualidade do pavimento das estradas em Mato Grosso.

Até o final deste ano, haverá um consumo desnecessário de mais de 47 milhões de litros de óleo diesel ao custo de R\$ 208,700 milhões pagos pelos transportadores.

De acordo com a confederação, são necessárias diversas obras de emergência, manutenção e reconstrução para melhorar as rodovias no estado. Pelos cálculos da confederação, o investimento necessário é de R\$ 2,300 bilhões.

Para o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos do estado, Roberto Pessoa, a situação representa um descaso das autoridades.





“De Primavera do Leste até Canarana também está feia esta estrada. É o que a gente conhece. A de Barra do Bugres até Tangará da Serra também está intrafegável. Lá por Diamantino nem se fala. A Serra da Deciolândia é só buraco. O que a gente conta é o descaso das autoridades competentes em relação a manutenção das rodovias. Os caras só prometem e não fazem”, afirmou.

A Secretaria Estadual de Infraestrutura (Sinfra) disse que o trecho de Barra do Bugres até Tangará da Serra está sendo administrado por uma empresa que ganhou a concessão em maio deste ano.

Já a MT-130, entre Primavera do Leste e Paranatinga, também está sob concessão. A fiscalização dos contratos é feita Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (Ager).

A Sinfra informou que trabalha na pavimentação de mais de 1.600 km de rodovias estaduais e na recuperação de outros 615 quilômetros.

[...]

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/16/pesquisa-mostra-que-641percent-das-rodovias-federais-e-estaduais-em-mt-sao-ruins-ou-pessimas.ghtml> Acesso em 07.03.2022

CONCLUSÃO

A prestação de contas do Executivo Estadual acerca do Projeto 1289 do ano de 2021 revela-se fidedigna quanto aos produtos entregues à sociedade.

Todavia, cabe ao Executivo Estadual frente ao alcance de apenas 35,63%





da meta final estipulada na LOA no ano de 2021 e as atuais situações dos pavimentos asfálticos nas rodovias mato-grossenses implementar ações visando ao alcance quantitativo e qualitativo das ações de restauração de rodovias pavimentadas.

3.1.4. Ação 1291 – Elaboração e revisão de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário

Do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso - FIPLAN, extraiu-se relatórios contendo as seguintes informações da Ação 1291, referente ao exercício de 2021:

Quadro 19 – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Ação 1291

Região	Dotação Inicial R\$	Meta física inicial (unidade)	Dotação Final (após créditos) R\$	Meta Física Ajustada (unidade)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
I – Noroeste I	0,00	0	4.000.000,00	1	4.000.000,00	2.346.723,04	2.346.723,04
II – Norte	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
IV – Leste	0,00	0	126.124,19	0	0,00	0,00	0,00
V – Sudeste	350.000,00	1	403.279,68	1	388.479,68	386.726,19	386.726,19
VI – Sul	19.650.000,00	8	32.025.141,14	25	32.025.141,14	15.733.083,98	15.475.039,15
IX – Centro Oeste	0,00	0	757.503,47	1	757.502,85	754.426,55	617.926,06
Total	20.000.000,00	9	37.312.048,48	28	37.171.123,67	19.220.959,76	18.826.414,44

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 9.2.2022.

Abaixo, segue as informações apresentadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso a respeito do Projeto 1291, informações estas constantes no Relatório de Ação Governamental – RAG/2021.





Quadro 20 – Metas Físicas e Financeiras relativas à Ação 1291

Descrição		Metas físicas			Metas financeiras		
		Meta Final	Realizado	Índices de Realização (%)	Dotação Final R\$	Empenhado	COFD (%)
Ação	Elaboração e revisão de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário	28	15	53,57	37.312.048,48	37.171.123,67	99,62%
Produto/ Unidade de medida	Projeto analisado/unidade						

Fonte: RAG/2021– Consolidado

De acordo com o Quadro de Detalhamento de Despesa, a liquidação foi de 51,51% da dotação final e, segundo o RAG/2021, o percentual da meta física atingida foi de 53,57% da meta final ajustada.

Em análise ao Relatório de Ação Governamental/2021 é possível verificar o detalhamento da meta física executada, conforme exposto abaixo:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFRÁ / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA_G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
1 - Analise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.					
1291	Elaboração e revisão de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário	Projeto analisado	Unidade	28	15
Os projetos concluídos no ano de 2021 foram os seguintes:					
REGIÃO II					
1. PROJETO EXECUTIVO PONTE E ENCABEÇAMENTO RIO SEM INFORMAÇÃO I - MT-160 - PTO2095, 38,74 x 8,80 m					
2. PROJETO EXECUTIVO DO ENCABEÇAMENTO DA PONTE SOBRE O RIO BRAÇO NORTE NA RODOVIA MT-419, GUARANTÃ DO NORTE - NOVO MUNDO, 1,345 KM					
3. PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MT-419, ENTR. BR-163 - GUARANTÃ DO NORTE - CAMPUS IFMT, 5,50 KM					
4. PROJETO BÁSICO DA PONTE SOBRE O RIO PARANAÍTA NA RODOVIA MT-208, PONTE SOBRE O RIO PARANAÍTA - PTO2090, 100,00 x 8,80 M					
REGIÃO III					
1. PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MT-109, ENTR. MT-109 - ENTR. MT-412, EXTENSÃO DE 5,62 KM					
REGIÃO V					
1. PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA RODOVIA MT-040/270/456, ENTR. MT-040/140 - FÁTIMA; DISTRITO DE MIMOSO - PONTE DO RIO MUTUM COM EXTENSÃO DE 38,11 KM					
2. PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MT-459, ENTR. PEDRA PRETA - BR-163, COM EXTENSÃO DE 23,93					
REGIÃO VI					
1. PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO AO CENSO INTEGRADO DE EVENTOS DE MATO GROSSO NA RODOVIA MT-251, PROJETO EXECUTIVO DE DUAS PONTES DE CONCRETO SOBRE O RIO BANDEIRA E UM VIADUTO, 2,72 KM, ENTR. MT-251 - ACESSO AO CENTRO DE EVENTOS, PONTES: 40 X 8,80 M, VIADUTO: 84,72 X 8,80 M					
2. PROJETO EXECUTIVO DE PONTE E ENCABEÇAMENTO SOBRE O RIO CUIABAZINHO, EM RODOVIA MUNICIPAL, KM 385 - KM 420 - PTO2389, 140,00 X 8,80 M					
CONTINUA ...					
REGIÃO VII					
1. PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA RODOVIA MT-343, CÁCERES - VILA APARECIDA, 15,16 KM					
2. PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MT-343, CÁCERES - VILA APARECIDA, 7 KM					
3. PROJETO DE RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO, ADEQUAÇÃO DE DRENAGEM DE TALVEGUE E IMPLANTAÇÃO DE INTERSEÇÃO NA RODOVIA MT-339, BR-174 (GLÓRIA D'OESTE) - MT-175 (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS), EXTENSÃO 25,37 KM					
REGIÃO VIII					
1. PROJETO DE RESTAURAÇÃO FUNCIONAL E IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MT-343, PORTO ESTRELA - MT-246, COM EXTENSÃO DE 30,88 KM					
REGIÃO IX					
1. PROJETO EXECUTIVO DE ENCABEÇAMENTOS E PONTE SOBRE O RIO ARINOS NA RODOVIA MT-242, PONTE SOBRE O RIO ARINOS - PTO2423, 240,00 X 8,80 M					
REGIÃO XI					
1. PROJETO EXECUTIVO DA PONTE SOBRE O RIO SETE DE SETEMBRO NA RODOVIA MT-220, PONTE SOBRE O RIO SETE DE SETEMBRO - PTO0659, 30,00 X 8,80 M					

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso





Segundo informações dispostas no RAG/2021, constata-se que o Estado realizou a análise de 15 projetos de infraestrutura de transporte rodoviário.

Em se tratando desta Ação, nota-se uma variação entre as metas físicas regionais especificadas no Quadro de Detalhamento de Despesa-FIPLAN com as metas físicas regionais apresentadas no RAG/2021 - Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso, sendo que o Estado conseguiu executar 53,57% da meta final ajustada, conforme exposto abaixo:

Quadro 21 – Comparativo da Meta Física apresentada no QDD da Ação 1291 com a Meta Alcançada no RAG

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - QDD								RAG 2021
Região	Dotação Inicial R\$	Dotação Final (após créditos) R\$	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$	Meta física inicial (unidade)	Meta Física Ajustada (unidade)	Meta alcançada (unidade)
I – Noroeste I	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.346.723,04	2.346.723,04	0	1	0
II – Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	4
III – Nordeste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1
IV – Leste	0,00	126.124,19	0,00	0,00	0,00	0	0	0
V – Sudeste	350.000,00	403.279,68	388.479,68	386.726,19	386.726,19	1	1	2
VI – Sul	19.650.000,00	32.025.141,14	32.025.141,14	15.733.083,98	15.475.039,15	8	25	2
VII – Sudoeste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	3
VIII – Oeste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1
IX – Centro Oeste	0,00	757.503,47	757.502,85	754.426,55	617.926,06	0	1	1
XI – Noroeste I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1
Total	20.000.000,00	37.312.048,48	37.171.123,67	19.220.959,76	18.826.414,44	9	28	15

Fonte: QDD/FIPLAN e RAG/2021.

Segundo o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD), observa-se que a região I (Noroeste I) apresentou liquidação de despesa no valor de R\$ 2.346.723,04, todavia, segundo o RAG/2021, nenhum projeto, para essa região de planejamento, foi analisado.

As regiões (II- Norte, III-Nordeste, VII – Sudoeste, VIII – Oeste e XI-Noroeste I), de acordo com o QDD, não tiveram execução de despesa, mas conforme





a prestação de contas do Executivo Estadual apresentaram alcance de metas.

Ressalta-se que de acordo com o QDD, a liquidação da despesa na região VI (Sul) foi em torno de 49% da dotação final disponível, enquanto o alcance da meta foi de apenas 8% da meta física ajustada.

A fim de verificar a confiabilidade das informações apresentadas por meio do Relatório Analítico de Ação Governamental (RAG/2021), analisou-se todos os empenhos (por meio de relatório emitido no Fiplan – FIP 614) relacionados ao Projeto 1291 e constatou que as liquidações e pagamentos estão relacionados à execução dos **Contratos** nºs **070/2016/SINFRA**¹²⁴, nº **113/2014/SINFRA**¹²⁵, nº **48/2020/SINFRA**¹²⁶, nº **67/2020/SINFRA**¹²⁷, nº **22/2021/SINFRA**¹²⁸, nº **20/2021/SINFRA**¹²⁹, nº **29/2021/SINFRA**¹³⁰, nº **32/2021/SINFRA**¹³¹, nº **33/2021/SINFRA**¹³², nº **38/2021/SINFRA**¹³³, nº **23/2013/SINFRA**¹³⁴, nº **323/2012/SINFRA**¹³⁵, **051/2021/SINFRA**¹³⁶, **069/2021/SINFRA**¹³⁷, **081/2021/SINFRA**¹³⁸, **025/2017/SINFRA**¹³⁹, **291/2013/SINFRA**¹⁴⁰,

¹²⁴ Formalizado para a prestação de serviços de apoio técnico à SINFRA na área de projetos de engenharia rodoviária e aeroviária de forma continuada.

¹²⁵ Referente a serviços de estudos ambientais, supervisão e gerenciamento ambiental da rodovia BR-174, implantação e pavimentação no segmento Castanheira – Colniza.

¹²⁶ Formalizado para contratação prestação de serviços de elaboração de projetos básico e executivo de implantação, pavimentação e restauração de rodovias, inclusive Estudos para fins de Licenciamento Ambiental, nas rodovias MT-040/270/456.

¹²⁷ Formalizado para contratação prestação de serviços de elaboração de projetos básico e executivo de implantação, pavimentação e restauração de rodovias, inclusive Estudos para fins de Licenciamento Ambiental, nas rodovias MT 361/468/455.

¹²⁸ Elaboração de estudos e/ou projetos ambientais para empreendimentos rodoviários em uma extensão igual ou superior a 80,29 km.

¹²⁹ Elaboração de projeto de implantação/pavimentação rodoviária em uma extensão igual ou superior a 50,04km.

¹³⁰ Elaboração de projeto de implantação/pavimentação rodoviária em uma extensão igual ou superior a 65,79 km em pista simples.

¹³¹ Elaboração de projeto de implantação/pavimentação rodoviária em uma extensão igual ou superior a 65,79 km em pista simples.

¹³² Elaboração de projeto de implantação/pavimentação rodoviária em uma extensão igual ou superior a 49,54 km em pista simples.

¹³³ Elaboração, revisão e adequação de projetos básicos e executivos de implantação, pavimentação e restauração de rodovias, inclusive estudos para fins de licenciamento ambiental, nas rodovias MT-401/402.

¹³⁴ Elaboração de projetos de conservação, restauração e melhoramento do pavimento de rodovias, na Rodovia MT-060 – Tarumã/Poconé.

¹³⁵ Elaboração de Projetos de Conservação, Restauração e Melhoramento do Pavimento da rodovia MT-344, trecho: Ent. BR-070/MT-140 (Campo Verde) - Ent. BR-163/364.

¹³⁶ Serviços de Elaboração e Revisão de Estudos, Projetos Básicos e Projetos Executivos de Implantação e Pavimentação de Rodovias e de Obras de Arte Especiais.

¹³⁷ Serviços de Elaboração e Revisão de Estudos, Projetos Básicos e Projetos Executivos de Implantação e Pavimentação de Rodovias e de Obras de Arte Especiais,

¹³⁸ serviços de projetos geotécnicos para elaboração de estudos, projeto básico e projeto executivo de estabilização de taludes e barramentos e

¹³⁹ Elaboração de projetos Executivo de Engenharia para implantação e pavimentação da Rodovia mt/, Trecho: Entrº MT 270

¹⁴⁰ Serviços de supervisão, acompanhamento e controle de pavimentação asfáltica de obras rodoviárias.





290/2013/SINFRA¹⁴¹ e 29/2016/SINFRA¹⁴².

Por meio de acesso ao Sistema GEO-OBRS/TCE-MT, confirmou-se que a maioria dos referidos Contratos se encontravam em execução no ano de 2021. Entretanto, os Contratos nº 023/2013/SINFRA, nº 290/2013/SINFRA já estavam concluídos desde o ano de 2013, o de nº 29/2016/SINFRA, desde 2016 e o de nº 025/2017/SINFRA, desde 2017. Em relação ao Contrato nº 323/2012/SINFRA, embora esteja vigente, não apresenta medições desde o ano de 2013.

Ainda de acordo com o Sistema GEO-OBRS/TCE-MT, o Contrato nº 291/2013/SINFRA cujo objeto é a execução dos serviços de supervisão, acompanhamento e controle de pavimentação asfáltica de obras rodoviárias, encontra-se vigente, ainda que não apresente medições desde o ano de 2016.

CONCLUSÃO

Feita a análise das informações apresentadas no RAG/2021 em relação ao Projeto 1291 – elaboração e revisão de projetos de infraestrutura de transporte rodoviário, verifica-se o alcance de um pouco mais de 50% da meta física ajustada.

Ademais, constata-se que o planejamento das ações regionalizadas e a prestação de contas elaborada pelo Executivo Estadual mostram-se fragilizadas, pois, segundo o Quadro de Detalhamento de Despesa, houve regiões que não tiveram execução de despesa, mas conforme a prestação de contas do Executivo Estadual apresentaram alcance de metas.

Por outro lado, houve região de planejamento que apresentou liquidação de despesa, todavia, segundo o RAG/2021, nenhuma meta foi atingida naquela

¹⁴¹ Revisão do projeto executivo de engenharia para as obras de implantação e pavimentação da Rodovia MT 322.

¹⁴² Elaboração de projetos executivos de engenharia para implantação de pavimentação da Rodovia MT 040/299.





região.

3.1.5. Ação 1763 – Apoio e execução de habitação e infraestrutura

Em análise ao Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se relatórios contendo as seguintes informações relacionadas ao Projeto 1763, do exercício de 2021:

Quadro 22 – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Ação 1763

Região	Dotação Inicial R\$	Meta física inicial (unidade)	Dotação Final (após créditos)	Meta Física Ajustada (unidade)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
I – Noroeste I	100.000,00	10	0,00	14	0,00	0,00	0,00
II – Norte	100.000,00	10	0,00	0	0,00	0,00	0,00
III – Nordeste	100.000,00	10	0,00	0	0,00	0,00	0,00
IV – Leste	100.000,00	10	0,00	0	0,00	0,00	0,00
V – Sudeste	100.000,00	10	0,00	0	0,00	0,00	0,00
VI – Sul	1.527.480,00	150	126.869,10	252	126.869,10	28.102,24	28.102,24
VII – Sudoeste	100.000,00	10	250.000,00	1	250.000,00	250.000,00	250.000,00
VIII - Oeste	100.000,00	10	88.124,36	0	88.124,36	42.747,68	42.747,68
IX – Centro Oeste	100.000,00	10	0,00	0	0,00	0,00	0,00
X – Centro	100.000,00	10	2.136.134,70	350	2.136.134,70	1.737.828,89	1.737.828,89
XI – Noroeste II	100.000,00	10	0,00	0	0,00	0,00	0,00
XII – Centro Norte	100.000,00	10	6.783.580,66	1440	5.817.376,00	1.672.189,99	1.672.189,99
9900 - Estado	0,00	0	20.000,00	0	6.246,46	6.246,46	6.246,46
Total	2.627.480,00	260	9.404.708,82	2057	8.424.750,62	3.737.115,26	3.737.115,26

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 9.2.2022.

Observa-se que as informações dispostas no Demonstrativo da Despesa Orçamentária do Projeto 1763 (exercício 2021) são condizentes com às constantes





no Relatório de Ação Governamental Consolidado – RAG/2021:

Quadro 23 – Metas Físicas e Financeiras relativas ao Projeto 1763

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Meta Final	Realizado	Índices de Realização %	Dotação Final R\$	Empenhado R\$	Índices de Execução %
Ação	Apoio e execução de habitação urbana e infraestrutura	2.057	400	19,45	9.404.708,82	8.424.750,62	89,58
Produto/ Unidade de medida	Casa construída/ unidade						

Fonte: RAG/2021 - Consolidado

A partir dos dados apresentados no Quadro 22 deste relatório, constata-se que houve o empenho de 89,58% e a liquidação de 39,74% da dotação orçamentária final disponível.

Ademais, por ocasião da elaboração do Quadro de Detalhamento de Despesa (Quadro 22) previu-se a execução de **2.057 unidades** habitacionais para atender a população por meio do Projeto “1763 – Apoio e execução de habitação urbana e infraestrutura”. No entanto, segundo o RAG/2021 Consolidado, foram entregues pelo Governo do Estado **400 casas**, o equivalente a 19,45% da meta final estabelecida.

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINTRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA						
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA	1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
1763	Apoio e execução de habitação e infraestrutura	Casa construída	Unidade	2057	400	<p>Considerando a meta física realizada com o previsto inicial ficou deficiente em 153,85% devido os resultados acima do planejado, em relação realizado e previsto atualizado, ficou 19,45%.</p> <p>Considerando que as obras do PMCMV do governo federal, contratada e gerida pela Caixa Econômica Federal, O Governo do Estado aderiu aos contratos, como interveniente com percentual de aporte de recursos para viabilizar a infraestrutura do empreendimento. Será feita adequação na forma de medida do produto entregue.</p> <p>Região VIII Oeste: Entrega de 400 unidades habitacionais (apartamentos) do residencial Parecis, em Campo Novo do Parecis/MT, (estas obras estavam previstas para entrega anteriormente, e foram entregues em 2021).</p> <p>Região VI Sul: Assinado o Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal para aditamento de contrato para finalização das obras do empreendimento habitacional de 1.000 unidades habitacionais da Colinas Douradas/MT, aguardando o contrato da CAIXA com a empresa de execução para empenhar o valor aportado pelo Estado e finalização da obra em 2022.</p> <p>Região X Centro: Assinado o aditamento do contrato com a Caixa Econômica Federal para finalização das obras do empreendimento habitacional de 350 unidades habitacionais do Residencial Vida Nova II em Lucas do Rio Verde/MT;</p> <p>Região XII Centro norte: Assinado o aditamento do contrato com a Caixa Econômica Federal para finalização das obras do empreendimento habitacional de 1.440 unidades habitacionais do Residencial Nico Baracot 1, 2, 3, 4, e 6 etapas em Sinop/MT;</p> <p>- Celebrado o Convênio nº 085-2021/SINTRA - Ampliação de 27 Unidades Habitacionais de 01 Quarto com Área de 7,96m², cada unidade, no Município de Porto Esperidião-MT.</p>

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso





Resta demonstrado uma grande variação entre a meta física especificada no Demonstrativo da Despesa Orçamentária com a meta física realizada no RAG/2021, passando de 2.057 para 400 unidades habitacionais construídas, representando alcance de 19,45% **na execução dessa ação**.

Segundo o RAG/2021, quanto à meta financeira, a dotação final foi suplementada em R\$ 6.777.228,82, passando a ter disponíveis R\$ 9.404.708,82, dos quais R\$ 8.424.750,62 foram empenhados e R\$ 3.737.115,26 foram pagos, ou seja, utilizaram 39,73% da dotação final disponível para pagamento.

De acordo com o RAG/2021, apenas a Região VIII-Oeste do Estado foi contemplada com a entrega de 400 unidades habitacionais:

Região VIII Oeste: Entrega de 400 unidades habitacionais (apartamentos) do residencial Parecis, em Campo Novo do Parecis/MT; (estas obras estavam previstas para entrega anteriormente, e foram entregues em 2021.

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso

Logo, nota-se uma variação entre as metas físicas regionais especificadas no Quadro de Detalhamento de Despesa-FIPLAN com a meta física regional alcançada no RAG/2021 - Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso:

Quadro 24 – Comparativo da Meta Física apresentada no QDD da Ação 1763 com a Meta Alcançada no RAG

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - QDD								RAG 2021
Região	Dotação Inicial R\$	Dotação Final (após créditos)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$	Meta física inicial (unidade)	Meta Física Ajustada (unidade)	Meta alcançada (unidade)
I – Noroeste	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10	14	0
II – Norte	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10	0	0
III – Nordeste	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10	0	0
IV – Leste	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10	0	0
V – Sudeste	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10	0	0
VI – Sul	1.527.480,00	126.869,10	126.869,10	28.102,24	28.102,24	150	252	0
VII – Sudoeste	100.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	10	1	0





VIII - Oeste	100.000,00	88.124,36	88.124,36	42.747,68	42.747,68	10	0	400
IX – Centro Oeste	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10	0	0
X – Centro	100.000,00	2.136.134,70	2.136.134,70	1.737.828,89	1.737.828,89	10	350	0
XI – Noroeste II	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10	0	0
XII – Centro Norte	100.000,00	6.783.580,66	5.817.376,00	1.672.189,99	1.672.189,99	10	1440	0
9900 Estado	0,00	20.000,00	6.246,46	6.246,46	6.246,46	0	0	0
Total	2.627.480,00	9.404.708,82	8.424.750,62	3.737.115,26	3.737.115,26	260	2057	400

Fonte: QDD/FIPLAN e RAG/2021.

De acordo com o QDD, as regiões (VI -Sul, VII – Sudoeste, X- Centro e XII – Centro Norte) tiveram execução de despesa, mas conforme a prestação de contas do Executivo Estadual não apresentaram alcance de metas.

Com o objetivo de verificar a confiabilidade das informações apresentadas por meio do RAG/2020, selecionou-se os empenhos, por meio do relatório (FIP 614 - Fiplan), relacionados ao projeto 1763 e constatou que as liquidações e pagamentos estão relacionados à execução dos Contratos nº 0479363-12¹⁴³, nº 0415745-82¹⁴⁴, nº 377257-66¹⁴⁵, nº 0511909-00¹⁴⁶ e nº 0402471-07¹⁴⁷ para construção de unidades habitacionais.

Ao comparar as informações dispostas no RAG/2021 - Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso com os dados contidos no relatório FIP 614 - FIPLAN do Projeto 1763, constata-se que os dispêndios realizados em ambos os documentos estão em convergência e que a entrega de unidades habitacionais ficou concentrada na região VII- Oeste do Estado.

CONCLUSÃO

¹⁴³ Empreendimento Habitacional no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV-FAR referente a obra de construção unidades habitacionais do Residencial Santa Bárbara 3ª Etapa, no município de Várzea Grande-MT.

¹⁴⁴ Empreendimento Habitacional no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV-FAR referente a obra de construção unidades habitacionais do Residencial Santa Bárbara 4ª Etapa, no município de Várzea Grande-MT.

¹⁴⁵ Construção de 400 unidades habitacionais do Residencial Parecis, em Campo Novo do Parecis-MT.

¹⁴⁶ Execução de obras e serviços necessários à conclusão da produção de empreendimento habitacional - PMCMV-FAR, Residencial Vida Nova II, constituído de 350 casas, no município de Lucas do Rio Verde-MT.

¹⁴⁷ Conclusão do Conjunto de 5 (cinco) Empreendimentos Residenciais Ernandy Mauricio Baracat de Arruda, constituído de 288 Unidades Habitacionais cada, totalizando 1.440 UH no município de SINOP-MT.





Ante o exposto, conclui-se ser necessário o estabelecimento de metas nas peças de planejamento que representem, de fato, em números, as ações a serem executadas pelo Executivo Estadual em relação ao Projeto de Apoio e Execução de Habitação e Infraestrutura.

Embora o dispêndio com a construção de unidades habitacionais tenha alcançado 4 regiões de planejamento com 4 municípios [**região VI – Sul do Estado (Várzea Grande), região VIII – Oeste (Campo Novo dos Parecis), região X – Centro (Lucas do Rio Verde) e região XII – Centro Norte (Sinop)**], ainda se faz necessário o esforço estatal no sentido de avançar na abrangência de todo o território mato-grossense (12 regiões de planejamento que contemplam 141 municípios).

Ressalta-se que por se tratar de Contratos de execução de obras de Unidade Habitacional – UH e do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, os quais estão desobrigados de lançamento de informações no Sistema GEO-OBRA TCE/MT, necessitam de maior transparência nas prestações de contas.

De acordo com o *site* institucional governamental, o Governo de Mato Grosso investiu contando com aporte de recursos federais, 15 milhões de reais para a conclusão de obras de 2.700 moradias em Várzea Grande, Sinop e Lucas do Rio





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Verde:

Governo de MT investe R\$ 15 milhões para a conclusão de obras de 2,7 mil moradias em Várzea Grande, Sinop e Lucas do Rio Verde

Quinta-feira, 08 de Julho de 2021 às 15:51

O investimento será destinado para a execução dos projetos de saneamento básico necessários para o término das obras

Karine Miranda | Sinfra-MT



Governador autoriza investimento de R\$ 15 milhões para retomada de obras de 2,7 mil moradias - Foto por: Mayke Toscano/Secom-MT

O governador Mauro Mendes assinou termos aditivos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), nesta quinta-feira (08.07), que autoriza o Estado a aportar aproximadamente R\$ 15 milhões aos contratos firmados com a instituição financeira e garante a retomada das obras de 2.794 unidades habitacionais nos municípios de Várzea Grande, Sinop e Lucas do Rio Verde.

<http://www.sinfra.mt.gov.br/-/17473924-governo-de-mt-investe-r-15-milhoes-para-a-conclusao-de-obras-de-2-7-mil-moradias-em-varzea-grande-sinop-e-lucas-do-rio-verde>. Acesso em 04.03.2022.

Logo, era razoável que o Governo do Estado, frente ao volume de recursos financeiros à disposição para investimentos, atingisse boa parte da meta proposta na fase de planejamento e garantisse o acesso à moradia digna para a população de baixa renda nas **regiões de planejamento do Estado previstas na LOA/2021**.

Ademais, ressalta-se o déficit habitacional existente em todo o Estado, que segundo o estudo elaborado pela Associação Brasileira de Incorporadoras





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Imobiliárias, chega a mais de 109 mil unidades habitacionais:


Mato Grosso






MATO GROSSO

Centro-Oeste tem déficit habitacional de 268,4 mil moradias

Região concentra 95,7% da falta de residência na faixa de renda familiar de até 5 salários mínimos

21 de dezembro de 2020, 15:38

 Por **Raiane Anicézio**
Da Assessoria

Estudo inédito encomendado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) à Econit Consultoria Econômica, mostra que o déficit habitacional do Centro-Oeste é de 592.203 moradias. Desse total, 95,7% estão concentrados na parcela da população com renda familiar de até 5 salários mínimos (567 mil residências).

O presidente da Abrainc, Luiz Antonio França, observa que o déficit seria maior caso o país não tivesse programas de habitação para atender a população de baixa renda. "É preciso reforçar e ampliar essas políticas para zerar o déficit habitacional brasileiro, bem como focar na redução dos juros do financiamento imobiliário para permitir que os mais pobres realizem o sonho da casa própria", afirma.

O estudo foi elaborado com base em dados do IBGE reunidos e analisados pela equipe da Econit, que é formada pelos economistas Robson Gonçalves, Marco Capraro Brancher e Ana Maria

[...]

Mato Grosso tem déficit de 109.652 moradias em todo o estado. Entre os mato-grossenses, 95,33% desse universo de excluídos da casa própria têm renda familiar de até 5 salários mínimos.

[...]

<https://www.agoramt.com.br/2020/12/centro-oeste-tem-deficit-habitacional-de-2684-mil-moradias/>

Acesso em 07.03.2022

3.1.6. Ação 2128 - Reforma de ponte de madeira

Do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se relatórios contendo as seguintes informações da Atividade 2128, referente ao exercício de 2021:





Quadro 25 – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Atividade 2128

Região	Dotação Inicial R\$	Meta física inicial (unidade)	Dotação Final (após créditos)	Meta Física Ajustada (unidade)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
9900 Estado	1.050.000,00	1	455.480,20	0	250.000,00	250.000,00	250.000,00
Total	1.050.000,00	1	455.480,20	0	250.000,00	250.000,00	250.000,00

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa, acesso em 9.2.2022

Segue as informações dispostas no RAG/2021 acerca da Atividade 2128:

Quadro 26 – Metas Físicas e Financeiras relativas à Atividade 2128

Descrição		Metas físicas			Metas financeiras		
		Meta Final	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos) R\$	Empenhado R\$	COFD (%)
Ação	Reforma de pontes de madeira	0	-	-	455.480,20	250.000,00	54,88
Produto/ Unidade de medida	Ponte de madeira reformada/ Unidade						

Fonte: RAG/2021 – Consolidado

Destaca-se que no âmbito da **Ação 2128 - Reforma de ponte de madeira**, **nenhuma ponte de madeira foi reformada**, por parte do Estado de Mato Grosso, durante o ano de 2021, embora, segundo o Quadro de Detalhamento de Despesa, tenha sido pago 54,89% do orçamento disponível para o exercício; adiante, consta a informação que essa atividade foi desenvolvida no âmbito de outras ações da Sinfra:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA						
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA	1 - Analise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
2128	Reforma de pontes de madeira	Ponte de madeira reformada	Unidade	-	-	Não houve execução física no ano de 2021 referente a essa ação, uma vez que a execução da mesma foi realizada dentro de outras ações da Sinfra.

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso

Com base no relatório emitido no FIPLAN – FIP 614 afeto à Atividade 2128, constatou que a realização de transações financeiras está relacionada ao **Contrato nº. 072/2016** que trata da recuperação de diversas pontes de madeira localizadas no





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.

Embora a solução do Governo do Estado de Mato Grosso seja substituir as pontes de madeiras por pontes de concreto, enquanto a substituição não for promovida, deve-se investir em reformas nas pontes que estão em situação precária e que são utilizadas pela população e para o escoamento da safra:

04/02/2022

PRODUTORES DO PANTANAL AGUARDAM SOLUÇÕES EM ESTRADAS E PONTES PRECÁRIAS DA REGIÃO

Fonte: ASCOIA Famato



Registro feito por produtor rural da região

Produtores rurais com propriedades rurais assistidas pelo projeto Fazenda Pantaneira Sustentável (FPS) enfrentam problemas sérios de logística devido à situação precária das estradas estaduais, trechos vicinais e pontes localizadas na região do bioma Pantanal. São entraves recorrentes que tornam difícil o acesso às propriedades e inviabilizam o escoamento da produção.

Em março de 2021, atendendo ao pedido dos produtores rurais pantaneiros, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) protocolou na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), em nome do secretário Marcelo de Oliveira e Silva, o ofício 031/2021 requerendo a recuperação de estradas estaduais de terra e construção de novas pontes de madeira em estrada vicinal que liga a região da Baía São João até Ponte do rio São Lourenço, que dá acesso à Rondonópolis via MT-140.

Os trechos ligam também a região de Taianã às regiões Pequiri e Pindaiva – com grande potencial turístico e pecuário, de gado de cria, forte fornecedor de bezerros para a pecuária.

As estradas são consideradas fundamentais para a ligação entre o Pantanal e regiões adjacentes, Rondonópolis e BR-163. O documento aponta ainda que a reestruturação dessas estradas e pontes também serão importantes vias para o combate a incêndios florestais, caso atinjam a região.

Além do ofício, consta o preenchimento do formulário para solicitação de obras, onde indica todos os pontos críticos da região. O pedido reforça a necessidade de restauração de ponte de madeira, construção de pontes, restauração de rodovia pavimentada e não pavimentada.

<https://sistemafamato.org.br/blog/2022/02/04/produtores-do-pantanal-aguardam-solucoes-em-estradas-e-pontes-precarias-da-regiao/> Acesso em 02.03.2022.





Agricultores usam o próprio dinheiro para reformar ponte de madeira em MT

Depois de aguardar quase 2 anos pela obra, eles decidiram fazer o serviço por conta própria; prefeitura de Vera, no médio-norte do estado, não se manifestou sobre o caso

28 de dezembro de 2020 às 17h22

Cansados de esperar por uma solução, produtores rurais de Vera, no médio-norte de Mato Grosso, resolveram tirar dinheiro do próprio bolso para consertar a ponte de uma estrada que dá acesso a fazendas do município. A ponte tem cerca de 12 metros, é de madeira e fica na chamada Linha Capelari, garantindo a passagem de veículos sobre o Rio Engano.

Segundo o agricultor Silvano Filipetto, a decisão foi tomada diante da demora da gestão municipal de Vera em solucionar o problema. "Já faz uns dois anos que eu estou pedindo para a prefeitura vir arrumar esta ponte. Eu já implorei para eles virem aqui. Falaram que viriam, que tinham boa vontade... Mas nós estamos até hoje [esperando]. A ponte está podre, está caindo já e eu desisti de pedir. Não aguentei mais. Meu vizinho está querendo colher soja, vai dissecar a lavoura de pivô daqui a alguns dias e nós precisamos arrumar esta ponte", afirma.



Ponte sobre o Rio Engano apresentava problemas há cerca de 2 anos (Foto: Silvano Filipetto)

A substituição das madeiras que estavam danificadas foi feita neste fim de semana e custou cerca de R\$ 41 mil. Além de Filipetto, outros três agricultores participaram da "vaquinha" para pagar os gastos da obra: Valmir Rubio, Hélio Gatto e Bruno Capelari. Juntos, eles plantam entre 5 e 6 mil hectares de soja naquela região do município e precisam transportar a produção pela Linha Capelari.

"O produtor rural paga Fethab, paga ICMS, um monte de imposto e ainda tem que pagar para fazer isso aqui [a reforma da ponte]. Isso é um absurdo, não pode acontecer! Além dos impostos que a gente paga, ainda temos que fazer por conta uma ponte dessa, que o município e o estado deveriam resolver. Estou indignado", desabafa Filipetto.

Nós entramos em contato com a prefeitura de Vera, comandada pelo também produtor rural Moacir Giacomelli (reeleito nas últimas eleições com mais de 72% dos votos válidos). A informação repassada pelo secretário de Administração e Finanças, Roberto Dambrós, é de que – por enquanto – o prefeito não irá se manifestar sobre o caso.

<https://blogs.canalrural.com.br/canalruralmatogrosso/2020/12/28/agricultores-usam-dinheiro-proprio-para-reformar-ponte-de-madeira-em-mt/> Acesso em 07.03.2022





CONCLUSÃO

De acordo com o Programa Mais MT, programa lançado pelo Governo do Estado em outubro de 2020, 82%¹⁴⁸ das pontes em rodovias estaduais são de madeiras.

Isso revela que desde o planejamento, o comprometido com a execução das reformas de pontes de madeira está aquém às reais necessidades do Estado, considerando que Mato Grosso ainda dispõe de diversas pontes desse tipo e que necessitam de reforma, até que sejam todas substituídas por pontes de concreto ou por outras soluções empregadas pela engenharia.

3.1.7 Ação 2151– Manutenção de rodovias não pavimentadas

Conforme o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se de relatórios contendo as seguintes informações da Atividade 2151, referente ao exercício de 2021:

Quadro 27 – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Atividade 2151

Região	Dotação Inicial R\$	Meta física inicial (km)	Dotação Final (após créditos) R\$	Meta Física Ajustada (km)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
9900 - Estado	20.302.548,00	1.542,52	36.235.340,52	1.817,95	34.359.164,54	21.444.256,33	20.927.181,04
Total	20.302.548,00	1.542,52	36.235.340,52	1.817,95	34.359.164,54	21.444.256,33	20.927.181,04

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 9.02.2022

Abaixo, segue as informações apresentadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso a respeito da Atividade 2151, informações estas constantes no Relatório

¹⁴⁸ Informação publicada em 19.02.2021 no site: <https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br/Noticias/Prefeitura-realiza-mapeamento-de-6-pontes-de-madeira-atraves-do-setor-de-engenharia-municipal/> Acesso em 02.03.2022.



de Ação Governamental – RAG/2021:

Quadro 28 – Metas Físicas e Financeiras relativas à Atividade 2151

Descrição		Metas físicas			Metas financeiras			
		Meta Final	Realizado	Índices de Realização (%)	Dotação Final R\$	Dotação final após contingenciamento R\$	Empenhado R\$	COFD (%)
Ação	Manutenção de rodovias não pavimentadas	1.817,95	2.712,52	149,21	36.235.340,52	35.246.958,17	34.359.164,54	97,48
Produto/ Unidade de medida	Trecho mantido/ Quilômetro							

Fonte: RAG/2021 – Consolidado

Constata-se, por meio do RAG 2021, que no decorrer da execução orçamentária e financeira do Projeto 2151 houve o contingenciamento orçamentário no valor de R\$ 988.382,35, correspondente a 2,73% da dotação final, que alterou a dotação final de R\$ 36.235.340,52, conforme demonstrado no Quadro 27 deste relatório, para R\$ 34.359.164,54 (Quadro 28 deste relatório).

A execução foi de 97,48% do orçamento disponível e a meta física alcançada superou 149% da meta final estabelecida pelo Governo estadual para a Ação 2151.

Em análise ao Relatório de Ação Governamental/2021 é possível verificar o detalhamento da meta física executada, conforme exposto abaixo:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFR / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA_G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.					





2151	Manutenção de rodovias não pavimentadas	Trecho mantido	Quilômetro (km)	1817,95	2712,52	<p>A Manutenção de Rodovia Não Pavimentadas do Estado é executada nessa ação por meio de 9 (nove) contratos de manutenção e mais 2 (dois) contratos com o Plano Anual de Trabalho e Orçamento - PATO.</p> <p>Em 2021 totalizaram 2.712,52 km de rodovias mantidas por meio dessa ação.</p> <p>Abaixo serão apresentadas a extensão por contrato de Manutenção:</p> <ul style="list-style-type: none">• REGIÃO 01 DE MANUTENÇÃO - 57,910 km• REGIÃO 02 DE MANUTENÇÃO - 92,080 km• REGIÃO 04 DE MANUTENÇÃO - 0,00 km• REGIÃO 05 DE MANUTENÇÃO - 72,710 km• REGIÃO 06 DE MANUTENÇÃO - 83,050 km• REGIÃO 07 DE MANUTENÇÃO - 814,250 km• REGIÃO 08 DE MANUTENÇÃO - 61,210 km;• REGIÃO 09 DE MANUTENÇÃO - 1.364,000 Km. <p>Total: 2.622 km</p> <p>Nesse ano de 2021 o PATO de Não Pavimentada em andamento foi o da MT-208, ARIPIUANÃ - CONSELVAIN com extensão de 90,52 km.</p>
------	---	----------------	-----------------	---------	---------	---

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso

Percebe-se que a prestação de contas apresentada pelo Governo do Estado quanto à Atividade 2151 não informa por meio de quais contratos estão sendo executados os serviços, apenas informa a quantidade realizada.

Sendo assim, analisou-se todos os empenhos (por meio de relatório emitido no Fiplan - FIP614) relacionados ao PAOE 2151 e constatou que os pagamentos estão relacionados à execução de diversos Contratos:

033/2016/SINFRA ¹⁴⁹ ,	026/2016/SINFRA ¹⁵⁰ ,	025/2016/SINFRA ¹⁵¹ ,
024/2016/SINFRA ¹⁵² ,	022/2016/SINFRA ¹⁵³ ,	028/2016/SINFRA ¹⁵⁴ ,
023/2016/SINFRA ¹⁵⁵ ,	018/2017/SINFRA ¹⁵⁶ ,	216/2012/SINFRA ¹⁵⁷ ,
262/2014/SINFRA ¹⁵⁸ ,	345/2014/SINFRA ¹⁵⁹ ,	403/2014/SINFRA ¹⁶⁰ ,

¹⁴⁹ Serviços de conservação corretiva e preventiva na malha rodoviária estadual (rodovias pavimentadas e não pavimentadas) região de Juína/MT.

¹⁵⁰ Serviços de manutenção, conservação e recuperação de rodovia trecho: região 8 Agua Boa –MT.

¹⁵¹ Serviços de conservação corretiva e preventiva na malha rodoviária estadual (rodovias pavimentadas e não pavimentadas) região de Confresa/MT.

¹⁵² Serviços de conservação corretiva e preventiva nas diversas rodovias da região 6 (Alta Floresta).

¹⁵³ serviços de conservação corretiva e preventiva na malha rodoviária estadual (rodovias pavimentadas e não pavimentadas) - região de Tangará da Serra.

¹⁵⁴ Serviços de conservação corretiva e preventiva na malha rodoviária estadual (rodovias pavimentadas e não pavimentadas), região de Sinop/MT.

¹⁵⁵ Serviço de conservação corretiva e preventiva na malha rodoviária estadual (Rondonópolis)

¹⁵⁶ Serviços de conservação corretiva e preventiva na malha rodoviária estadual, no período de 01/07/2019 a 31/07/2019.

¹⁵⁷ Fornecimento de peças e acessórios genuínos e / ou originais e mão de obras especializadas em manutenção preventiva e corretiva.

¹⁵⁸ Serviços de reforma de ponte de madeira sob o Córrego Pintado no município de Tangara da Serra.

¹⁵⁹ Serviços de Manutenção Preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais, mão de obra e lubrificantes.

¹⁶⁰ Execução dos Serviços de Manutenção de Rodovias não Pavimentadas nas Rodovias: MT 220, MT-010, MT-222.





355/2014/SINFRA¹⁶¹, 006/2020/SINFRA¹⁶², 035/2021/SINFRA¹⁶³,
065/2021/SINFRA¹⁶⁴ e 135/2014/SINFRA¹⁶⁵.

Relativamente a esses dispêndios identificou-se que em torno de 10% do valor liquidado se refere a despesas contraídas em outros exercícios (despesas de exercícios anteriores).

Segundo o Sistema GEO-OBRS TCE/MT, da relação de contratos que tiveram movimentação financeira durante o ano de 2021, o contrato nº 035/2021/SINFRA foi concluído. Os contratos nº 135/2014/SINFRA, 262/2014/SINFRA (ambos com objeto: reforma de ponte de madeira) e 403/2014/SINFRA foram concluídos em 2014. Enquanto o Contrato nº 345/2013/SINFRA, apesar de constar no Sistema como vigente, apresenta medição até o ano de 2017. Já o Contrato nº 355/2014/SINFRA foi reiniciado por meio de outros instrumentos contratuais (024/2016 e 028/2016). Os demais encontram-se em vigência.

CONCLUSÃO

Embora se tenha alcançado 149,21% da meta final estipulada, ressalta-se que a prestação de contas do Governo do Estado (RAG 2021) para a Atividade 2151 deve ser mais transparente, ou seja, cabe ao Poder Executivo informar por meio de quais contratos estão sendo executados os serviços de manutenção de rodovias não pavimentadas.

Ademais, embora o Governo do Estado tenha demonstrado, por meio do Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD), a liquidação do montante de mais de 21 milhões de reais, no ano de 2021, no PAOE 2151, verifica-se que a aplicação dessa elevada quantia financeira em rodovias não pavimentadas não garante aos usuários

¹⁶¹ Execução dos Serviços de Manut. de Rodovias Estaduais não Pavimentadas, em várias Rodovias da Região 03.

¹⁶² serviços de Conservação Corretiva e Preventiva na malha Rodoviária Estadual (Rodovias Pavimentadas e Não Pavimentadas) Região 01 - Baixada Cuiabana

¹⁶³ Serviços de Manutenção/Conservação Rodoviária na MT-208, trecho: Aripuanã- Conselvan, com extensão de 90,52 Km.

¹⁶⁴ Serviços de conservação e recuperação de rodovia MT-175 no município de São José do Xingu – MT.

¹⁶⁵ Reforma de ponte de madeira sobre o Córrego Piteira, e Barreirinho na Rodovia MT460, trecho: Entrº MT130 - MT469.





boas condições de tráfego:

04/02/2022

PRODUTORES DO PANTANAL AGUARDAM SOLUÇÕES EM ESTRADAS E PONTES PRECÁRIAS DA REGIÃO

Fonte: ASCOM Famato



Registro feito por produtor rural da região

Produtores rurais com propriedades rurais assistidas pelo projeto Fazenda Pantaneira Sustentável (FPS) enfrentam problemas sérios de logística devido à situação precária das estradas estaduais, trechos vicinais e pontes localizadas na região do bioma Pantanal. São entraves recorrentes que tornam difícil o acesso às propriedades e inviabilizam o escoamento da produção.

Em março de 2021, atendendo ao pedido dos produtores rurais pantaneiros, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) protocolou na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), em nome do secretário Marcelo de Oliveira e Silva, o ofício 031/2021 requerendo a recuperação de estradas estaduais de terra e construção de novas pontes de madeira em estrada vicinal que liga a região da Baía São João até Ponte do rio São Lourenço, que dá acesso à Rondonópolis via MT-140.

Os trechos ligam também a região de Talamã às regiões Pequiri e Pindaiva – com grande potencial turístico e pecuário, de gado de cria, forte fornecedor de bezerros para a pecuária.

As estradas são consideradas fundamentais para a ligação entre o Pantanal e regiões adjacentes, Rondonópolis e BR-163. O documento aponta ainda que a reestruturação dessas estradas e pontes também serão importantes vias para o combate a incêndios florestais, caso atinjam a região.

Além do ofício, consta o preenchimento do formulário para solicitação de obras, onde indica todos os pontos críticos da região. O pedido reforça a necessidade de restauração de ponte de madeira, construção de pontes, restauração de rodovia pavimentada e não pavimentada.

De acordo com o proprietário das Fazenda Faroste (Barão de Melgaço), Elenício Rodrigues dos Santos, atoleiros são frequentes durante as chuvas. "Cada ano fica mais difícil, precisamos de mais intervenção do Estado na região. A MT-140 é ruim do início ao fim, entretanto é a mais usada no período das águas, pelo fato da Baía de São João encher e cobrir a estrada pelo outro acesso da MT-471", relatou o produtor rural Elenício dos Santos.

<https://sistemafamato.org.br/blog/2022/02/04/produtores-do-pantanal-aguardam-solucoes-em-estradas-e-pontes-precarias-da-regiao/> Acesso em 03.03.2022

Isso se repete ano após ano, indicando um sumidouro de recursos públicos, isso sem considerar a elevada quantia repassada aos municípios por meio do





FETHAB Combustíveis para aplicação em obras da mesma espécie:

Agricultores do Mato Grosso cobram pavimentação de estradas para escoar a produção

25/11/2021 | Tags: Infraestrutura, Logística, Rodovias

Compartilhe nas redes sociais!



Longos engarrafamentos, buracos, trechos abaixo d'água. São atoleiros na época de chuva e falta de visibilidade durante a seca. Não faltam riscos para quem trafega pela MT-322, principal corredor para escoar a produção agropecuária do nordeste de Mato Grosso. A situação causa prejuízos e indignação.

"Nós estamos abandonados aqui, olha para você ver a situação, mola quebrada, rolamento, mais consumo de combustível, o trem é terrível, desta estrada, segurança zero, não tem segurança nenhuma, peguei esse, mas por agora não vou voltar não, não compensa ficar tudo em despesa", desabafou o caminhoneiro Edmar Silva.

"Nesse trecho aqui de 58 quilômetros que eu já andei, aumentou duas molas que eu quebrei, isso porque estou com o caminhão vazio. Se levanta o eixo, quebra a mola mesmo sem nada em uma estrada dessas. Agora atrás tem um caminhão tombado, companheiro nosso, e o risco da vida dele? Aqui eu já estive há duas horas e quarenta e andei apenas 58 quilômetros só", disse o caminhoneiro Luiz Gonçalves.

Quem tem propriedade na região também critica a falta de trafegabilidade da estrada. "Tudo que é água de lavoura cai dentro da estrada. Uma única chuva já deixa tudo intransitável, aí só vejo o povo falar em patrula, patrular a estrada, alisar a estrada. Aí dá barro, a estrada corre mais água no meio dela do que nas laterais que era para ter as contenções e segurar essa água", disse o presidente do Sindicato Rural de São José do Xingu (MT), Fernando Tulha.

"Agora aqui estão os caminhões, sabe lá quando vão sair daqui. Nós estamos com uma quantidade muito grande de milho para retirar dos armazéns das propriedades e temos a colheita da soja desta safra 2021/2022 e com a estrada nestas condições nós não vamos conseguir tirar".

Manutenção básica

O agricultor Alípio Portilho conta sobre como os próprios produtores buscaram amenizar o problema. "Há cerca de um ano fizemos um relevante caixa de aproximadamente R\$ 400.000,00. Tivemos no ano anterior a capacidade de fazer a manutenção básica para não interromper o tráfego da rodovia. Esse ano o cenário é um pouco diferente", disse.

"Foi licitada a obra desta estrada por uma empresa, porém, essa empresa já nos comunicou que não tem capacidade de fazer em tempo hábil a manutenção de todo o trecho desta rodovia, e mais um ano vamos ficar no descaso de possivelmente termos produtores perdendo sua produção, sua lavoura, depois de pronta no ponto de colheita por falta de caminhão na lavoura."

Custos

Esse cenário causa desequilíbrio na rentabilidade de quem produz por lá. "Atualmente, se planta aproximadamente 350.000 a 400.000 hectares de soja na primeira safra, e algo em torno de 250.000 a 300.000 hectares de milho na segunda safra. O custo para produzirmos nesta região por conta da falta de logística onera na hora de vender o nosso produto. É um diferencial em torno de R\$ 5,00, chegando a R\$ 6,00 por sacas de soja, e isso em torno de R\$ 2,00 a R\$ 3,00 por sacas de milho", afirmou Portilho.

"Os custos para trazerem os insumos para produzir nessa região através da MT- 322 aumenta devido as dificuldades. Uma tonelada de calcário hoje para a gente colocar aqui vai chegar em torno de 200 reais a tonelada. Aduos também a mesma situação: o frete para nós aqui aumenta em torno de 10% a 15% devido às más condições da estrada."

Problemas em outra estrada

Na região de Paranatinga, sudeste do estado, o alvo das críticas é a MT-130. A via é a principal rota de escoamento da safra de muitas fazendas. Em alguns trechos a situação é precária, com diversos pontos de atoleiros e buracos que ameaçam a segurança de quem passa pela estrada.

"Paranatinga hoje está em torno de 300.000 a 330.000 hectares e a logística não avança, é intransitável. Hoje, com certeza, é uma das piores estradas. Se no começo agora que nós estamos plantando está desse jeito, você calcula para tirarmos essa safra", disse o agricultor Thomas Paschoal.

"E tem 22 quilômetros asfaltados só. A porta dos gabinetes estão todas fechadas, não querem receber a gente, e isso é uma vergonha, intolerável, nós não suportamos mais isso. Os produtores de Paranatinga, a população não suporta mais".

Nesse trajeto, complementou Paschoal, "temos dois distritos que é Santiago do Norte e Salto da Alegria. São muitas famílias que estão ilhados praticamente, sem saída. A MT que começou a ser pavimentada há 30, 40 anos atrás e até hoje não tem uma solução para essa rodovia."

Cobranças ao governo

O vice-presidente da Aprosoja-MT, Lucas Costa Beber, disse que o produtor tem recorrido à entidade que, por sua vez, cobra investimento em infraestrutura do governo.

"A gente sabe o caos que é a logística, a dificuldade dos produtores, o quanto eles perdem no preço da comercialização e também muitas vezes perdas na safra por não conseguirem escoar no momento certo. Então é mais do que importante ter rodovias de qualidade", afirmou Beber.

"Até porque a reclamação desses produtores são que pagam há quase 20 anos o Fethab, depois veio o Fethab 2, Fethab do milho, e não há, digamos assim, a volta disso daí, que seria justamente a construção de estradas de qualidade para que esses produtores tenham uma valorização e um pouco de dignidade no transporte dos seus grãos."

<https://www.sna.agr.br/agricultores-do-mato-grosso-cobram-pavimentacao-de-estradas-para-escoar-a-producao/> Acesso em 03.03.2022.

Notório que soluções mais perenes precisam ser buscadas, seja pela contínua pavimentação de trechos rodoviários, seja pelo aprimoramento dos projetos de manutenção das vias não pavimentadas e da execução fidedigna do que foi projetado, mediante compromisso das empreiteiras e rigor da fiscalização por parte do Executivo Estadual.

É de se destacar a possibilidade de parcerias e ações coordenadas entre os Poderes Executivos Municipais e Estadual, por meio de Convênios, mediante o uso otimizado dos recursos oriundos do FETHAB Combustíveis para viabilização de soluções mais eficientes em relação à malha rodoviária não pavimentada.

As imagens anteriores mostram apenas algumas das inúmeras situações precárias pelas quais passam os motoristas nas estradas não pavimentadas da região mato-grossense, o que gera um constante dispêndio para manutenção dos veículos e





grande apreensão e transtornos para quem precisa transitar por essas rodovias.

Assim sendo, se faz necessário que a atual Gestão do Estado tome medidas urgentes para sanar os problemas existentes nas rodovias não pavimentadas, no sentido de torná-las trafegáveis e seguras.

Por outro lado, não se pode perder de vista que o avanço socioeconômico do Estado depende de uma estrutura de logística que contemple cada vez mais a pavimentação das rodovias.

3.1.8. Ação 2209 – Conservação de rodovias pavimentadas

Conforme o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se relatórios contendo as seguintes informações da Atividade 2209, referente ao exercício de 2021:

Quadro 29 – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Atividade 2209

Região	Dotação Inicial R\$	Meta física inicial (km)	Dotação Final (após créditos) R\$	Meta Física Ajustada (Km)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
9900 Estado	79.009.316,00	1	95.915.691,67	2.665,95	84.254.838,32	49.290.094,77	49.123.446,48
Total	79.009.316,00	1	95.915.691,67	2.665,95	84.254.838,32	49.290.094,77	49.123.446,48

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD). Acesso em 9.2.2022.

Segundo informação constante no QDD, o objetivo do Projeto 2209 é “garantir condições de trafegabilidade das rodovias estaduais pavimentadas”.

Abaixo, segue as informações apresentadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso a respeito da Atividade 2209, informações estas constantes no Relatório de Ação Governamental – RAG/2021:

Quadro 30 – Metas Físicas e Financeiras relativas à Atividade 2209

Descrição	Metas físicas			Metas financeiras			
	Meta Final	Realizado	Índices de Realização (%)	Dotação Final R\$	Dotação Final após contingenciamento R\$	Empenhado R\$	COFD (%)



Ação	Conservação de rodovias pavimentadas							
Produto/ Unidade de medida	Trecho conservado/ Quilômetro	2.665,95	2.592,81	97,26	95.915.691,67	84.861.531,47	84.254.838,32	99,29

Fonte: RAG/2021 – Consolidado

Constata-se por meio do RAG 2021 que no decorrer da execução orçamentária e financeira do Projeto 2209 houve o contingenciamento orçamentário no valor de R\$ 11.054.160,20, equivalente a 11,52% da dotação final, que alterou a dotação final de R\$ 95.915.691,67, conforme demonstrado no Quadro 29 deste relatório, para R\$ 84.861.531,47 (Quadro 30 deste relatório).

A execução foi de 99,29% do orçamento disponível e a meta física alcançada ultrapassou 97% da meta final estabelecida pelo Governo estadual para a Ação 2151.

Em análise ao Relatório de Ação Governamental/2021 é possível verificar o detalhamento da meta física executada, conforme exposto abaixo:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
					1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
					AÇÃO 2209 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS PAVIMENTADAS (2.592,81 km)
					A conservação das Rodovias Pavimentadas do Estado é executada por meio de 9 (nove) contratos de manutenção e mais 5 (cinco) contratos com o Plano Anual de Trabalho e Orçamento - PATO. Em 2020 as totalizaram a conservação de 2.592,81 km.
					Abaixo serão apresentadas a extensão por contrato de Manutenção
					• REGIÃO 01 DE MANUTENÇÃO - I.C 006/2020: 700,090
					• REGIÃO 02 DE MANUTENÇÃO - I.C 018/2017: 234,400
					• REGIÃO 03 DE MANUTENÇÃO - I.C 022/2016: 175,820
					• REGIÃO 04 DE MANUTENÇÃO - I.C 033/2016: 171,580
					• REGIÃO 05 DE MANUTENÇÃO - I.C 024/2016: 163,500
					• REGIÃO 06 DE MANUTENÇÃO - I.C 028/2016: 302,840
					• REGIÃO 07 DE MANUTENÇÃO - I.C 025/2016: 188,600
					• REGIÃO 08 DE MANUTENÇÃO - I.C 026/2016: 187,400
					• REGIÃO 09 DE MANUTENÇÃO - I.C 023/2016: 52,600
					Total: 2.176,84 km
					Os contratos abaixo são os PATO que estavam em andamento 2021 totalizaram 415,77 km:
					• I.C 020/2019 - CAMPO VERDE - ENT. MT-251 (GARDEZ - SENTIDO BRASILÂNDIA), EXTENSÃO DE 48,60 km;
					• I.C 025/2020 - ENTR. BR-174 - RESERVA DO CABAÇAL, EXTENSÃO DE 104,10 km;
					• I.C 026/2020 - ENTR. BR-175 - (BARAPUTANGUÁ) - VALE DE SÃO DOMINGOS, EXTENSÃO DE 94,98 km;
					• I.C 027/2020 - ENTR. BR-174/MT (CARAMUCIO) - SALTO DO CÉU, EXTENSÃO DE 99,09 km;
					• I.C 034/2017 - BARRA DO BUSRES - TANISARÁ DA SERRA, EXTENSÃO DE 68,00 km;

Fonte: RAG/2021 – Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso

Para a Ação 2209 há convergência em relação à informação referente à quantidade de conservação de rodovias na prestação de contas do Executivo Estadual entre o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) e o RAG/2021, nos quais consta, como meta final 2.665,95 km de quilômetros de rodovias pavimentadas





a serem conservadas.

A fim de confirmar as informações apresentadas por meio do RAG/2021, analisou-se todos os empenhos (por meio de relatório emitido no FIPLAN – FIP 614) relacionados à Atividade 2209 e constatou que as liquidações e pagamentos estão relacionados à execução de diversos Contratos: 034/2017/SINFRA, 018/2017/SINFRA, 024/2016/SINFRA, 023/2016/SINFRA, 028/2016/SINFRA, 025/2016/SINFRA, 033/2016/SINFRA, 026/2016/SINFRA, 022/2016/SINFRA, 016/2015/SINFRA¹⁶⁶, 020/2019/SINFRA, 006/2020/SINFRA, 025/2020/SINFRA, 026/2020/SINFRA, 027/2020/SINFRA e 055/2020/SINFRA.

De acordo com o Sistema GEO-OBRA S TCE/MT, a maioria dos contratos se encontravam vigentes no ano de 2021, com exceção do Contrato nº 017/2018/SINFRA que embora se apresentasse como vigente, apresentava medições realizadas até o ano de 2019 e do Contrato nº 034/2017/SINFRA que já foi rescindido.

Segundo informações que consta no RAG/2021 (Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso) foram as seguintes regiões de manutenção que tiveram parte de suas rodovias conservadas no Estado.

Tabela 01: Regiões que tiveram parte de suas rodovias conservadas

Região de Manutenção	Instrumento Contratual	Km Conservado
Região 01	006/2020	700,09
Região 02	018/2017	234,40
Região 03	022/2016	175,82
Região 04	033/2016	171,59
Região 05	024/2016	163,50
Região 06	028/2016	302,84
Região 07	025/2016	188,60
Região 08	026/2016	187,40
Região 09	023/2016	52,60
PATO* Campo Verde/MT	020/2019	49,60
PATO* Reserva do Cabaçal/MT	025/2020	104,10
PATO* Araputanga/MT	026/2020	94,98
PATO* Caramujo/MT	027/2020	99,09

¹⁶⁶ Aquisição de Produtos Betuminosos, RL-1C (emulsão com polímero para micro revestimento) para execução dos serviços de pavimentação.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

PATO* Barra do Bugres/MT	034/2017	68,00
TOTAL		2.592,61

Fonte: RAG/2021– Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso. *Plano Anual de Trabalho e Orçamento.

Ademais, constata-se o pagamento, por meio dos empenhos nºs 25101.0001.21.000124-4 e 25101.0001.21.000333-6, no valor de R\$ 356.109,98 (trezentos e cinquenta e seis mil, cento e nove reais e noventa e oito centavos), referente à multa (ato de infração nº 654654/D) imposta pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA:

HISTÓRICO						
PED	25101.0001.21.000144-7	25/01/2021	251010001267823382209990033903900019641	2000.02273-5 - IBAMA-INST BRAS do Meio Ambiente e dos		
EMP	25101.0001.21.000124-4	25/01/2021	72.000,00			
Auto de Infração nº 654654/D do Termo de Compromisso Administrativo de parcelamento e confissão de dívida nº de débito 3233238, processo de autuação nº 02013.001429/2010-81 firmado entre SINFR e						
LIQ	25101.0001.21.000160-1	26/01/2021	71.113,33			
Processo 268445/2016 ; auto de infração nº 654654/D-02013.001429/2010-81, parcela 56/60 referente a 01/2021.						
NOB	25101.0001.21.000271-1	26/01/2021	71.113,33			
TOTAL			72.000,00	71.113,33	71.113,33	0,00

HISTÓRICO						
PED	25101.0001.21.000381-4	12/02/2021	251010001267823382209990033903900019611	2000.02273-5 - IBAMA-INST BRAS do Meio Ambiente e dos		
EMP	25101.0001.21.000333-6	12/02/2021	360.000,00			
Auto de Infração nº 654654/D do Termo de Compromisso Administrativo de parcelamento e confissão de dívida nº de débito 3233238, processo de autuação nº 02013.001429/2010-81 firmado entre SINFR e						
LIQ	25101.0001.21.000420-1	17/02/2021	71.163,33			
Processo 268445/2016; auto de infração nº 654654/D 02013.001429/2010-81 Fatura 3233238 PARCELA 57/60 referente 02/2021.						
NOB	25101.0001.21.000656-3	17/02/2021		71.163,33		
LIQ	25101.0001.21.000708-1	10/03/2021	71.210,00			
Processo 268445/2016; auto de infração nº 654654/D 02013.001429/2010-81 Fatura 3233238 PARCELA 58/60 referente 03/2021.						
NOB	25101.0001.21.001109-5	11/03/2021		71.210,00		
LIQ	25101.0001.21.001021-8	15/04/2021	71.276,66			
Processo 268445/2016; auto de infração nº 654654/D 02013.001429/2010-81 Fatura: 3233238 Parcela 59/60 Referente 04/2021						
NOB	25101.0001.21.001622-4	15/04/2021		71.276,66		
LIQ	25101.0001.21.001304-7	07/05/2021	71.346,66			
Processo 268445/2016 ; auto de infração 654654/D 02013.001429/2010-81 Fatura 3233238 parcela 60/60 ref. 05/2021.						
NOB	25101.0001.21.002110-4	07/05/2021		71.346,66		
TOTAL			360.000,00	284.996,65	284.996,65	0,00

Fonte: Fiplan (FIP 614). Acesso em 15.02.2022.

Ressalta-se que o pagamento de juros e/ou multas sobre obrigações legais e contratuais pela Administração Pública deve ser ressarcido pelo agente que lhe deu causa, conforme Súmula nº 001/2013 - TCE-MT, cabendo ao Executivo Estadual adotar as medidas necessárias à reparação do dano, sob pena de responsabilização solidária.





CONCLUSÃO

Feita análise das informações acima, é possível concluir que o Estado conseguiu realizar grande parte da meta física planejada, ou seja, dos 2.665,95km de rodovias pavimentadas que foram planejados para serem conservados, afirmou que executou 2.592,81km, o que dá uma margem de 97,26% de realização.

Ainda assim, o Estado de Mato Grosso apresenta rodovias em péssimo estado de conservação, o que prejudica seu desenvolvimento econômico:

GERAL Manchetes

64,1% das rodovias estão em situação ruim, regular ou péssima em MT

7 de dezembro de 2021 Última Atualização 7 de dezembro de 2021

2 minutos de leitura



Foto: Notícia Exata

Em Mato Grosso, 64,1% da malha rodoviária pavimentada apresentam algum tipo de problema, com classificação regular, ruim ou péssima e, o restante (35,9%), considerado como ótimo ou bom. O dado faz parte da 24ª edição da “Pesquisa CNT de Rodovias 2021” e mostra um aumento em nível estadual de 27,2% do custo operacional do transporte rodoviário devido apenas à qualidade do pavimento.





No Estado, foram analisados 5.439 quilômetros (km) de estradas federais e estaduais, o que representa 5,0% do total pesquisado no Brasil. Os principais trechos avaliados abrangem as BRs 070 e 364, que no geral foram consideradas boas, e as 158, 174, 242, 251 e 163, classificadas como regulares. O estudo da Confederação Nacional do Transporte (CNT) foi divulgado na última quinta-feira (2) e é realizado desde 1995.

O objetivo é avaliar a condição da malha rodoviária brasileira, apontando a sua qualidade geral. O levantamento traz também uma análise de seus elementos constituintes, sendo eles, o pavimento, a sinalização e a geometria da via e, ainda, as suas principais deficiências e pontos críticos.

Ainda em Mato Grosso, levando em consideração somente o pavimento, a CNT mostra que 51,9% da extensão da malha apresentam problemas; 48,1% estão em condição satisfatória; e 0,2% está com o pavimento totalmente destruído. Quando à sinalização, 48,9% da extensão são consideradas regulares, ruins ou péssimas; 51,1%, ótimas ou boas; 2,7% da extensão está sem faixa central e 7,2% não têm faixas laterais.

Em relação à geometria ou traçado das estradas no território mato-grossense, 58,8% apresentam algum tipo de problema e 41,2% estão ótimas ou boas. Além disso, as pistas simples predominam em 92,2%, falta acostamento em 46,1% dos trechos avaliados e 57,8% dos trechos com curvas perigosas não têm sinalização.

Também foram identificados seis pontos críticos, sendo cinco trechos com buracos maior que um pneu. Por conta da situação do pavimento, o custo operacional do transporte teve um aumento de 27,2%, no Estado. "Isso reflete na competitividade do Brasil e no preço dos produtos", apontam.

Segundo a CNT, para recuperar as rodovias em Mato Grosso, com ações emergenciais, de manutenção e de reconstrução, é necessário investimento da ordem de R\$ 2,3 bilhões. Além disso, para este ano, a estimativa é de que haverá um consumo desnecessário de 47,4 milhões de litros de diesel devido à má qualidade do pavimento da malha rodoviária que corta Estado. "Esse desperdício custará R\$ 208,70 aos transportadores", frisa.

Em todo país, foram 109.103 quilômetros de rodovias pavimentadas federais e estaduais avaliados. Esse levantamento constatou que o estado geral de 61,8% da malha rodoviária brasileira encontra-se classificada como regular, ruim ou péssimo. Desse percentual, 91% são de rodovias públicas.

"Os resultados da 'Pesquisa CNT de Rodovias 2021' mostram um cenário de preocupante queda da qualidade das rodovias brasileiras, questão que precisa ser enfrentada com grande rapidez e assertividade. A forte retomada de investimentos é urgente e necessária para prover ao país uma malha rodoviária mais moderna e eficiente, condição indispensável para a promoção do desenvolvimento. E, nesse sentido, a análise técnica da CNT nesta pesquisa é um importante instrumento para fomentar as melhores soluções", frisou o presidente da CNT, Vander Costa.

Ainda no fim do ano passado, o Governo do Estado lançou o programa "Mais MT" que prevê R\$ 4,73 bilhões em ações, como a realização de 2.400 km de asfalto novo e restauração de mais 3.000 km de pavimentação, além da construção de 5 mil pontes de pequeno, médio e grande porte, em substituição às precárias pontes de madeira.





CIDADES ▸ RODOVIAS

Poconé faz parte de 68% das estradas de MT consideradas péssima

23/02/2021 23:50:30 Fonte: 920



A ligação asfáltica de Poconé a Porto Cercado com 42 km de extensão na MT-370, a Rodovia Francisca Figueiredo Arruda Martins – Professora Chiquinha, além de ligar a cidade de Poconé a Porto Cercado, que é núcleo rural ribeirinho ao rio Cuiabá, é de fato um corredor turístico ao complexo hoteleiro do Sesc Pantanal e atende outras necessidades de traslado, para comunidades rurais pantaneiras e ribeirinhas, além de barcos hotéis.

Hoje a pavimentação da MT-370 necessita urgentemente de reparos; são buracos e lombadas formadas por “borrachudos” bem como as populares “bicheiras” que atingem a pavimentação que foi inaugurada em 2010, ou seja, a onze anos.

Faz-se necessário que a Câmara Municipal de Poconé reivindique através de proposição a brevidade na manutenção da rodovia professora Chiquinha bem como a MT MT 060 – Rodovia Governador José Monteiro de Figueiredo (Dr. Zelito), que liga Cuiabá até Poconé, rodovia que também necessita de urgente manutenção.

Segundo dados do ‘Anuário da CNT 2020’, apenas 32% das rodovias de MT estão em bom estado de conservação, diz pesquisa

[...]

<https://poconet.com.br/noticias/ler/pocone-faz-parte-de-68-das-estradas-de-mt-consideradas-pessima/28152> Acesso em 04.03.2022

Dessa forma, ainda que as metas apresentadas no Relatório de Ação Governamental/2021 tenham sido em quase sua totalidade, atingidas, muitas rodovias estaduais ainda apresentam graves patologias, que só tendem a agravar com o uso e a ação do tempo.

3.1.9. Ação 3105 – Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014

Em análise ao Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se dos relatórios informações relacionadas ao Projeto 3105, do exercício de 2021:



Quadro 31 – Demonstrativo da Despesa Orçamentária do Projeto 3105

Região	Dotação Inicial R\$	Meta física inicial (unidade)	Dotação Final (após créditos)	Meta Física Ajustada (unidade)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
0600 - Região Sul VI - Sul	26.200.000,00	98	37.002.824,97	98	25.831.967,01	16.912.599,00	15.505.381,16
Total	26.200.000,00	98	37.002.824,97	98	25.831.967,01	16.912.599,00	15.505.381,16

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 04.03.2022.

Observa-se que as informações dispostas no Demonstrativo da Despesa Orçamentária da Ação 3105 (exercício 2021) são convergentes às constantes no Relatório de Ação Governamental – RAG/2021:

Quadro 32 – Metas Físicas e Financeiras relativas ao Projeto 3105

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Meta Final	Realizado no exercício	Índices de Realização %	Dotação Final R\$	Empenhado R\$	COFD%
Ação	Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014	98	98	100	37.002.824,97	25.831.967,01	69,81
Produto/ Unidade de medida	Obra concluída/ unidade						

Fonte: RAG/2021 – Consolidado

Segundo a prestação de contas do Executivo Estadual, a meta física em relação ao Projeto 3105 foi de 98%:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINTRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA						
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA_G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA	
						1 - Analise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
						Antes de relatar as ocorrências de 2021 que possibilitaram o alcance da meta física e oportuna realizar observações acerca dos índices de meta física.
						A meta física prevista de se alcançar em 2021 era de 98%. Este percentual, refere-se a conclusão das obras da Copa 2014, conforme relação abaixo:
3105	Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014	Obra concluída	Percentual	98	98	1. COMPLEXO VIÁRIO DO TIJUCAL; 2. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO MARECHAL RONDON; 3. IMPLANTAÇÃO DA AV. PARQUE BARBADO; 4. COT UFMT; 5. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO LED NAS TRAVESSIAS URBANAS DE CUIABA E VÁRZEA GRANDE - TRAVESSIAS; 6. COMPLEXO VIÁRIO DA FEB (VIADUTO DOM ORLANDO); 7. DUPLICAÇÃO DA AV. ARQUIMEDES PEREIRA LIMA; 8. TRINCHEIRA CIRIACO CANDIA; 9. RESTAURAÇÃO DA AV. OITO DE ABRIL; 10. TRINCHEIRA VERDEÃO; 11. MURIS LIMITOPES - VILA MILITAR, UFMT E AEROPORTO; 12. DUPLICAÇÃO ESTRADA GUARITA; 13. DUPLICAÇÃO RODOVIA MARIO ANDREAZZA; 14. RETALUDAMENTO DO MORRO DESPRAIAÇO; 15. MOBILIÁRIO ESPORTIVO - ARENA PANTANAL (ASSENTOS); 16. TI-TELECOM - ARENA; 17. CONSTRUÇÃO - ARENA; 18. TRINCHEIRA SANTA ROSA; 19. COT BARRA DO PARI; 20. TRINCHEIRA TRABALHADORES JURUMIRIM





RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO						
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFRA / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA						
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA_G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA	1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
3105	Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014	Obra concluída	Percentual	98	98	<p>CONTINUA ...</p> <p>Tendo em vista que boa parte destas obras encontrava-se concluída com ou sem recebimento ou já não representavam prioridades de atuação por parte do Governo do Estado, no início de 2021 restavam ser finalizadas as seguintes obras:</p> <p>DUPLICAÇÃO DA AV. ARQUIMEDES PEREIRA LIMA; RESTAURAÇÃO DA AV. OITO DE ABRIL; COT BARRA DO PARI;</p> <p>Além destas constava ainda a obra de reparos e reconstrução da TRINCHEIRA TRABALHADORES JURUMIRIM para a qual em 2021 foram trabalhados o tratamento das infiltrações nas cortinas atirantadas e realizada a demolição do pavimento asfáltico e reconstrução de sistemas de drenagem e re-pavimentação.</p> <p>Abaixo apresentaremos as ocorrências em cada uma destas obras no exercício 2021:</p> <p>DUPLICAÇÃO DA AV. ARQUIMEDES PEREIRA LIMA: Obra paralisada desde 2014 com cerca de 80% dos serviços concluídos quando constatarem-se patologias precoces no pavimento e problemas relacionados ao projeto executivo. Após amplo levantamento realizado ao longo dos anos de 2019 e 2020 a SINFRA chegou aos seguintes números:</p> <p>Valor executado: R\$ 23.396.681,19 Valor glosado: R\$ 7.009.975,69 (serviços que apresentaram diversas patologias tais como baixa qualidade do material de aterro, afundamento da pista, ausência de sistema de drenagem eficiente, etc.) Valor total pago: R\$ 16.386.905,50; Também foi elaborado novo projeto executivo de restauração que foi referenciado e atualmente encontra-se em fase de licitação a um custo de aproximadamente R\$ 12.000.000,00</p>
3105	Finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014	Obra concluída	Percentual	98	98	<p>CONTINUA ...</p> <p>RESTAURAÇÃO DA AV. OITO DE ABRIL: serviços previstos em projeto / planilha 100% executados. Obra passa por reparos a ser efetuados sob os custos da empresa executora;</p> <p>COT BARRA DO PARI: Em Janeiro de 2021 houve uma decisão judicial que impediu o Estado de Rescindir o Contrato antigo, de aplicar multas e glosas na antiga contratada; Diante desta determinação, SINFRA-MT se reuniu com a antiga contratada que apresentou uma proposta de acordo com as seguintes obrigações:</p> <p>Contratada: Correção de todas as não conformidades executivas da obra; Refazer os itens recebidos indevidamente; Reinstalação de itens que foram retirados da obra e armazenados em seu almoxarifado</p> <p>Estado: Arcar com o pagamento da reposição dos itens que foram furtados / vandalizados / depreciados (obrigação imposta pela determinação judicial); Concluir o objeto do contrato e entregar o empreendimento para a SESP;</p> <p>Acordo já foi formalizado e encontra-se desde Agosto/2021 aguardando homologação judicial.</p> <p>Reparos, ajustes e reconstrução na TRINCHEIRA TRABALHADORES JURUMIRIM: Obra licitada em 2020 e contratada em 2021 a um custo de R\$ 14.700.000,00. Atualmente a obra encontra-se com 80% dos serviços executados;</p> <p>Diante de tais considerações, pode-se concluir com estes avanços que a finalização das obras da Copa 2014 alcançou um montante de 98% das mesmas concluídas.</p>

Fonte: RAG/2021 (Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso)

Adverte-se que embora conste a informação disposta no Relatório da Ação Governamental - RAG 2021 (Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso) de que a meta alcançada, em 2021, seria analisada em **percentual**, a definição adotada no QDD foi que o alcance da meta seria avaliado em **unidade** de obra concluída.

Logo, faz-se necessária a adoção de uma mesma unidade de medida para todas as peças governamentais (planejamento e avaliação) para analisar os produtos entregues pelo Executivo Estadual.

A fim de avaliar as ações referentes ao Projeto 3105, analisou-se as informações dispostas por meio do relatório emitido no FIPLAN – FIP 614 e constatou-se que as liquidações e pagamentos estavam relacionados à execução dos Contratos n^{os}.: **039/2013/SECOPA¹⁶⁷**, **047/2017/SECID¹⁶⁸**, **063/2012/SECOPA/SINFRA¹⁶⁹**,

¹⁶⁷ Serviços de Tapa Buraco nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande-MT.

¹⁶⁸ Obras com esgoto no Complexo do Aeroporto Marechal Rondon.

¹⁶⁹ Restauração da Avenida Oito de Abril.





042/2012/SECOPA/SINFRA¹⁷⁰, 065/2012/SECOPA¹⁷¹, 072/2021/SINFRA¹⁷², 006/2021/SINFRA¹⁷³ e 023/2020/SINFRA¹⁷⁴.

No ano de 2021, no que tange às obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa 2014, 2 (duas) encontravam-se paralisadas¹⁷⁵, 1 (uma) estava reiniciando em novo formato, que atualmente se encontra em fase de licitação por meio do RDC 047/2021¹⁷⁶ e outras 2(duas) achavam-se retomadas¹⁷⁷:

Contrato Nº / Ano-Obra/Serviço	Tipo do Objeto	Situação	Data Situação	Bem Público	Tipo Serviço
026/2013-1	Serviço de Engenharia	Paralisada	18/12/2014	ESTÁDIO GOVERNADOR JOSÉ FRAGELLI	Construção Nova

Contrato Nº / Ano-Obra/Serviço	Tipo do Objeto	Situação	Data Situação	Bem Público	Tipo Serviço
055/2012-1	Obra	Paralisada	18/12/2014	COT DO PARÍ	Construção Nova

Contrato Nº / Ano-Obra/Serviço	Tipo do Objeto	Situação	Data Situação	Bem Público	Tipo Serviço
037/2012-1	Obra	Reiniciada por meio de outro contrato	10/12/2021	VLT - VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS	Construção Nova

Contrato Nº / Ano-Obra/Serviço	Tipo do Objeto	Situação	Data Situação	Bem Público	Tipo Serviço
063/2012-1	Obra	Reiniciada	05/12/2016	RESTAURAÇÃO DA AV. 8 DE ABRIL E DO CÓRREGO MANÉ PINTO	Restauração

Fonte: Sistema GEO OBRAS TCE/MT. Acesso em 04.03.2022

Logo, no exercício em análise, não foi entregue obra oriunda do Projeto 3105 pelo Estado à população mato-grossense.

Ressalta-se que as obras paralisadas e as em fase de retomada já utilizaram vultosos recursos públicos, não trouxeram os benefícios esperados e ainda

¹⁷⁰ Obra no Complexo Viário do Tijucal.

¹⁷¹ Obras e serviços de engenharia Aeroporto Marechal Rondon.

¹⁷² Serviços de Pavimentação e Drenagem da Av. Mário Palma, Bairros Vista Alegre e Novo Colorado, no município de Cuiabá-MT.

¹⁷³ Recuperação da estrutura de concreto da Trincheira da Av. Miguel Sutil – Jurumirim.

¹⁷⁴ Prestação de serviços de apoio técnico, econômico e financeiro, elaboração e estruturação de processos, análise técnico jurídica e gerenciamento

de projetos para gestão pública para atender as demandas da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, na Elaboração de Plano Funcional e anteprojeto de engenharia para Implantação do Sistema BRT de Cuiabá - Várzea Grande.

¹⁷⁵ Construção da Arena Pantanal e Construção do Centro Oficial de Treinamento – COT Barra do Parí.

¹⁷⁶ Contratação integrada de empresa para execução dos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, projetos de desapropriação, obtenção de licenças, outorgas, aprovações, e execução das obras de infraestrutura em área urbana para implantação do corredor de transporte público integrado por meio do *Bus Rapid Transport* (BRT) nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande.

¹⁷⁷ Restauração da Avenida 8 de abril e do Córrego Mané Pinto e Restauração do pavimento de rodovias e recuperação da estrutura de concreto da trincheira da Avenida Miguel Sutil (Jurumirim) – Contrato nº 006/2021.





geram transtornos à população:

FOLHAPRESS
@otempo

21/06/21
13h11

Quase sete anos após a Copa de 2014, Arena Pantanal ainda está inacabada

'Palco' de Uruguai e Chile nesta segunda-feira (21), apenas 85% da estrutura do estádio está concluída; os outros 15% não têm previsão para a retomada



Projetada para a Copa do Mundo de 2014 e uma das sedes da Copa América deste ano, a Arena Pantanal, em Cuiabá, está inacabada, mesmo sete anos após ser entregue. Não é a única obra do Mundial a não ser terminada no Mato Grosso. O sistema de trilhos do VLT não foi entregue, e pode ser transformado em BRT.





Apenas 85% da estrutura do estádio está concluída. Os outros 15% não têm previsão para a retomada dos reparos necessários para que realmente se torne espaço multiuso, como estava previsto.

A Arena Pantanal recebeu os jogos do Mundial e, desde 2018, partidas da Série B. Neste ano passou a abrigar confrontos da Série A com o acesso à elite do Cuiabá. Nesta segunda (21), Uruguai e Chile se enfrentam pelo grupo B da Copa América.

Porém, o entorno da Arena deixa evidente os problemas existentes, como a falta iluminação da área externa e não conclusão das instalações das caixas d'água e outras adequações estruturais.

Na parte interna, o governo de Mato Grosso trava batalha judicial desde 2015 com a construtora Mendes Júnior, que abandonou a obra do estádio após a Copa do Mundo.

O governo cobra que a construtora arque com os reparos e elimine problemas nas cadeiras e nos telões, além de outros defeitos.

A ação do governo contra a Mendes Júnior se encontra em fase de instrução processual. Em setembro do ano passado, a Justiça determinou a realização de perícia a fim de verificar as responsabilidades.

Mesmo nessas condições o governo de Mato Grosso gasta em média R\$ 350 mil por mês na manutenção do estádio. São R\$ 4,2 milhões por ano.

Há também problema com a certificação Leed, um atestado do selo ambiental e sustentável do estádio, que custou cerca de R\$ 700 milhões.

O pagamento deste valor está entre as obrigações do contrato firmado com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que financiou R\$ 400 milhões da obra.

Caso o reconhecimento socioambiental não seja quitado, o Estado fica sujeito ao pagamento de multa de 1% ao ano em relação ao saldo devedor.

Desde julho do ano passado, a Arena Pantanal funciona também como Centro de Triagem da Covid-19, que auxilia os municípios da região no combate à pandemia.

[...]

Além do Arena e do VLT, que continuam sem conclusão, Cuiabá também projetou para a Copa de 2014 dois Centros Oficiais de Treinamentos (COTs) que atenderiam as equipes que participassem de eventos esportivos na cidade. Essas obras também não foram terminadas.

[...]

<https://www.otempo.com.br/superfc/quase-sete-anos-apos-a-copa-de-2014-arena-pantanal-ainda-esta-inacabada-1.2501956>
Acesso em 04.03.2022.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Consórcio VLT Cuiabá-Várzea Grande esclarece situação dos 40 vagões

Publicados 2 meses atrás em 31 de dezembro de 2021
Por Blogdovaldemir



O Governo do Mato Grosso multou as empresas que integram o consórcio que iria implantar um sistema de VLT (Veículo Leve Sobre Trilhos) em R\$ 96,1 milhões (R\$ 96.170.604,55) em um processo administrativo que aponta para a existência de supostos pagamentos de vantagem indevida para agentes públicos estaduais na gestão do ex-governador Silval Barbosa que teriam sido feitos por executivos das companhias que integram o Consórcio VLT.

Foram penalizadas as empresas CR Almeida S/A Engenharia de Obras (CNPJ n. 33.059.908/0001-20, CAF Brasil Indústria e Comércio S/A (CNPJ n. 02.430.238/0001-82), Santa Bárbara Construções S/A (CNPJ n. 39.809.199/0001-39), Magna Engenharia Ltda (CNPJ n. 33.980.905/0001-24) e ASTEP Engenharia Ltda (CNPJ n. 10.778.470/0001-34).

Elaborada para a **Copa do Mundo de 2014**, a ligação entre a capital Cuiabá e a cidade de Várzea Grande era para ser feita por meio de um corredor de **Bus Rapid Transit** (BRT), mas foi mudada para um **Veículo Leve sobre Trilhos** (VLT).





Em agosto de 2017, a operação “**Descarrilho**”, da **Polícia Federal**, revelou esquemas de corrupção no processo licitatório e implantação da obra do **VLT** e para a escolha do modal sobre trilhos em vez do sistema sobre pneus. As investigações levantaram indícios da existência de um lobby dos trilhos e da adulteração de pareceres técnicos para justificar as vantagens do **VLT**.



Em 21 de dezembro de 2020, o governador do Mato Grosso, **Mauro Mendes Ferreira** (DEM) anunciou a troca do **VLT** (Veículo Leve sobre Trilhos) por um **BRT** (Bus Rapid Transit), sistema de corredores com maior velocidade e capacidade que corredores comuns, para a ligação entre os municípios de Cuiabá e Várzea Grande

O meio de transportes sobre trilhos deveria ter sido entregue antes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, mas não era a modalidade original definida para o trajeto.

A proposta original era de um **Bus Rapid Transit** (BRT), mas foi trocada pelo **Veículo Leve sobre Trilhos** (VLT) o que, na ocasião, levantou suspeitas de direcionamento e corrupção pelo fato de a obra e o sistema do **Veículo Leve sobre Trilhos** serem mais caros com capacidade de passageiros semelhantes.

No último dia 18, completou-se **6** anos da paralisação da obra do **Veículo Leve sobre Trilhos** (VLT). Enquanto **Governo do Estado** e o consórcio responsável pela obra não entram em acordo judicial sobre o empreendimento, vagões continuam abandonados em um galpão em Várzea Grande, em meio ao mato e expostos às ações do tempo. Empresário que possui um táxi aéreo na região relata que até furtos já ocorreram no galpão, onde funcionaria a sede administrativa de operação do modal.





Vale lembrar que o custo total da obra estava estimado inicialmente em **R\$ 1,4 bilhão e R\$ 1 bilhão** já foi repassado ao **Consórcio VLT**. Questionada sobre a situação dos vagões, a **Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística** (Sinfra) informou que a responsabilidade sobre guarda, segurança e manutenção dos trilhos e vagões do **Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)** é do **Consórcio VLT** em razão da judicialização do contrato.

O próprio consórcio realiza a manutenção técnica preventiva dos equipamentos diariamente, sendo que todos os relatórios comprobatórios são encaminhados à Secretaria a cada **40** dias, para vistoria in loco e confirmação das informações.

[...]

<https://ideiasradicais.com.br/obras-inacabadas-copa-2014/> Acesso em 04.03.2022.





PARA SEGURANÇA PÚBLICA

Governo gastará mais R\$ 25 milhões para transformar COT do Pari em academia de treinamento

28 Feb 2021 - 14:00
Da Redação - Vinicius Mendes

- A +



Foto: Rogério Florentino/Ofur Direta



O secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, afirmou que o Governo do Estado mantém o projeto para transformar o COT do Pari na Academia Integrada de Formação, Capacitação e Treinamento dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Bustamante citou que esta é a única obra da Copa do Mundo de 2014 que ainda não teve destinação. O Estado pede R\$ 15 milhões em emendas federais, e deve gastar do 'próprio bolso' R\$ 10 milhões para adequar o espaço às novas funções, totalizando R\$ 25 milhões.

Leia mais:

[Servidores fazem ato de apoio ao retorno de Novelli ao Tribunal de Contas do Estado](#)

Bustamante disse que a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) elaborou projetos de quatro produtos, que necessitarão de emendas federais para serem realizados. Um destes é a transformação do COT do Pari em uma academia para profissionais de Segurança Pública.

O Centro Oficial de Treinamento da Barra do Pari (COT do Pari) foi idealizado para atender a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. As obras no local, orçadas em R\$ 31,7 milhões, foram paralisadas após estarem 70% concluídas. Após ficar anos abandonado o local foi tomado pela natureza.

"A nossa ideia, junto ao Governo do Estado, é dar uma destinação pública ao COT do Pari. Aquela é a única obra da Copa do Mundo que não teve destinação, pensamos num projeto, fazer a Academia Integrada de formação, capacitação e treinamento dos profissionais da área de Segurança Pública".

[...]





Em outubro de 2019, durante vistoria no local, o governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que o espaço não tinha funcionalidade alguma. "Temos que saber se aquela obra [COT do Pari] serve para alguma coisa. Temos o Verdão [Arena Pantanal], Dutrinha, COT da UFMT. Temos de saber qual será a utilidade. Terminar para depois abandonar, não tem o menor sentido, não temos dinheiro para jogar fora. Ninguém, até hoje, me apresentou uma proposta clara e viável para tornar aquilo um equipamento público que tenha funcionalidade, que sirva para alguma coisa", disse o governador.

Cuiabá Arsenal

O Cuiabá Arsenal, um dos principais times de futebol americano do país, pediu ao Governo do Estado a cessão do Centro Oficial de Treinamento (COT) do Pari, localizado em Várzea Grande (região metropolitana da capital mato-grossense), para que o local seja transformado na 'casa' do time. Para isto, o clube iria em busca de parceiros com o intuito de finalizar as obras e terminaria com a incansável busca por um espaço onde possa atuar pelo campeonato nacional.

"Nós sabemos que o futebol é prioridade e isso já nos foi deixado bem claro. Sabendo da situação do COT, comecei a sondar alguns parceiros e eles viram com bons olhos a intenção da gente assumir o COT do Pari e concluir as obras. A intenção é transformar em um centro de treinamento e um local que possa abrigar os jogos do Cuiabá Arsenal", explicou o presidente Denevaldo Barbosa Pereira Junior em entrevista ao **Olhar Direto**.

Cenário de terror

Em junho de 2018, quatro anos após a Copa do Mundo de 2014, o **Olhar Direto** esteve no COT do Pari para verificar o estado do projeto. Abandonado, o local mais parecia um cenário de filme de terror, com a estrutura cheia de mato e bastante precária.

A obra do Centro Oficial de Treinamento Rubens dos Santos está orçada em R\$ 31,7 milhões e mais de R\$ 21 milhões já foram repassados ao Consórcio Barra do Pari, que tem como líder a empresa Engglobal. Cerca de 70% estão concluídos.

<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=483086¬icia=governo-gastara-mais-r-25-milhoes-para-transformar-cot-do-pari-em-academia-de-treinamento&edicao=1> Acesso em 04.03.2022.

CONCLUSÃO

O Governo Estadual não entregou nenhuma das obras restantes a serem concluídas pelo Projeto 3105, portanto, nenhuma meta foi alcançada para essa Ação, levando em conta que a meta física planejada pelo Estado foi a entrega de unidade de obra concluída e não percentual de conclusão das obras da Copa 2014.

Ressalta-se que a meta deve ser referente ao exercício de 2021, ou seja, precisa ser estabelecida de acordo com o que será realizado no período (ano).

Logo, a afirmação de que foi entregue à sociedade 98 % obras da copa 2014 não condiz com real situação de entrega de obras pelo Projeto no referido exercício.





3.1.10. Ação 5148 – Pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais

Conforme o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se de relatórios obtidos por meio de acesso ao Fiplan, as seguintes informações do Projeto 5148, referente ao exercício de 2021:

Quadro 33 – Quadro de Demonstrativo da Despesa Orçamentária do Projeto 5148

Região	Dotação Inicial R\$	Meta física inicial (km)	Dotação Final (após créditos) R\$	Meta Física Ajustada (km)	Empenho R\$	Liquidação R\$	Pagamento R\$
I – Noroeste I	12.633.832,00	8	7.896.145,00	3	0,00	0,00	0,00
II – Norte	5.410.821,00	3	16.891.490,22	10,57	16.891.490,22	16.217.867,99	16.217.867,99
III – Nordeste	60.200.540,00	33	72.447.421,99	30,22	45.559.341,57	31.758.031,53	31.393.434,04
IV – Leste	47.310.350,00	47	98.814.655,21	76,70	80.777.262,56	60.368.524,28	55.196.599,91
V – Sudeste	30.916.320,00	20	94.934.266,38	93,17	69.838.575,84	53.913.974,71	53.913.974,71
VI – Sul	5.037.354,00	6	18.779.118,00	15,27	17.100.000,00	13.546.468,30	13.546.468,30
VIII - Oeste	746.557,00	1	150.000,00	2,36	0,00	0,00	0,00
X – Centro	0,00	-	5.566,30	0,05	5.566,30	5.566,30	5.566,30
XII – Centro Norte	16.535.196,00	12	33.117.847,85	21,17	31.407.175,08	25.385.374,68	25.385.374,68
Total	178.790.970,00	130	343.036.510,95	252,51	261.579.411,57	201.195.807,79	195.659.285,93

Fonte: FIPLAN –Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD). Acesso em 09.02.2022

Abaixo, segue as informações apresentadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso a respeito do Projeto 5148, informações estas constantes no Relatório de Ação Governamental – RAG/2021:

Quadro 34 – Metas Físicas e Financeiras relativas ao Projeto 5148

Descrição		Metas físicas				Metas financeiras			
		Meta Inicial	Meta Final	Realizado	Índices de Realização (%)	Dotação Final R\$	Dotação após contingenciamento R\$	Empenhado	COFD (%)
Ação	Pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais	129	248,59	139,67	56,18	343.036.510,95	332.036.510,95	261.579.411,57	78,78





Produto/ Unidade de medida	Trecho de ligação pavimen tado/ Quilôme tro								
-------------------------------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: RAG/2021 Consolidado

No que compete às metas físicas, observa-se que as informações dispostas no Relatório de Ação Governamental Consolidado – RAG/2021 são divergentes às constantes no Demonstrativo da Despesa Orçamentária do Projeto 5148 (exercício 2021).

Ademais, constata-se por meio do RAG 2021 que no decorrer da execução orçamentária e financeira do Projeto 2209, houve o contingenciamento orçamentário no valor de R\$ 11.000.000,00, equivalente a 3,20% da dotação final, que alterou a dotação final de R\$ 343.036.510,95, conforme demonstrado no Quadro 33 deste relatório, para R\$ 332.036.510,95 (Quadro 34 deste relatório).

A execução foi de 78,78% do orçamento disponível e a meta física alcançada ultrapassou 56,18% da meta final estabelecida pelo Governo estadual para a Ação 5148.

Em análise ao Relatório de Ação Governamental/2020 é possível verificar o detalhamento da meta física executada, conforme exposto abaixo:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFR / EIXO 2 - MATO GROSSO DESENVOLVIDO E SUSTENTÁVEL / PROGRAMA 338 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA. G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
					1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
5148	Pavimentação de rodovias de acesso às sedes municipais	Trecho pavimentado	Quilômetro (km)	248,59	139,67
<p>O investimento corresponde à execução do serviço de revestimento asfáltico das seguintes obras:</p> <p>REGIÃO II (6,45 KM)</p> <p>1. MT 320- CONTRATO 048/2021, ENTR. MT-208 - ENTR. BR-163/MT - ENTR. MT-423, COM TOTAL DE 69,3KM, SENDO 6,45KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>REGIÃO III (13,42 KM)</p> <p>1. MT 430- CONTRATO 003/2014, ENTR. MT-430/MT-437 À SANTA CRUZ DO XINGU, COM TOTAL DE 65,41KM, SENDO 2,66KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>2. MT 322- CONTRATO 017/2013, ENTR. MT-100 (NOVO SANTO ANTÔNIO) / ENTR. MT-433 (A) / (SERRA N. DOURADA), COM TOTAL DE 56,24KM, SENDO 10,76KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>REGIÃO IV (42,86 KM)</p> <p>1. MT 020- CONTRATO 045/2020, PARANATINGA - CANARANA, COM TOTAL DE 66,48KM, SENDO 12,74KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>2. MT 100- CONTRATO 041/2020, TORIXORÉU - PONTAL DO ARAGUAIA, COM TOTAL DE 18,048KM, SENDO 18,048KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>3. MT 326- CONTRATO 242/2013, COCALINHO (DIVISA MT-GO) - NOVA NAZARÉ, COM TOTAL DE 35,246KM, SENDO 10,41KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>4. MT 326- CONTRATO 247/2013, COCALINHO (DIV. MT/GO) - NOVA NAZARÉ, COM TOTAL DE 36KM, SENDO 1,666KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>REGIÃO V (37,06 KM)</p> <p>1. MT 100- CONTRATO 053/2020, ENTR. BR-364 (B)/MT-299 - PONTE BRANCA, COM TOTAL DE 49,39KM, SENDO 37,06KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>REGIÃO VI (11,40 KM)</p> <p>1. MT 140- CONTRATO 001/2008, ENTR. BR 070 (CAMPO VERDE) - ENTR. MT 251 - NOVA BRASILÂNDIA, COM TOTAL DE 28KM, SENDO 11,4KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p> <p>REGIÃO XII (28,48 KM)</p> <p>1. MT 423- CONTRATO 036/2020, UNIÃO DO SUL - CLAUDIA, COM TOTAL DE 28,485KM, SENDO 28,48KM EXECUTADO NO ANO DE 2021</p>					

Fonte: RAG/2021





A seguir, a comparação da meta ajustada prevista no QDD-FIPLAN com a meta física realizada apresentada no RAG/2021:

Quadro 35 – Comparativo da Meta Física apresentada no QDD do Projeto 5148 com a Meta Alcançada no RAG/2021

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - QDD								RAG 2021
Região	Dotação Inicial – R\$	Dotação Final (após créditos) – R\$	Empenho – R\$	Liquidação – R\$	Pagamento – R\$	Meta física inicial (km)	Meta Física Ajustada (km)	Meta Alcançada (km)
I – Noroeste I	12.633.832,00	7.896.145,00	0,00	0,00	0,00	8	3	0
II – Norte	5.410.821,00	16.891.490,22	16.891.490,22	16.217.867,99	16.217.867,99	3	10,57	6,45
III – Nordeste	60.200.540,00	72.447.421,99	45.559.341,57	31.758.031,53	31.393.434,04	33	30,22	13,42
IV – Leste	47.310.350,00	98.814.655,21	80.777.262,56	60.368.524,28	55.196.599,91	47	76,70	42,86
V – Sudeste	30.916.320,00	94.934.266,38	69.838.575,84	53.913.974,71	53.913.974,71	20	93,17	37,06
VI – Sul	5.037.354,00	18.779.118,00	17.100.000,00	13.546.468,30	13.546.468,30	6	15,27	11,4
VIII - Oeste	746.557,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	1	2,36	0
X – Centro	0,00	5.566,30	5.566,30	5.566,30	5.566,30	-	0,05	0
XII – Centro Norte	16.535.196,00	33.117.847,85	31.407.175,08	25.385.374,68	25.385.374,68	12	21,17	28,48
Total	178.790.970,00	343.036.510,95	261.579.411,57	201.195.807,79	195.659.285,93	130	252,51	139,67

Fonte: QDD/FIPLAN e RAG/2021

Observa-se que, com exceção da Região - XI (Centro Norte), as demais regiões de planejamento apresentaram resultado aquém da meta planejada.

Para fins de verificar a confiabilidade das informações apresentadas por meio do Relatório Analítico de Ação Governamental (RAG/2021), analisou-se todos os empenhos (por meio de relatório emitido no FIPLAN - FIP614) relacionados ao Projeto 5148 e constatou que as liquidações e pagamentos estão relacionados à execução de alguns contratos: 048/2021/SINFRA¹⁷⁸, 045/2020/SINFRA¹⁷⁹,

¹⁷⁸ serviços remanescentes de Implantação, Pavimentação e Revitalização da Rodovia MT-320

¹⁷⁹ Implantação e Pavimentação e Restauração e Restauração da Rodovia MT-020, trecho: Paranatinga-Canarana





053/2020/SINFRA¹⁸⁰, 041/2020/SINFRA¹⁸¹, 117/2009/SINFRA¹⁸²,
036/2020/SINFRA¹⁸³, 001/2008/SINFRA¹⁸⁴, 017/2013/SINFRA¹⁸⁵,
247/2013/SINFRA¹⁸⁶, 138/2013/SINFRA¹⁸⁷, 003/2014/SINFRA¹⁸⁸,
061/2017/SINFRA¹⁸⁹, 070/2014/SINFRA¹⁹⁰, 236/2013/SINFRA¹⁹¹ e
242/2013/SINFRA¹⁹².

Ao comparar as informações dispostas no RAG/2021 - Volume VI do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso com os dados contidos no relatório FIP 614 do Projeto 5148 (FIPLAN), constata-se que os dispêndios realizados em ambos os documentos estão em convergência.

Além do mais, ao conferir as informações dispostas no Sistema GEO-OBRAS TCE/MT com os dados contidos no relatório FIP 614 do Projeto 5148, extraído do FIPLAN, constata-se os seguintes Contratos em andamento no ano de 2021: 048/2021/SINFRA, 045/2020/SINFRA, 036/2020/SINFRA, 053/2020/SINFRA, 041/2020/SINFRA, 001/2008/SINFRA, 017/2013/SINFRA, 247/2013/SINFRA, 003/2014/SINFRA, 236/2013/SINFRA e 242/2013/SINFRA.

Ainda, mediante acesso ao referido Sistema, verifica-se que foi concluída em 2021, a obra executada por meio do Contrato nº **036/2020/SINFRA**. Enquanto, desde o ano de 2018, a obra realizada por meio do Contrato nº **117/2009/SINFRA** foi recebida provisoriamente.

Ademais, por meio do referido Sistema, constata-se que as obras oriundas dos Contratos nºs 070/2014/SINFRA e 061/2017/SINFRA não apresentam medições

¹⁸⁰ Implantação e Pavimentação da rodovia MT-100, trecho: Entrº BR -364 (B)/MT-299 - Ponte Branca,

¹⁸¹ Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-100, trecho: Torixoréu - Pontal

¹⁸² Execução de Serviços de Pavimentação da Rodovia MT-020, Trecho: Paranatinga

¹⁸³ Execução dos Serviços de Implantação e Pavimentação da Rodovia MT-423, trecho: União do Sul - Claudia

¹⁸⁴ serviço de pavimentação asfáltica, na rodovia MT- 1400

¹⁸⁵ Serviços de Implantação e Pavimentação de Rodovia, na Rodovia MT-322, Trecho: Entrº MT-100 (Novo Santo Antonio) - Entrº MT 433 (A) - Serra Nova Dourada,

¹⁸⁶ Serviços de implantação e pavimentação asfáltica de rodovia MT-326 em Nova Nazaré MT

¹⁸⁷ Execução dos Serviços de Pavimentação da Rodovia MT-100, Trecho: BR-364(B) MT-299 - Ent. BR-070

¹⁸⁸ Pavimentação da Rodovia MT-430, Trecho Santa Cruz do Xingú.

¹⁸⁹ Pavimentação da Rodovia MT-110, Entr. MT-415, Trecho Novo São Joaquim.

¹⁹⁰ Pavimentação da Rodovia MT-242, trecho Ipiranga do Norte.

¹⁹¹ Pavimentação da Rodovia MT-208, Nova Bandeirantes.

¹⁹² Serviços de Pavimentação da Rodovia MT-326, Trecho Cocalinho Divisa MT/GO.





de serviços desde o ano 2020 e a do Contrato nº 138/2013/SINFRA, desde 2017.

CONCLUSÃO

A execução (liquidação da despesa) foi de 58,65% do orçamento disponível e a meta física alcançada foi 55,31% da meta final estabelecida pelo Governo estadual para a Ação 5148.

Isto posto, constata-se que o Governo do Estado necessita ser mais eficiente para atingir efetivo investimento na malha rodoviária de acesso aos municípios.

A falta de efetivo investimento estatal reflete na vida dos usuários e de transportadoras que necessitam utilizar as rodovias que interligam o Estado:

Atoleiros impedem o trânsito dos caminhões em rodovias do Centro-Oeste

Em Mato Grosso, 8 municípios já decretaram situação de emergência por causa das chuvas. Segundo a Defesa Civil, em todos eles, o maior problema é o estrago provocado nas rodovias com a queda de pontes e os atoleiros.

Por Jornal Nacional

15/01/2022 21h54 - Atualizado há um mês





Caminhoneiros sofrem com atoleiros em Mato Grosso

Há mais de uma semana, caminhoneiros estão parado em rodovias de **Mato Grosso** por causa dos atoleiros.

O desabafo de caminhoneiros vem do norte de Mato Grosso. NA MT-109, o trator de uma fazenda foi usado para puxar uma carreta. Na MT-322, **mais de 30 caminhões** estão parados há mais de uma semana por causa das más condições da rodovia. Um motoqueiro registrou a situação e por pouco não ficou na lama.

Em **Mato Grosso**, **oito municípios** já decretaram **situação de emergência** por causa das chuvas. Segundo a Defesa Civil, em todos eles, o maior problema é o estrago provocado nas rodovias com a queda de pontes e os atoleiros. A Defesa Civil está acompanhando a situação das estradas. A prioridade é evitar o desabastecimento nos municípios.





“Quando a gente tem esses atoleiros que impedem o tráfico dos caminhões, a gente está falando da dificuldade de se chegar alimento, de se chegar combustível. Agora, neste momento, ainda chuvoso, são medidas de restabelecimento como construção de desvios para que essa comunidade possa se deslocar, e a captação de recursos junto ao governo federal e estadual para, após esse período chuvoso, realizar a reconstrução destas pontes que foram destruídas”, afirma Luis Cláudio Ferreira da Cruz, superintendente da Defesa Civil.

MATO GROSSO

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/15/atoleiros-impedem-o-transito-dos-caminhoes-em-rodovias-do-centro-oeste.ghtml>. Acesso em 8/3/2022.

3.2. PROGRAMA 527 – APRENDIZAGEM EM FOCO

O quadro abaixo apresenta as metas e as prioridades definidas pelo Estado relacionadas aos Projetos da Secretaria de Estado de Educação.

O anexo I da Lei nº. 12.241/2020 (LDO/2021) relacionou as seguintes ações a serem executadas, em 2021, pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da SEDUC:

Quadro 36 – Ações e Metas Relacionadas à Atividade 2217

ANEXO I
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021
Eixo I: Qualidade de vida para os mato-grossenses
Programa: 527 – Aprendizagem em foco





AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
2217 – Reforma e ampliações de espaços educacionais	Prédio educacional reformado	Unidade	6,00
	Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído/Gestão anterior	Unidade	2,00
	Reforma de pequeno porte realizada	Unidade	50,00
	Posto de transformação instalado	Unidade	20,00

Fonte: Anexo I da Lei n. 12.241/2020. Página 12.

Embora a Atividade 2792 (Construção de Espaços Educacionais) não esteja contemplada no Anexo I da LDO/2021, será analisada neste relatório haja vista à execução orçamentária no referido exercício (Quadro de Detalhamento de Despesa -FIPLAN).

3.2.1. Ação 2217 – Reforma e ampliações de espaços educacionais

De acordo com o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se de relatórios obtidos por meio de acesso ao FIPLAN, as seguintes informações referentes ao exercício 2021, relacionada à Ação 2217:

Quadro 37– Quadro Demonstrativo da Despesa Orçamentária da Ação 2217

Região	Dotação Inicial (R\$)	Meta física inicial (un.)	Dotação Final (após créditos) (R\$)	Meta Física final (un.)	Empenho (R\$)	Liquidação (R\$)	Pagamento (R\$)
I – Noroeste I	0,00	0	154.288,98	1	150.264,29	0,00	0,00
II - Região II Norte	850.000,00	1	453.816,41	1	350.106,37	30.000,00	0,00
III - Região III Nordeste	0,00	0	331.570,23	1	225.525,74	0,00	0,00





IV - Leste	0,00	0	665.094,25	1	510.842,47	0,00	0,00
V- Sudeste	200.200,00	2	3.907.923,28	4	397.616,02	121.019,95	121.019,95
VI - Sul	600.000,00	2	4.659.628,12	28	4.385.001,40	3.815.102,60	3.815.102,60
VII - Sudoeste	200.000,00	1	826.592,65	1	809.659,86	0,00	0,00
VIII- Oeste	2.200.000,00	2	511.675,48	1	484.988,93	105.490,98	105.490,98
X - Centro	0,00	0	205.076,45	2	186.922,31	0,00	0,00
XI - Noroeste II	0,00	0	91.400,71	1	89.040,36	0,00	0,00
XII - Centro Norte	0,00	0	72.008,33	1	70.153,56	0,00	0,00
9900 - Estado	40.044.504,00	2	74.574.748,69	2	67.817.720,28	65.070.658,55	64.904.226,70
TOTAL	R\$ 44.094.704,00	10	86.453.823,58	44	75.477.841,59	69.142.272,08	68.945.840,23

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 14.02.2022

Observam-se diferenças entre os valores dispostos no QDD e os informados no RAG/2021, vejamos:

Quadro 38 – Metas Físicas e Financeiras Relativas à Ação 2217

Metas Físicas			Realizado no exercício	Metas Financeiras			
Produto/ Unidade de medida	Meta Inicial LOA	Meta Final LOA		Dotação Final R\$	Dotação após contingenciamento R\$	Empenhado (R\$)	Índices de Execução (%)
Reforma de pequeno porte realizada/ Unidade	50	101	137	86.453.823,58	84.868.668,16	75.477.841,59	88,93
Prédio educacional com reforma e ampliação/ Unidade	3	3	6				
Prédio educacional reformado/ Unidade	8	39	4				
Posto de transformação instalado/ Unidade	20	20	2				
TOTAL	81	163	149				

Fonte: RAG/2021 – Consolidado. Pág. 289.

Por ocasião da execução financeira e orçamentária da ação 2217, houve um contingenciamento no valor de R\$ 1.585.155,42, da Fonte 169, alterando o valor da dotação final para R\$ 84.868.668,16.

Percebe-se que, por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes





Orçamentária previu-se a realização de adequação e manutenção na infraestrutura de 10 unidades (Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD). Para tanto, quando da elaboração do orçamento (LOA 2021), previu-se uma dotação orçamentária de R\$ 44.094.704,00 para a Ação “2217 – Reforma e ampliações de espaços educacionais”. Após suplementações/anulações, a dotação final passou para R\$ 84.868.668,16, alterando-se a meta física para 44 unidades.

Nesta Ação Governamental houve uma variação orçamentária que aumentou o orçamento inicial no percentual de 96,06%. E, no que no tange à execução da despesa, constatou-se um percentual empenhado (87,30% da dotação final) e liquidado (91,61% do valor empenhado).

Quanto à meta física planejada inicial e final por meio desta Atividade, constata-se divergência entre as informações apresentadas no Quadro de Detalhamento de Despesa (10 e 44 unidades) e as disponíveis no RAG/2021 (81 e 163 unidades).

Com base nas informações apresentadas no RAG/2021 foram entregues os seguintes produtos:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC / EIXO 1 - QUALIDADE DE VIDA PARA OS MATO-GROSSENSES / PROGRAMA 527 - APRENDIZAGEM EM FOCO					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA_G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
1 - Analise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.					
2217	Reforma e ampliações de espaços educacionais	Posto de transformação instalado	Unidade	20	2
<p>No que tange ao produto “Prédio educacional reformado”, informamos que inicialmente foi previsto na PTA 2021 a entrega de 06 unidades de prédios educacionais reformados, os quais estavam previstos na subação/ entrega 1 do produto em questão, no entanto, por inconsistência do sistema a meta inicial agora consta como 08 unidades (no momento do lançamento do PTA 2021 na FIPLAN a meta inicial era de 06 unidades, a qual não deveria ser alterada, no entanto, existem mais duas unidades na meta inicial, sendo uma na região II – norte e uma no Estado). Estava previsto a execução dos preventivos de segurança contra incêndio e pânico – PSCIP, dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas – SPD4 e do sistema de gás GLP e acessibilidade, dos imóveis da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Seria feita uma licitação somente com o objeto em questão, no entanto, os referidos projetos estão sendo incluídos nas obras de reformas, ampliações e construções, por esse motivo não serão licitados separadamente. Ainda que não tenhamos entregue o previsto na PTA 2021, houve a entrega das 04 reformas abaixo relacionadas não previstas na PTA, pois estavam previstas para serem finalizadas em 2020, sendo elas: EE Hermelinda de Figueiredo – Cuiabá; EE Clénia Rosalina de Souza – Cuiabá; EE Bromilda Lawisch – Itanhangá e EM Pe. Nazareno Lanciotte – Vale de São Domingos.</p> <p>No produto “Reforma de pequeno porte”, a meta inicial era de 50 unidades, mas realizamos intervenções em 137 unidades, sendo 55 unidades escolares mediante a descentralização de recursos para que as mesmas realizassem os reparos e manutenções e mais 82 unidades escolares atendidas através dos contratos de manutenção predial, o que corresponde a 135,64% da meta física atualizada. Esse aumento na quantidade de reformas de pequeno porte foi devido à alteração do valor de descentralização de recursos, que era de cerca de 30 mil reais e passou a ser R\$ 100.000,00, após a publicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posterior publicação da IN 006/2021/05/SEDUC/MT.</p> <p>Em 2021 foram instalados 02 postos de transformação [EE Prof. Natalino Ferreira Mendes – Cáceres e EE Getúlio Vargas – Cocalinho], o que corresponde a 10% da meta física prevista. Foi iniciado novo certame licitatório (Tomada de Preços nº 03/2021) para instalação de 20 novos postos de transformação, no entanto, o contrato nº 078/2021 foi publicado apenas em 07/12/2021, não havendo tempo hábil para execução até o final do exercício de 2021.</p> <p>Quanto ao produto “Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /gestão anterior”, foi previsto inicialmente na PTA 2021 apenas as conclusões de duas obras, no entanto, no ano de 2021 foram entregues 06 obras, sendo: EE Marechal Dutra – Rondonópolis, EE Júlio Muller – Barra do Bugres, EE Marechal Cândido Rondon – Nobres, e EE Prof.ª Arlete Maria da Silva – Várzea Grande, EE Coronel Vanique – Nova Xavantina e EM Magda Ivana – Jaciara.</p> <p>Cumprir ressaltar que houve atraso nas entregas das obras e serviços de engenharia em 2020 devido a pandemia COVID 19 e por isso algumas das entregas 2021 não foram previstas na PTA, o que impactou nas metas físicas dos produtos “Prédio educacional reformado”, “Reforma de pequeno porte realizado” atendida por meio da ata de manutenção predial e “Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /gestão anterior”.</p> <p>Outro impacto observado foi a atualização das metas físicas do produto “Prédio educacional reformado” para 39 devido a uma inconsistência do sistema (provavelmente um erro de alteração via QDD), uma vez que não existiam 39 obras previstas para serem finalizadas em 2021. Salientamos que o FIPLAN não permite alocar recurso em região que não há entrega (metas previstas), por esse motivo em muitas regiões foi necessário lançar uma unidade como meta para que pudessem alocar orçamento.</p> <p>Esclarecemos que nesta análise consideramos como meta as obras efetivamente entregues, com pelo menos termo de recebimento provisório – TRP.</p>					





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC / EIXO 1 - QUALIDADE DE VIDA PARA OS MATO-GROSSENSES / PROGRAMA 527 - APRENDIZAGEM EM FOCO					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA_G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
					1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
2217	Reforma e ampliações de espaços educacionais	Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /Gestão anterior	Unidade	3	<p>No que tange ao produto "Prédio educacional reformado", informamos que inicialmente foi previsto na PTA 2021 a entrega de 06 unidades de prédios educacionais reformados, os quais estavam previstos na subação/ entrega 1 do produto em questão, no entanto, por inconsistência do sistema a meta inicial agora consta como 08 unidades (no momento do lançamento da PTA 2021 no FIPLAN a meta inicial era de 06 unidades, a qual não deveria ser alterada, no entanto, existem mais duas unidades na meta inicial, sendo uma na região II – norte e uma no Estado). Estava previsto a execução dos preventivos de segurança contra incêndio e pânico - PSCIP, dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA e do sistema de gás GLP e acessibilidade, dos imóveis da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Seria feita uma licitação somente com o objeto em questão, no entanto, os referidos projetos estão sendo incluídos nas obras de reformas, ampliações e construções, por esse motivo não serão licitados separadamente. Ainda que não tenhamos entregue o previsto na PTA 2021, houve a entrega das 04 reformas abaixo relacionadas não previstas na PTA, pois estavam previstas para serem finalizadas em 2020, sendo elas: EE Hermelinda de Figueiredo – Cuiabá; EE Clécia Rosalina de Souza – Cuiabá; EE Bromilão Lawisch – Itanhanga e EM Pe Nazareno Lanciotte – Vale de São Domingos.</p> <p>No produto "Reforma de pequeno porte", a meta inicial era de 50 unidades, mas realizamos intervenções em 137 unidades, sendo 55 unidades escolares mediante a descentralização de recursos para que as mesmas realizassem os reparos e manutenções e mais 82 unidades escolares atendidas através dos contratos de manutenção predial, o que corresponde a 135,64% da meta física atualizada. Esse aumento na quantidade de reformas de pequeno porte foi devido à alteração do valor de descentralização de recursos, que era de cerca de 30 mil reais e passou a ser R\$ 100.000,00, após a publicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posterior publicação da IV 006/2021/SS/SEDUC/MT.</p> <p>Em 2021 foram instalados 02 postos de transformação (EE Prof. Natalino Ferreira Mendes – Cáceres e EE Getúlio Vargas – Cocalinho), o que corresponde a 10% da meta física prevista. Foi iniciado novo certame licitatório (Tomada de Preços nº 03/2021) para instalação de 28 novos postos de transformação, no entanto, o contrato nº 078/2021 foi publicado apenas em 07/12/2021, não havendo tempo hábil para execução até o final do exercício de 2021.</p> <p>Quanto ao produto "Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /Gestão anterior", foi previsto inicialmente na PTA 2021 apenas as conclusões de duas obras, no entanto, no ano de 2021 foram entregues 06 obras, sendo: EE Marechal Dutra – Rondonópolis, EE Júlio Müller – Barra do Bugres, EE Marechal Cândido Rondon – Nobres, e EE Prof.ª Arlete Maria da Silva – Várzea Grande, EE Coronel Vanique – Nova Xavantina e EM Magda Ivana – Jaciara.</p> <p>Cumpramos ressaltar que houve atraso nas entregas das obras e serviços de engenharia em 2020 devido a pandemia COVID 19 e por isso algumas das entregas 2021 não foram previstas na PTA, o que impactou nas metas físicas dos produtos "Prédio educacional reformado", "Reforma de pequeno porte realizada" atendida por meio da ata de manutenção predial e "Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /Gestão anterior".</p> <p>Outro impacto observado foi a atualização das metas físicas do produto "Prédio educacional reformado" para 39 devido a uma inconsistência do sistema (provavelmente um erro de alteração via QDD), uma vez que não existiam 39 obras previstas para serem finalizadas em 2021. Salientamos que o FIPLAN não permite alocar recurso em região que não há entrega (metas previstas), por esse motivo em muitas regiões foi necessário lançar uma unidade como meta para que pudessem alocar orçamento.</p> <p>Esclarecemos que nesta análise consideramos como meta as obras efetivamente entregues, com pelo menos termo de recebimento provisório – TRP.</p>

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC / EIXO 1 - QUALIDADE DE VIDA PARA OS MATO-GROSSENSES / PROGRAMA 527 - APRENDIZAGEM EM FOCO					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA_G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
					1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.
2217	Reforma e ampliações de espaços educacionais	Prédio educacional reformado	Unidade	39	<p>No que tange ao produto "Prédio educacional reformado", informamos que inicialmente foi previsto na PTA 2021 a entrega de 06 unidades de prédios educacionais reformados, os quais estavam previstos na subação/ entrega 1 do produto em questão, no entanto, por inconsistência do sistema a meta inicial agora consta como 08 unidades (no momento do lançamento da PTA 2021 no FIPLAN a meta inicial era de 06 unidades, a qual não deveria ser alterada, no entanto, existem mais duas unidades na meta inicial, sendo uma na região II – norte e uma no Estado). Estava previsto a execução dos preventivos de segurança contra incêndio e pânico - PSCIP, dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA e do sistema de gás GLP e acessibilidade, dos imóveis da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Seria feita uma licitação somente com o objeto em questão, no entanto, os referidos projetos estão sendo incluídos nas obras de reformas, ampliações e construções, por esse motivo não serão licitados separadamente. Ainda que não tenhamos entregue o previsto na PTA 2021, houve a entrega das 04 reformas abaixo relacionadas não previstas na PTA, pois estavam previstas para serem finalizadas em 2020, sendo elas: EE Hermelinda de Figueiredo – Cuiabá; EE Clécia Rosalina de Souza – Cuiabá; EE Bromilão Lawisch – Itanhanga e EM Pe Nazareno Lanciotte – Vale de São Domingos.</p> <p>No produto "Reforma de pequeno porte", a meta inicial era de 50 unidades, mas realizamos intervenções em 137 unidades, sendo 55 unidades escolares mediante a descentralização de recursos para que as mesmas realizassem os reparos e manutenções e mais 82 unidades escolares atendidas através dos contratos de manutenção predial, o que corresponde a 135,64% da meta física atualizada. Esse aumento na quantidade de reformas de pequeno porte foi devido à alteração do valor de descentralização de recursos, que era de cerca de 30 mil reais e passou a ser R\$ 100.000,00, após a publicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posterior publicação da IV 006/2021/SS/SEDUC/MT.</p> <p>Em 2021 foram instalados 02 postos de transformação (EE Prof. Natalino Ferreira Mendes – Cáceres e EE Getúlio Vargas – Cocalinho), o que corresponde a 10% da meta física prevista. Foi iniciado novo certame licitatório (Tomada de Preços nº 03/2021) para instalação de 28 novos postos de transformação, no entanto, o contrato nº 078/2021 foi publicado apenas em 07/12/2021, não havendo tempo hábil para execução até o final do exercício de 2021.</p> <p>Quanto ao produto "Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /Gestão anterior", foi previsto inicialmente na PTA 2021 apenas as conclusões de duas obras, no entanto, no ano de 2021 foram entregues 06 obras, sendo: EE Marechal Dutra – Rondonópolis, EE Júlio Müller – Barra do Bugres, EE Marechal Cândido Rondon – Nobres, e EE Prof.ª Arlete Maria da Silva – Várzea Grande, EE Coronel Vanique – Nova Xavantina e EM Magda Ivana – Jaciara.</p> <p>Cumpramos ressaltar que houve atraso nas entregas das obras e serviços de engenharia em 2020 devido a pandemia COVID 19 e por isso algumas das entregas 2021 não foram previstas na PTA, o que impactou nas metas físicas dos produtos "Prédio educacional reformado", "Reforma de pequeno porte realizada" atendida por meio da ata de manutenção predial e "Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /Gestão anterior".</p> <p>Outro impacto observado foi a atualização das metas físicas do produto "Prédio educacional reformado" para 39 devido a uma inconsistência do sistema (provavelmente um erro de alteração via QDD), uma vez que não existiam 39 obras previstas para serem finalizadas em 2021. Salientamos que o FIPLAN não permite alocar recurso em região que não há entrega (metas previstas), por esse motivo em muitas regiões foi necessário lançar uma unidade como meta para que pudessem alocar orçamento.</p> <p>Esclarecemos que nesta análise consideramos como meta as obras efetivamente entregues, com pelo menos termo de recebimento provisório – TRP.</p>





RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC / EIXO 1 - QUALIDADE DE VIDA PARA OS MATO-GROSSENSES / PROGRAMA 527 - APRENDIZAGEM EM FOCO					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA_G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.					
2217	Reforma e ampliações de espaços educacionais	Reforma de pequeno porte realizada	Unidade	101	137
<p>No que tange ao produto "Prédio educacional reformado", informamos que inicialmente foi previsto no PTA 2021 a entrega de 06 unidades de prédios educacionais reformados, os quais estavam previstos na subação/ entrega 1 do produto em questão, no entanto, por inconsistência do sistema a meta inicial agora consta como 08 unidades (no momento do lançamento do PTA 2021 no FIPLAN a meta inicial era de 06 unidades, a qual não deveria ser alterada, no entanto, existem mais duas unidades na meta inicial, sendo uma na região II – norte e uma no Estado). Estava previsto a execução dos preventivos de segurança contra incêndio e pânico – PSCIP, dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA e do sistema de gás GLP e acessibilidade, dos imóveis da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Seria feita uma licitação somente com o objeto em questão, no entanto, as referidas projetos estão sendo incluídos nas obras de reformas, ampliações e construções, por esse motivo não serão licitados separadamente. Ainda que não tenhamos entregue o previsto no PTA 2021, houve a entrega das 04 reformas abaixo relacionadas não previstas no PTA, pois estavam previstas para serem finalizadas em 2020, sendo elas: EE Hermelinda de Figueiredo – Cuiabá; EE Clélia Rosalina de Souza – Cuiabá; EE Brômido Lowisch – Itanhangá e EM Pe. Nazareno Lanciotte – Vale de São Domingos.</p> <p>No produto "Reforma de pequeno porte", a meta inicial era de 50 unidades, mas realizamos intervenções em 137 unidades, sendo 55 unidades escolares mediante a descentralização de recursos para que as mesmas realizassem os reparos e manutenções e mais 82 unidades escolares atendidas através dos contratos de manutenção predial, o que corresponde a 135,64% da meta física atualizada. Esse aumento na quantidade de reformas de pequeno porte foi devido à alteração do valor de descentralização de recursos, que era de cerca de 30 mil reais e passou a ser R\$ 100.000,00, após a publicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posterior publicação do IV 006/2021/SE/EDUC/MT.</p> <p>Em 2021 foram instalados 02 postos de transformação (EE Prof. Natalino Ferreira Mendes – Cáceres e EE Getúlio Vargas – Cocalinho), o que corresponde a 10% da meta física prevista. Foi iniciado novo certame licitatório (Tomada de Preços nº 09/2021) para instalação de 28 novos postos de transformação, no entanto, o contrato nº 070/2021 foi publicado apenas em 07/12/2021, não havendo tempo hábil para execução até o final do exercício de 2021.</p> <p>Quanto ao produto "Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /Gestão anterior", foi previsto inicialmente no PTA 2021 apenas as conclusões de duas obras, no entanto, no ano de 2021 foram entregues 06 obras, sendo: EE Marechal Dutra – Rondonópolis, EE Júlio Muller – Barra do Bugres, EE Marechal Cândido Rondon – Nobres, e EE Prof.ª Arlete Maria da Silva – Várzea Grande, EE Coronel Vanique – Nova Xavantina e EM Magda Ivana – Jaciara.</p> <p>Cumpramos ressaltar que houve atraso nas entregas das obras e serviços de engenharia em 2020 devido a pandemia COVID 19 e por isso algumas das entregas 2021 não foram previstas no PTA, o que impactou nas metas físicas dos produtos "Prédio educacional reformado", "Reforma de pequeno porte realizada" atendida por meio da ata de manutenção predial e "Prédio educacional com reforma e/ou ampliação concluído /Gestão anterior".</p> <p>Outro impacto observado foi a atualização das metas físicas do produto "Prédio educacional reformado" para 39 devido a uma inconsistência do sistema (provavelmente um erro de alteração via QDD), uma vez que não existiam 39 obras previstas para serem finalizadas em 2021. Salientamos que o FIPLAN não permite alocar recurso em região que não há entrega (metas previstas), por esse motivo em muitas regiões foi necessário lançar uma unidade como meta para que pudessem alocar orçamento.</p> <p>Esclarecemos que nesta análise consideramos como meta as obras efetivamente entregues, com pelo menos termo de recebimento provisório – TRP.</p>					

Fonte: Relatório da Ação Governamental - RAG 2021 – Volume VI do Balanço Geral.

A seguir, a comparação da meta ajustada prevista no QDD-FIPLAN com a meta física realizada apresentada no RAG/2021:

Quadro 39 – Comparativo da Meta Física apresentada no QDD da Ação 2217 com a Meta Alcançada no RAG/2021

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA (QDD) – 2217 (exercício 2021)								RAG/2021
Região	Dotação Inicial R\$	Dotação Final (após créditos)	Empenho	Liquidação	Pagamento	Meta física inicial	Meta Física Final	Meta realizada
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	(unid.)	(unid.)	(unid.)
I – Noroeste	0,00	154.288,98	150.264,29	0,00	0,00	0	1	-
II – Região II Norte	850.000,00	453.816,41	350.106,37	30.000,00	0,00	1	1	-
III – Região III Nordeste	0,00	331.570,23	225.525,74	0,00	0,00	0	1	-
IV – Leste	0,00	665.094,25	510.842,47	0,00	0,00	0	1	2
V – Sudeste	200.200,00	3.907.923,28	397.616,02	121.019,95	121.019,95	2	4	2





VI - Sul	600.000,00	4.659.628,12	4.385.001,40	3.815.102,60	3.815.102,60	2	28	4
VII - Sudoeste	200.000,00	826.592,65	809.659,86	0,00	0,00	1	1	2
VIII - Oeste	2.200.000,00	511.675,48	484.988,93	105.490,98	105.490,98	2	1	1
X - Centro	0,00	205.076,45	186.922,31	0,00	0,00	0	2	1
XI - Noroeste II	0,00	91.400,71	89.040,36	0,00	0,00	0	1	-
XII - Centro Norte	0,00	72.008,33	70.153,56	0,00	0,00	0	1	-
9900 - Estado	40.044.504,00	74.574.748,69	67.817.720,28	65.070.658,55	64.904.226,70	2	2	137*
TOTAL	44.094.704,00	86.453.823,58	75.477.841,59	69.142.272,08	68.945.840,23	10	44	149

Fonte: QDD/FIPLAN e RAG/2021.

* Quantidade informada por meio do RAG 2021 – Volume VI do Balanço Geral alocada por esta equipe de auditoria na região 9900-Estado

Conforme apresentado no Quadro 39 deste relatório, a região de planejamento (Região II – Norte) em que houve execução orçamentária, mas não houve entrega de produto. Por outro lado, houve reformas em regiões que não apresentaram execução orçamentária (Região IV – Leste, Região VII – Sudoeste e X – Centro).

Adverte-se que por meio das informações disponíveis no Relatório da Ação Governamental - RAG 2021 – Volume VI do Balanço Geral, **não é possível aferir em quais regiões foram entregues as unidades de pequeno porte reformadas (137 unidades), todavia percebe-se que na região 9900-Estado foi liquidada 91,6% da despesa empenhada. Sendo assim, acredita-se que tais reformas tenham sido executadas nessa região de planejamento.**

Ademais, as informações alusivas às 137 reformas de pequeno porte realizadas não são detalhadas suficientemente para permitir a identificação das unidades escolares que receberam as adequações.

Ainda de acordo com as informações dispostas no RAG/2021 (Quadro 38 deste relatório), apenas os produtos Reforma de Pequeno Porte e Prédio Educacional com Reforma e Ampliação atingiram as metas planejadas, na verdade, ultrapassando-as chegando a 137,65% e 100%, respectivamente, da meta prevista, já os produtos;





Prédio educacional reformado e Posto de transformação instalado, não atingiram o esperado.

Ressalta-se que para essa Ação houve um contingenciamento no montante de R\$ 1.585.155,42, no valor da dotação inicial, passando de R\$ 86.453.823,58 para R\$ 84.868.668,16 a dotação final.

Destaca-se que as informações alusivas à Ação 2217 não foram detalhadas suficientemente para permitir a identificação das unidades escolares que receberam as intervenções.

Com o objetivo de verificar a confiabilidade das informações apresentadas por meio do RAG/2021, analisou-se todos os empenhos (FIP614 - FIPLAN) relacionados ao PAOE 2217 - Reforma e ampliações de espaços educacionais - e constatou-se que as liquidações e pagamentos estão relacionados a serviços de manutenção predial, reforma e/ou ampliação de escolas e dependências por meio dos seguintes **Contratos**: nº 074/2019¹⁹³, nº 068/2019¹⁹⁴, nº 069/2019¹⁹⁵, nº 072/2019¹⁹⁶, nº 137/2017¹⁹⁷, nº 013/2019¹⁹⁸, nº 134/2017¹⁹⁹, nº 077/2019²⁰⁰, nº 142/2017²⁰¹, 68/2020²⁰², 024/2018²⁰³.

Salienta-se que a realização de pequenos reparos em diversas escolas não

¹⁹³ E.E. Antônio Epaminondas (Cuiabá), E.E. Djalma Ferreira de Souza, E.E. Cel. Antônio Paes de Barros, E.E. Rafael Rueda, E.E. Demétrio de Souza, E.E. Ubaldo Ribeiro (Várzea Grande), sede da Seduc, E.E. Córrego do Ouro (Santo Antônio de Leverger), assessoria pedagógica (Santo Antônio de Leverger), E.E. Getúlio Vargas (Cocalinho), E.E. Dom Antônio Campelo (Acorizal), E.E. Nair de Oliveira (Várzea Grande), E.E. Maria Macedo Rodrigues (Várzea Grande), E.E. Salim Felício (Cuiabá), E.E. Padre Firmo (Cuiabá), E.E. Sagrado Coração (Denise), E.E. Quilombola Maria de Arruda Muller (Santo Antônio de Leverger), E.E. Maria das Graças (Cáceres), E.E. Sebastião Patrício (Primavera do Leste), E.E. Lauro Augusto (Santo Afonso), E.E. Newton Alfredo (Cuiabá), E.E. Terezinha de Jesus (Várzea Grande), E.E. Elizabeth Marai Bastos Mineiro (Várzea Grande), E.E. Oswaldita Eliza Teixeira (Santo Antônio de Leverger), E.E. Caetano de Albuquerque (Poconé)

¹⁹⁴ E.E. Adolfo Augusto de Moraes, E.E. Maria Sebastiana de Souza, E.E. Joaquim Augusto (Denise), E.E. Alvarina Alves de Freitas (Planalto da Serra), E.E. Idalina de Farias (Nortelândia), E.E. 25 de outubro (Arenópolis), E.E. Arnaldo Estevão (Jangada), E.E. Major Paulo Pitaluga (Rondonópolis), E.E. Olegário Moreira (Nortelândia), E.E. Emanuel Pinheiro (Nortelândia), E.E. Lucas Pacheco Filho (Rondonópolis), Secretaria de Educação (Dom Aquino), Secretaria de Educação (Pedra Preta), E.E. Renilda Silva Moraes (Rondonópolis), E.E. Carlos Pereira Barbosa, E.E. Dr. Arnaldo Estevão, E.E. Oscar Soares (Alto Garças), E.E. Pindorama (Rondonópolis), E.E. São José Sangradouro, E.E. Inocência Rachid Jaudy, E.E. Arthur Borges (Rosário Oeste)

¹⁹⁵ E.E. Maria Quitéria, E.E. Antônio Moura Muniz, E.E. Paulo Freire, E.E. 9 de maio, E.E. Mario de Andrade (Castanheira).

¹⁹⁶ E.E. Mário Spinelli, E.E. Getúlio Vargas, E.E. Miguel Barbosa, E.E. Pedro Galhardo, E.E. Antônio Carlos, E.E. Santa Terezinha, E.E. Marechal Rondon (Nobres).

¹⁹⁷ E.E. Cleinia Rosalina Souza (Cuiabá),

¹⁹⁸ E.E. Marechal Dutra (Rondonópolis)

¹⁹⁹ E.E. Hermelinda de Figueiredo

²⁰⁰ E.E. Júlio Muller (Barra do Bugres)

²⁰¹ E.E. Emanuel Pinheiro (Tiradentes) Tangará da Serra/MT

²⁰² Prefeitura Municipal de Rosário Oeste





garante a adequabilidade da infraestrutura, apenas possibilita a continuidade do funcionamento escolar, pois, tais procedimentos são executados de forma emergencial, muitas vezes com baixa qualidade do serviço o que exige novos reparos com intervalos de tempos menores, o que não proporciona um ambiente apropriado para os alunos que frequentam essas escolas.

CONCLUSÃO

Destaca-se a divergência entre a meta física planejada inicial e a final apresentadas no Quadro de Detalhamento de Despesa (10 e 44 unidades, respectivamente) e no RAG/2021 (81 e 163 unidades, respectivamente).

De acordo com as informações dispostas no RAG/2021 (Quadro 38 deste relatório), apenas os produtos Reforma de Pequeno Porte e Prédio Educacional com Reforma e Ampliação atingiram as metas planejadas, na verdade, ultrapassando-as chegando a 137,65% e 100%, respectivamente, da meta prevista, já os produtos; Prédio educacional reformado e Posto de transformação instalado, não atingiram o esperado.

Ademais, por meio do RAG/2021, o Estado não especificou em quais unidades escolares foram realizadas as 137 reformas de pequeno porte, o que compromete o controle externo, interno e social.

Percebe-se que o Estado ainda investe pouco na infraestrutura da Educação, área carente de efetiva atuação governamental, haja vista a estrutura física das unidades escolares de Mato Grosso que necessitam além de pequenos reparos e manutenção:





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Sintep-MT critica reforma de fachadas de escolas: "estruturas internas precárias"

"Não podemos permitir que nossas escolas sejam 'cartões de visita' com apenas essa maquiagem na entrada das unidades. Que o governador amplie essa reforma para dentro dessas escolas, porque a realidade do dia-a-dia, do chão da escola, importa muito mais do que um muro bonito e moderno".



Desde o final do ano passado, o Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), observa com espanto, as reformas das fachadas de diversas unidades escolares da rede estadual de ensino, como é o caso das escolas Adalgisa de Barros e Pedro Gardês, ambas em Várzea Grande.

Ocorre que, recentemente, em uma das chuvas mais intensas que caiu na cidade, o Sintep-MT passou a receber diversos vídeos feitos por professores, mostrando a realidade na parte interna de algumas escolas, como goteiras, infiltrações e salas que ficaram alagadas.

No final de janeiro (27/01), um vídeo gravado por um professor que preferiu não se identificar, mostram diversas goteiras dentro de uma sala de aula, que seria da Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Junior, "Jaiminho", na cidade de Várzea Grande.

Nas imagens é possível observar que, no momento da gravação, chovia do lado de fora, e como narra o educador, também do lado de dentro da unidade de ensino.

Imagens de outras salas alagadas também foram enviadas ao Sintep-MT. As fotos seriam de outras duas escolas: Escola Estadual Professor José Mendes Martins e Escola Estadual Professor Vanil Stabilito, ambas em Várzea Grande.

"Nos espanta ver que o governo do estado vem se preocupando mais em manter uma aparência externa, reformando fachadas, e esquecendo que, da porta para dentro das unidades de ensino, a coisa não está tão bonita assim. Além disso, não vimos placas externas informando quanto o estado está gastando para reformar essas fachadas, enquanto sabemos que temos escolas quase que abandonadas, sem ao menos um banheiro decente para estudantes e trabalhadores utilizarem e com goteiras e infiltrações", disse o secretário de Comunicação do Sintep-MT, Gilmar Soares.



Para o dirigente sindical, a reforma das fachadas parecer ser mais uma atitude eleitoreira do governador Mauro Mendes, visto que neste ano teremos eleições. "A educação pública é coisa séria. Não podemos permitir que nossas escolas sejam 'cartões de visita' com apenas essa maquiagem na entrada das unidades. Que o governador amplie essa reforma para dentro dessas escolas, porque a realidade do dia-a-dia, do chão da escola, importa muito mais do que um muro bonito e moderno. A educação não pode viver de aparências", criticou Gilmar.

O Sintep-MT ainda cobra transparência da gestão estadual quanto aos gastos dessas reformas de fachadas. "Sabemos que todas as obras públicas precisam respeitar os princípios da publicidade e da transparência e, por isso, é preciso que tenham as placas informando quando de dinheiro público está sendo gasto nisso", disse o dirigente.

Escolas em condições precárias

Um levantamento feito sobre a infraestrutura das escolas de educação básica no Brasil, realizado pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) com base no Censo Escolar da Educação Básica 2020 - INEP/MEC, e divulgado em julho do ano passado, mostrou que, no que se refere às 767 escolas da rede estadual em Mato Grosso, 29 não tinham internet (3,78%) e 377 não contavam com banda larga (49,15%), 17 não possuíam banheiro (2,22%), 33 estavam sem rede de esgoto (4,30%), 8 sem água (1,04%), 66 sem água potável (8,60%), 7 sem energia (0,91%) e 228 não tinha pátio ou quadra coberta (29,73%).

Para o Sintep-MT, o governo usou mal os recursos da educação.

"Durante todo esse período de aulas remotas, o governo poderia ter aproveitado para fazer reformas nessas unidades de ensino. Mas, pelo que vimos, sua prioridade foi gastar com a compra de apostilas sendo que o conteúdo desse material é muito semelhante ao que já temos - de graça - nos livros didáticos. Esperamos que os órgãos de fiscalização cumpram com o papel de averiguar as condições em que os estudantes e educadores terão que enfrentar nesse retorno presencial previsto para 7 de fevereiro", disse o presidente do Sintep-MT, Valdeir Pereira.

https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/sintep-mt-critica-reforma-de-fachadas-de-escolas-estruturas-internas-precarias-34/i:1319. Acesso: 14.3.2022.





Terça-feira, 21 de setembro de 2021 07h54

EDUCAÇÃO

ALMT discute fechamento de escolas estaduais em Várzea Grande

O secretário de estado de educação, Alan Porto, foi convocado para prestar esclarecimentos sobre o assunto, mas não compareceu à reunião.

RENATA NEVES / Secretaria de Comunicação Social

Imprimir

Facebook Twitter

O fechamento de escolas estaduais no município de Várzea Grande foi tema de discussão realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) na tarde desta segunda-feira (20). Apresentado pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT), o requerimento para realização da sessão foi aprovado por unanimidade em sessão plenária e incluída a convocação do secretário de estado de educação, Alan Porto, porém ele não compareceu.

Conforme documento enviado pelo secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, Alan Porto não pôde comparecer porque participaria de uma solenidade de assinatura de contrato para construção da ferrovia estadual, realizada no município de Nova Mutum.

Em seu lugar, o gestor enviou representantes da Secretaria de Estado de Educação (Seduc). No entanto, segundo Lúdio Cabral, por se tratar de uma convocação apenas o convocado poderia ter espaço para falar.

"O secretário está desrespeitando uma convocação obrigatória do Parlamento estadual. É um desrespeito do governador, que é chefe do Poder Executivo, com o Poder Legislativo de Mato Grosso. Iremos adotar os procedimentos necessários e punirlos devidamente por esse descumprimento e irresponsabilidade", declarou o parlamentar.

Durante a reunião, foram ouvidos representantes de escolas estaduais de Várzea Grande e de outros municípios do estado, como Cáceres e São José dos Quatro Marcos. Todos afirmaram terem sido "pegos de surpresa" com a decisão do governo do estado de fechar unidades educacionais ou remanejar parte dos alunos e reivindicaram a manutenção das atividades.

José Cícero da Mota, diretor da Escola Estadual Lichínio Monteiro da Silva, em Várzea Grande, criticou a medida anunciada pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e a falta de diálogo com a comunidade escolar. A unidade conta com 1.634 estudantes e atende alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estudantes portadores de deficiências, além do ensino regular, do nível médio e fundamental.

"A Seduc nunca nos enviou um único e-mail informando que a escola estaria no processo de redimensionamento. Percebemos que a única preocupação é se livrar de escolas 'problemáticas'. É uma indignidade o que estão fazendo com o Lichínio Monteiro", afirmou o gestor, que deu início a uma greve de fome até que a situação da unidade seja revista.

Professor da Escola Estadual Demétrio de Souza, Paulino César de Carvalho destacou sua preocupação diante da informação de que os alunos do final do segundo e terceiros ciclos e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) serão remanejados para a E.E. Professor José Mendes Martins. "A escola é viável, falta apenas arrumar a sua infraestrutura, que não é adequada. A comunidade insiste que a escola permaneça", frisou.

Adailton Aragão, diretor da José Mendes Martins, por sua vez, afirmou que a escola não tem capacidade para receber mais estudantes. "A escola não está preparada para receber essa demanda. Temos 14 salas e mais de mil alunos, os banheiros não têm portas. Como vamos colocar mais 700 alunos nessa escola?", questionou.

A professora da Escola Estadual Meninos do Futuro, localizada na unidade do Sistema Socioeducativo Pomeri, ressaltou a importância da educação na vida dos adolescentes internos e reivindicou a permanência da escola. "A educação é a única oportunidade que eles têm", disse.

Juscilino Dias de Moura, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (Sintep-MT) de Várzea Grande, lembrou que no ano passado já foram fechadas duas escolas no município que, juntas, contavam com cerca de 1.300 alunos e classificou como "criminoso e antidemocrático" a atitude do governo do estado de fechar mais unidades sem dialogar com a comunidade escolar. "É uma decisão que visa puramente o lado econômico. Educação não é gasto, é investimento", salientou.

Para o deputado Lúdio Cabral, a falta de diálogo demonstra a real intenção do governo. "O que era uma ameaça anunciada no ano passado de fechamento de 300 escolas está se materializando. É um projeto de desmonte, de fechamento mesmo. Se houvesse argumento válido, iriam para as escolas debater de forma aberta. Mauro Mendes será lembrado como pior governador de todos os tempos na gestão educacional", avaliou.

Foto: ANGELO VARELA / ALMT

<https://www.almt.gov.br/midia/texto/almt-discute-fechamento-de-escolas-estaduais-em-varzea-grande/visualizar>

Acesso em 14.3.2022

3.2.2. Ação 2792 – Construção de espaços educacionais

De acordo com o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso -FIPLAN, extrai-se de relatórios obtidos por meio de acesso ao FIPLAN, as seguintes informações referentes ao exercício 2021, relacionada à Atividade 2792:





Quadro 40 – Quadro Demonstrativo da Despesa Orçamentária da Ação 2792

Região	Dotação Inicial (R\$)	Meta física inicial (un.)	Dotação Final (após créditos) (R\$)	Meta Física (un.)	Empenho (R\$)	Liquidação (R\$)	Pagamento (R\$)
I – Noroeste I	100,00	0,1	2.068.809,51	0,2	1.488.982,17	0,00	0,00
II - Norte	1.740.000,00	0,2	25.940.557,33	0,4	25.910.557,33	3.578.764,24	1.417.020,92
III - Nordeste	1.600.000,00	0,2	7.145.561,44	1,2	5.643.878,61	355.761,15	355.761,15
IV - Leste	0,00	0	24.429.030,02	1	24.429.030,02	619.646,12	253.523,67
V- Sudeste	6.335.890,00	3	70.099.769,34	3	69.370.814,77	6.421.665,33	4.249.011,90
VI - Sul	16.237.318,00	4	54.281.723,89	4	32.215.114,88	742.253,20	742.253,20
VII - Sudoeste	6.650.008,00	4	37.453.025,08	2	36.020.341,11	2.943.276,82	888.768,89
VIII- Oeste	2.920.105,00	4	24.108.998,19	4	24.003.195,78	1.561.716,83	1.561.716,83
IX – Centro Oeste	100,00	0,2	33.750.301,52	0,1	33.750.201,52	1.997.910,76	1.711.729,89
X - Centro	6.000.200,00	6	15.518.027,85	6	15.505.532,51	2.368.809,35	2.368.809,35
XI - Noroeste II	100,00	0,4	8.122.182,74	0,4	8.122.182,74	0,00	0,00
XII - Centro Norte	7.647.916,00	3	46.302.941,08	6	43.635.213,57	3.583.133,28	2.027.680,62
9900 - Estado	1.000.000,00	1	13.222.134,14	1	13.222.134,14	0,00	0,00
TOTAL	50.131.737,00	26,1	362.443.062,13	29,3	333.317.179,15	24.172.937,08	15.576.276,42

Fonte: FIPLAN - Quadro de Detalhamento de Despesa. Acesso em 9.2.2022

Segue as informações dispostas no Relatório de Ação Governamental – RAG/2021:

Quadro 41 – Metas Físicas e Financeiras relativas à Atividade 2792

Descrição		Metas físicas				Metas financeiras		
		Meta Inicial	Meta Final	Realizado	Índices de Realização (%)	Dotação Final (R\$)	Empenhado (R\$)	COFD (%)
Ação	Construção de espaços educacionais	16,50	19,80	4,00	24%	362.443.062,13	341.360.290,65	94,21
Produto/ Unidade de medida	Prédio educacional construído/ Unidade							
	Prédio educacional concluído/Gestão anterior / Unidade	9,50	9,60	8,00	89%			
Total		26	29,40	12				

Fonte: RAG/2021 – Consolidado

Conforme o QDD, percebe-se que, por ocasião da elaboração da Lei de





Diretrizes Orçamentária previu-se a construção de 26,1 unidades espaços educacionais (Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD). Para tanto, quando da elaboração do orçamento (LOA 2021), previu-se uma dotação orçamentária de R\$ 50.131.737,00, após suplementações, a dotação final passou para R\$ 362.443.062,13 (aumento de 622,98%), alterando-se a meta física para 29,4 unidades (acréscimo de 12,26%).

Ressalta-se a discrepância entre o aumento da dotação orçamentária final disponível (622,98% em relação à dotação inicial) e o aumento da meta física final (12,26% em relação à meta física inicial). Nestes termos, constata-se que cada unidade escolar construída passou inicialmente de R\$ 1.705.160,78 para R\$ 12.327.995,31.

No que tange à execução da despesa, constatou-se um percentual empenhado (91,96% da dotação final) e liquidado (7,25% do valor empenhado).

Quanto à meta física planejada inicial e final por meio desta Ação, constata-se divergência entre as informações apresentadas no Quadro de Detalhamento de Despesa (26,1 e 29,4 unidades) e as disponíveis no RAG/2021.

Ademais, as metas adotadas pelo Governo do Estado (26,1 e 29,4 unidades) são incompatíveis com o produto a ser entregue, que é medido em unidade.

Com base nas informações apresentadas no RAG/2021 foram entregues





os seguintes produtos:

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2021 - VOLUME VI DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO					
SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC / EIXO 1 - QUALIDADE DE VIDA PARA OS MATO-GROSSENSES / PROGRAMA 527 - APRENDIZAGEM EM FOCO					
AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA / ANÁLISE DA META FÍSICA					
COD. DA AÇÃO	NOME DA AÇÃO	NOME PRODUTO DA AÇÃO	NOME UND. MED. PROD. AÇÃO	META PTA, G (ATUALIZADA)	QUANTIDADE REALIZADA
1 - Análise a execução física dos produtos da ação em relação ao planejado.					
2792	Construção de espaços educacionais	Prédio educacional concluído / Gestão anterior	Unidade	9,6	<p>Na que tange ao produto "Prédio Educacional Concluído / Gestão Anterior", no exercício de 2021 foram entregues 08 obras, que correspondem a 84,21% da meta física prevista, sendo quatro delas previstas na PTA: 1) EE Djalma Guilherme - Jd. Das Orquídeas - Sinop, 2) EE Sd Militar Tiradentes PM Adriana Moraes Ramos (antiga Tarsila do Amaral) - Lucas Do Rio Verde, 3) EE Jd. Maria Tereza [EE Militar Tiradentes PM Major Ernestino Veríssimo da Silva] - Rondonópolis e 4) EE Juscelino K. De Oliveira - Poconé e as quatro obras não previstas na PTA 2021, pois deveriam ser finalizadas em 2020, sendo elas: 1) EE Mário de Castro - Cuiabá, 2) EE Altos do Tarumã - Tangará da Serra, 3) EE Celestino Corrêa da Costa - Distrito de Celma - Jaciara e 4) EE Zuleide dos Santos Barros - Tabaporã.</p> <p>As outras quatro obras previstas e não entregues são: 01) EE Nova Maracanã - Barra do Bugres - Contrato nº 045/2018 e 2) EE Nova - Nova Lacerda - Contrato 063/2020 que tiveram atraso na execução; 3) EE Nova - Parque das Nações (EE Cleufy Hubner) - Sinop - Contrato 057/2021 que teve a ordem de serviço emitida apenas em 02/12/2021 e a 4) EE Nova - União do Sul que teve o certame licitatório deserto, com a nova publicação da licitação (Tomada de Preços nº 012/2021) em 19/11/2021.</p> <p>Na que tange ao produto "Prédio educacional construído", no exercício de 2021 houve a entrega de 04 obras, sendo três delas previstas na PTA: 01) EE Dom Aquino Correa - Itaquira - Conv. nº 0230-2020; 02) EE Maria Macedo Rodrigues - Várzea Grande - Contrato 046/2020; 03) EE Hélio de Souza - Tangará da Serra - Contrato 013/2021 e uma não prevista na PTA 2021, pois deveria ser finalizada em 2020, sendo: EE 31 de Março - Canarana.</p> <p>Inicialmente estava previsto a entrega de 15 obras, três foram entregues conforme descrito anteriormente, duas foram licitadas, mas não houve emissão da ordem de serviço em 2021 (EE Márcio Schabatt - Lucas do Rio Verde - Contrato 077/2021 publicado em 07/12/2021 e EE Antônio Guimarães Balbino - Rondonópolis - Contrato 074/2021 publicado em 13/12/2021) e EE Acadêmico Laura Augusto de Barros - Santo Afonso - teve a licitação frustrada, cinco obras serão executadas através de convênio de descentralização (EE Luiz Frutuoso - Sapezal - Conv. 0902-2020, EE André Antônio Maggi - Sapezal - Conv. 0910-2020, EE Mário Spinelli - Sorriso - Conv. 0925-2020, EE 13 de Maio - Sorriso - Conv. 0922-2020 e EE José Domingos Praga - Conv. 0923-2020) e quatro delas não foram licitadas, sendo que uma está na aguarda de formalização de Termo de Convênio federal para execução (EE Jada Torres - Tangará da Serra) e três não tiveram projeto elaborado (EE Prof. Paciana Torres de Santana - Cuiabá, EE São José - Pontes e Lacerda, EE Ignácio Schevinski Filho - Sorriso).</p> <p>A dificuldade em concluir os certames licitatórios de forma célere representa uma das maiores dificuldades enfrentadas para a efetiva entrega das metas especificadas no planejamento.</p> <p>Esclarecemos que nesta análise consideramos como meta concluída as obras efetivamente entregues, com pelo menos termo de recebimento provisório - TRP.</p>
2792	Construção de espaços educacionais	Prédio educacional construído	Unidade	19,8	<p>Na que tange ao produto "Prédio Educacional Concluído / Gestão Anterior", no exercício de 2021 foram entregues 08 obras, que correspondem a 84,21% da meta física prevista, sendo quatro delas previstas na PTA: 1) EE Djalma Guilherme - Jd. Das Orquídeas - Sinop, 2) EE Sd Militar Tiradentes PM Adriana Moraes Ramos (antiga Tarsila do Amaral) - Lucas Do Rio Verde, 3) EE Jd. Maria Tereza [EE Militar Tiradentes PM Major Ernestino Veríssimo da Silva] - Rondonópolis e 4) EE Juscelino K. De Oliveira - Poconé e as quatro obras não previstas na PTA 2021, pois deveriam ser finalizadas em 2020, sendo elas: 1) EE Mário de Castro - Cuiabá, 2) EE Altos do Tarumã - Tangará da Serra, 3) EE Celestino Corrêa da Costa - Distrito de Celma - Jaciara e 4) EE Zuleide dos Santos Barros - Tabaporã.</p> <p>As outras quatro obras previstas e não entregues são: 01) EE Nova Maracanã - Barra do Bugres - Contrato nº 045/2018 e 2) EE Nova - Nova Lacerda - Contrato 063/2020 que tiveram atraso na execução; 3) EE Nova - Parque das Nações (EE Cleufy Hubner) - Sinop - Contrato 057/2021 que teve a ordem de serviço emitida apenas em 02/12/2021 e a 4) EE Nova - União do Sul que teve o certame licitatório deserto, com a nova publicação da licitação (Tomada de Preços nº 012/2021) em 19/11/2021.</p> <p>Na que tange ao produto "Prédio educacional construído", no exercício de 2021 houve a entrega de 04 obras, sendo três delas previstas na PTA: 01) EE Dom Aquino Correa - Itaquira - Conv. nº 0230-2020; 02) EE Maria Macedo Rodrigues - Várzea Grande - Contrato 046/2020; 03) EE Hélio de Souza - Tangará da Serra - Contrato 013/2021 e uma não prevista na PTA 2021, pois deveria ser finalizada em 2020, sendo: EE 31 de Março - Canarana.</p> <p>Inicialmente estava previsto a entrega de 15 obras, três foram entregues conforme descrito anteriormente, duas foram licitadas, mas não houve emissão da ordem de serviço em 2021 (EE Márcio Schabatt - Lucas do Rio Verde - Contrato 077/2021 publicado em 07/12/2021 e EE Antônio Guimarães Balbino - Rondonópolis - Contrato 074/2021 publicado em 13/12/2021) e EE Acadêmico Laura Augusto de Barros - Santo Afonso - teve a licitação frustrada, cinco obras serão executadas através de convênio de descentralização (EE Luiz Frutuoso - Sapezal - Conv. 0902-2020, EE André Antônio Maggi - Sapezal - Conv. 0910-2020, EE Mário Spinelli - Sorriso - Conv. 0925-2020, EE 13 de Maio - Sorriso - Conv. 0922-2020 e EE José Domingos Praga - Conv. 0923-2020) e quatro delas não foram licitadas, sendo que uma está na aguarda de formalização de Termo de Convênio federal para execução (EE Jada Torres - Tangará da Serra) e três não tiveram projeto elaborado (EE Prof. Paciana Torres de Santana - Cuiabá, EE São José - Pontes e Lacerda, EE Ignácio Schevinski Filho - Sorriso).</p> <p>A dificuldade em concluir os certames licitatórios de forma célere representa uma das maiores dificuldades enfrentadas para a efetiva entrega das metas especificadas no planejamento.</p> <p>Esclarecemos que nesta análise consideramos como meta concluída as obras efetivamente entregues, com pelo menos termo de recebimento provisório - TRP.</p>

Fonte: Relatório da Ação Governamental - RAG 2021 - Volume VI do Balanço Geral.

De acordo com as informações dispostas no RAG/2021, no que tange ao produto "Prédio Educacional Concluído / Gestão Anterior", houve a entrega das seguintes obras que correspondem a 89% da meta física prevista, todas previstas no PTA:

- 1) EE Djalma Guilherme - Jd. Das Orquídeas - Sinop;
- 2) EE Sd Militar Tiradentes PM Adriana Moraes Ramos (antiga Tarsila do Amaral) - Lucas Do Rio Verde;
- 3) EE Jd. Maria Tereza (EE Militar Tiradentes PM Major Ernestino





Veríssimo da Silva) - Rondonópolis e;

4) EE Juscelino K. De Oliveira – Poconé.

No que tange ao produto “Prédio educacional construído”, no exercício de 2021 houve a entrega de 04 obras, sendo três delas previstas no PTA, que correspondem a 24% da meta física prevista:

01) EE Dom Aquino Correa – Itiquira – Conv. nº 0230-2020;

02) EE Maria Macedo Rodrigues – Várzea Grande – Contrato 046/2020;

03) EE Hécio de Souza – Tangará da Serra – Contrato 013/2021 e;

04) EE 31 de março Canarana, **não** prevista no PTA 2021, pois deveria ser finalizada em 2020.

Por meio de acesso ao Sistema GEOOBRAS-TCE/MT, constatou-se que as obras EE Maria Macedo Rodrigues – Várzea Grande – Contrato 046/2020, EE Hécio de Souza – Tangará da Serra – Contrato 013/2021 e EE Juscelino K. De Oliveira – Poconé foram concluídas no ano de 2021.

Ademais, confirmou-se que o Convênio nº 0230/2020 formalizado entre a SEDUC e a Prefeitura Municipal de Itiquira foi encerrado em 08.11.2021 e está em fase de análise por parte da SEDUC das prestações de contas encaminhadas pelo





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

conveniente:

SIGCon
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CONVÊNIOS

[Voltar](#) | [Entidades](#) | [Denúncia](#) | [Cooperação](#) | [Termo de Concessão de Auxílio - Pessoa Física](#) | [Ingresso](#) | [Descentralização](#) | [Transferência Especial](#) | [Manual do Usuário](#) | [Tutorial em Vídeo](#) | [Legislação](#) | [Programas](#) | [Emenda Parlamentar](#) | [Formulários](#) | [Relatórios](#)

[Celebração](#) | [Execução](#) | [Prestação de Contas](#) | [Recomendações](#) | [Resumo](#)

[À Prestar Contas](#) | [Prestação de Contas](#)

[Imprimir Plano de Trabalho](#)

Nº Convênio: 0230-2020 **Nº Processo:** 133945/2020 **Nº Proposta:** 0230-2020 **Situação:** Encerrado em 08/11/2021

Termo Aditivo: 01

Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC **Proponente:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA **Valor:** 419.541,28

Banco: 001 | **Agência:** 2186-5 | **Conta:** 19688-6

Programa Estadual: 527-APRENDIZAGEM EM FOCO

Projeto/Atividade: 2792-CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS

Objeto: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA ESCOLA ESTADUAL DOM AQUINO CORREA LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO DE ITIQUIRA - MT

Propriedade(s) do Convênio: Recurso Financeiro

Parcial/ Final	Data Ofício	Nº Ofício	Envio	Valor				Processo		Situação	Operações
				Concedente	Proponente	Aplic. Financeira	Devolução financeira	Número	Entrada		
Parcial	05/07/21		05/07/21	153.458,47	13.424,93	0,00	0,00		//	Devolvida (05/07/21)	
1a - Parcial	06/07/21	035/2021	06/07/21	153.458,47	13.424,93	0,00	0,00	308242/2021	21/07/21	Aprovada	
2a - Parcial	14/09/21	061/2021	14/09/21	170.250,27	14.893,93	0,00	0,00	429912/2021	17/09/21	Em análise (17/09/21)	
2a - Final	19/11/21	Of. 072/2021	19/11/21	323.708,74	28.318,86	0,00	68.595,55	545872/2021	23/12/21	Em análise (16/02/22)	

Sistema de Gerenciamento de Convênios – SIGCon. Acesso em 07.04.2022

Logo, não há como afirmar que a obra executada por meio do Convênio nº 0230-2020 (EE Dom Aquino Correa – Itiquira), bem como as demais; EE 31 de março Canarana, EE Djalma Guilherme - Jd. Das Orquídeas – Sinop, EE Sd Militar Tiradentes PM Adriana Moraes Ramos (antiga Tarsila do Amaral) - Lucas Do Rio Verde e EE Jd. Maria Tereza (EE Militar Tiradentes PM Major Ernestino Veríssimo da Silva) - Rondonópolis tenham sido concluídas no ano de 2021.

A seguir, a comparação da meta ajustada prevista no Quadro de Detalhamento de Despesa-FIPLAN com a meta física realizada apresentada no





RAG/2021:

Quadro 42 – Comparativo da Meta Física apresentada no QDD da Atividade 2792 com a Meta Alcançada no RAG/2021

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA (QDD) – PAOE 2792 (EXERCÍCIO 2021)								RAG 2021
Região	Dotação Inicial R\$	Dotação Final (após créditos)	Empenho	Liquidação	Pagamento	Meta física inicial	Meta Física	Meta Realizada
		R\$	R\$	R\$	R\$	Unid.	Unid.	(unidade)
I – Noroeste I	100,00	2.068.809,51	1.488.982,17	0,00	0,00	0,1	0,2	-
II - Norte	1.740.000,00	25.940.557,33	25.910.557,33	3.578.764,24	1.417.020,92	0,2	0,4	-
III - Nordeste	1.600.000,00	7.145.561,44	5.643.878,61	355.761,15	355.761,15	0,2	1,2	-
IV - Leste	0,00	24.429.030,02	24.429.030,02	619.646,12	253.523,67	0	1	1
V- Sudeste	6.335.890,00	70.099.769,34	69.370.814,77	6.421.665,33	4.249.011,90	3	3	3
VI - Sul	16.237.318,00	54.281.723,89	32.215.114,88	742.253,20	742.253,20	4	4	3
VII - Sudoeste	6.650.008,00	37.453.025,08	36.020.341,11	2.943.276,82	888.768,89	4	2	-
VIII- Oeste	2.920.105,00	24.108.998,19	24.003.195,78	1.561.716,83	1.561.716,83	4	4	2
IX – Centro Oeste	100,00	33.750.301,52	33.750.201,52	1.997.910,76	1.711.729,89	0,2	0,1	-
X - Centro	6.000.200,00	15.518.027,85	15.505.532,51	2.368.809,35	2.368.809,35	6	6	1
XI - Noroeste II	100,00	8.122.182,74	8.122.182,74	0,00	0,00	0,4	0,4	1
XII - Centro Norte	7.647.916,00	46.302.941,08	43.635.213,57	3.583.133,28	2.027.680,62	3	6	1
9900 - Estado	1.000.000,00	13.222.134,14	13.222.134,14	0,00	0,00	1	1	-
TOTAL	50.131.737,00	362.443.062,13	333.317.179,15	24.172.937,08	15.576.276,42	26,1	29,3	12

Fonte: QDD/FIPLAN. Acesso em 9.2.2022 e RAG/2021

Ao se analisar o quadro acima, verifica-se que as Regiões de planejamento (XI - Noroeste e 9900- Estado) não tiveram execução de despesa, as demais regiões apresentaram liquidação e o pagamento de despesas. Contudo, conforme informado no RAG/2021, na região XI – Noroeste foi construído 1 (um) prédio educacional.

Conforme disposto no QDD, nota-se execução orçamentária nas regiões





de planejamento do Estado (II – Norte, III-Nordeste, VII -Sudoeste e IX – Centro Oeste), mas a prestação de contas do Executivo Estadual informa que nessas regiões de planejamento não houve construção de prédios educacionais.

Observa-se que apenas as regiões (IV -Leste, V-Sudeste, VI -Sul, VII-Oeste, X-Centro e XI- Noroeste II) foram contempladas com construção de novos prédios educacionais.

Com o objetivo de verificar a confiabilidade das informações apresentadas por meio do RAG/2021, analisou-se todos os empenhos (FIP614) relacionados ao PAOE 2792 – Construção de espaços educacionais e constatou que as liquidações e pagamentos estão relacionados à construção de escolas e dependências por meio dos seguintes **Contratos**: nº 164/2014²⁰⁴, nº 045/2018²⁰⁵, nº 139/2017²⁰⁶, nº 147/2017²⁰⁷, nº 080/2017²⁰⁸, nº 046/2018²⁰⁹, 086/2018²¹⁰, 08/2016²¹¹, 13/2021²¹², 046/2020²¹³, 157/2017²¹⁴, 168/2014²¹⁵, 27/2021²¹⁶, 130/2017²¹⁷, 43/2014²¹⁸

CONCLUSÃO

Verifica-se uma real necessidade de a Gestão Estadual colocar a Educação, no caso em questão, construção de novas escolas, como prioridade de seu governo, já que durante todo um exercício de 2021, segundo informação do RAG/2021, apenas 12 (doze) escolas foram construídas, isso, em um período em que o abismo educacional entre educação pública e privada, causado pela pandemia da

²⁰⁴ E.E. Dante Martins de Oliveira (Várzea Grande)

²⁰⁵ E.E. Nova Maracá (Barra do Bugres)

²⁰⁶ E.E. Distrito de Celma (Jaciara)

²⁰⁷ E.E. Altos do Taramã (Tangará da Serra)

²⁰⁸ E.E. Mário de Castro (Cuiabá)

²⁰⁹ E.E. Jardim das Orquídeas (Sinop)

²¹⁰ EE Maria Tereza, Rodonópolis

²¹¹ Dispensa de licitação nº 002/2016/SEDUC-MT

²¹² Quadra poliesportiva coberta – Tangará da Serra

²¹³ EE Maria Maria Macedo Rodrigues

²¹⁴ EE Arlete Maria – Várzea Grande

²¹⁵ EE Tancredo de Almeida Neves – Carlinda/MT

²¹⁶ EE Sebastião Patrício – Primavera da Leste/MT

²¹⁷ EE Juscelino K. de Oliveira

²¹⁸ Concorrência pública 054/2013 – SEDUC/MT





Covid-19, tomou proporções inimagináveis.

Há que se investir em estrutura de qualidade e segura para que os estudantes frequentem os ambientes escolares com interesse e dedicação.

Verifica que do montante empenhado (R\$ 333.317.179,15), descrito no Quadro de Detalhamento de Despesa, apenas 7,29% (R\$ 24.313.126,36), foram liquidados no exercício, restando evidente o não alcance da meta de construção de unidades educacionais estabelecidas para o exercício.

3.3. CONCLUSÃO DO TÓPICO 3

A situação exposta no Tópico 3 deste relatório (Comparativo entre as Metas e Prioridades estabelecidas na LOA/2021 e os dados apresentados no Relatório de Ação Governamental – RAG/2021), demanda a citação do Exmo. Governador do Estado para que tome conhecimento dos fatos e apresente a manifestação que entender pertinente, em relação ao não alcance das metas e prioridades.

Quadro 43 – Matriz de Responsabilização

ACHADO 2 – Ineficiência no alcance das metas e prioridades estabelecidas nos instrumentos de planejamento para as Ações de Governo **1283,1287,1289,1291,1763, 2128, 2217, 2792, 3105 e 5148.**

CLASSIFICAÇÃO DA IRREGULARIDADE – NB 99. Diversos_Grave_ 99. Irregularidade referente ao assunto “Diversos”, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

RESPONSÁVEL: Mauro Mendes Ferreira – Governador do Estado de MT

CONDUTA: Não atingir tanto as metas estabelecidas no Anexo IV Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2021 para as Ações 1283,1287,1289,1291,1763, 2128, 2217, 2792, 3105 e 5148, no decorrer do referido ano.

NEXO DE CAUSALIDADE: Quando o Governo do Estado deixou de atingir as metas estabelecidas na LDO 2020 e no QDD, por meio das Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA,





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Telefones: (65) 3613-7631 / 7632

e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

e da Secretária de Estado de Educação, Esporte e Lazer – SEDUC, implicou na ineficiência quanto ao alcance das prioridades estabelecidas para as Ações das referidas Secretarias em 2021, logo, o resultado da gestão das Ações 1283,1287,1289,1291,1763, 2128, 2217, 2792, 3105 e 5148 ficou aquém do esperado.

CULPABILIDADE: Era esperado que o Governo do Estado de Mato Grosso agisse para que as metas e prioridades definidas para as Ações 1283,1287,1289,1291,1763, 2128, 2217, 2792, 3105 e 5148 no exercício de 2021 fossem atingidas com êxito, ou seja, exigisse que Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA e a Secretária de Estado de Educação, Esporte e Lazer – SEDUC e atuassem para que as políticas, diretrizes e objetivos estratégicos se concretizassem.





4. FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO (FETHAB) E O SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS DO FETHAB ÓLEO DIESEL PARA MUNICÍPIOS.

O governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Lei nº 7.263/2000, criou o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), com a finalidade de arrecadar fundos para a construção, manutenção da infraestrutura rodoviária e habitação.

O Fundo é recolhido sobre a comercialização de soja, milho, algodão madeira e bovinos, energia e sobre óleo diesel (fethab combustível).

Para o ano de 2021, a Lei nº 11.300/2021 (LOA/2021)²¹⁹ previu para o Fethab a arrecadação de aproximadamente R\$ 2,214 bilhões. **Contudo, a receita realizada foi de R\$ 2,733 bilhões²²⁰**, ante uma previsão atualizada, para o período, de R\$ 2,617 bilhões²²¹.

Desse montante, da parte arrecadada no Fethab Combustível²²², incidem vinculações institucionais que equivalem ao repasse devido aos Poderes, na forma definida na LDO²²³, sendo 50% do recurso destinado ao Governo de Mato Grosso e os outros 50% para os municípios, para investirem, no mínimo, 35% em obras de rodovias estaduais não pavimentadas e, no máximo, 15% em habitação, saneamento,

²¹⁹ Lei nº 11.300, de 27 de janeiro de 2021 (Orçamento do Estado Fiscal e Seguridade Social), p.25.

²²⁰ FIP 729 (FIPLAN). Acesso em 09.03.2022.

²²¹ FIP 729 (FIPLAN). Acesso em 09.03.2022

²²² Art. 15 Sobre o recurso de que trata o Capítulo III incidirão vinculações institucionais que equivalem ao repasse devido aos Poderes, na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício, sendo que os referidos recursos serão repartidos entre o Estado e os Municípios da seguinte forma: (Nova redação dada ao caput pela Lei 10.480/16, efeitos a partir de 1º/01/17)

I - 50% (cinquenta por cento) do total será destinado ao Estado, sendo: (Nova redação dada ao inciso I pela Lei 10.480/16, efeitos a partir de 1º/01/17)

a) no mínimo 20% (vinte por cento) do total para habitação, saneamento e mobilidade urbana, sob gestão da Secretaria de Estado de Cidades - SECID;

b) no máximo 20% (vinte por cento) do total para pagamento de despesas obrigatórias e essenciais e investimentos;

c) no mínimo 7% (sete por cento) e no máximo 10% (dez por cento) para financiamento de ações da agricultura familiar, vedado o uso para folha de pagamento, custeios e encargos sociais.

II - 50% (cinquenta por cento) do total será destinado aos municípios conforme critérios previstos na regulamentação, sendo: (Nova redação dada ao inc. II pela Lei 10.388/16, efeitos retroativos a 23/12/15)

a) no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) do total para aplicação nas obras de construção e/ou manutenção das rodovias estaduais não pavimentadas e das rodovias municipais;

b) no máximo 15% (quinze por cento) do total para aplicação em habitação, saneamento e mobilidade urbana em projetos em parceria com a Secretaria de Estado de Cidades – SECI

[...]

²²³ Lei de Diretrizes Orçamentárias





projetos e mobilidade urbana.

No ano de 2021 foi arrecadado por meio do FETHAB Óleo Diesel, aproximadamente R\$ 655,60 milhões²²⁴:

Destaca-se que, nesse mesmo ano, desse montante arrecadado, um pouco mais de R\$ 270 milhões foram transferidos aos municípios (Fethab combustíveis).

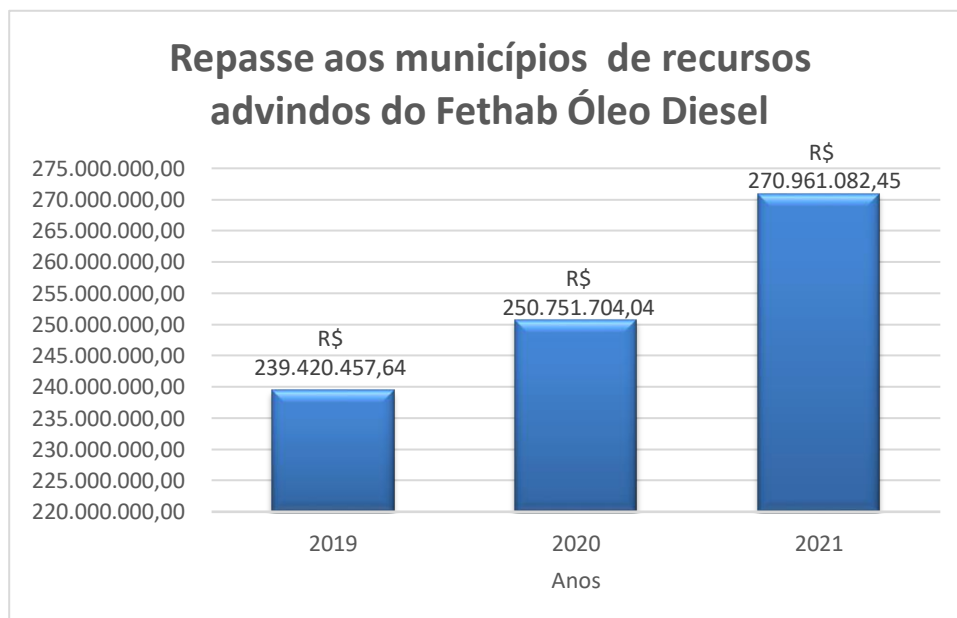
Percebe-se que esse repasse financeiro vem aumentando ano a ano:

Quadro 44 – Repasse aos municípios de recursos oriundos do Fethab Óleo Diesel

Anos	2019	2020	2021
Valores repassados (R\$)	239.420.457,64	250.751.704,04	270.961.082,45*

<http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/6958211-transferencias-e-repasses>. Acesso em 10.03.2022. * FIPLAN (Fip-729) Acesso em 09.03.2022

Gráfico 4 – Repasse aos municípios de recursos oriundos do Fethab Óleo Diesel



²²⁴ <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/6958211-transferencias-e-repasses> Acesso em 10.03.2022





Conforme o art.15º, §13, da Lei nº 7.263/2000, as aplicações dos recursos do FETHAB destinados aos municípios devem ser acompanhadas pelos Conselhos Municipais por estes constituídos.

Ademais, a cada 04 (quatro) meses o Poder Executivo Municipal deve prestar contas dos recursos recebidos mediante o encaminhamento à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística -SINFRA e à Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte da Assembleia Legislativa de relatório previamente deliberado pelo Conselho Municipal.

Sendo assim, acerca da gestão dos recursos do FETHAB repassados para os municípios, o Poder Executivo Estadual, por meio da atuação da SINFRA, possui as seguintes responsabilidades: i) disponibilização de um sistema informatizado na web e prestar suporte técnico aos usuários dos municípios e demais órgãos envolvidos; ii) celebração de termo de cooperação ou outro instrumento com os municípios para a transferência da administração da malha rodoviária não pavimentada; iii) aferir a correta informação referente às coordenadas de localização geográfica de um empreendimento de infraestrutura de transportes sob gestão de uma prefeitura municipal, com recursos oriundos do FETHAB; iv) analisar as informações das prestações de contas referentes à aplicação de recursos em infraestrutura de transportes; e v) prestar suporte técnico aos municípios e conselhos municipais na resolução de dúvidas em relação ao sistema.

De acordo com informações disponibilizadas no site²²⁵ da SINFRA, em maio de 2018, entrou em vigor o novo sistema de Gestão de Recursos do FETHAB Óleo Diesel para Municípios – SGRF, que tem como objetivo prover informações acerca dos repasses e das prestações de contas aos gestores das entidades envolvidas para tomada de decisão, quais sejam: o estabelecimento dos índices²²⁶ a que cada município tem direito ao recurso financeiro, o processo de repasse para as contas desses municípios e as respectivas prestações de contas

²²⁵ <http://www.sinfra.mt.gov.br/-/9819787-governo-implanta-sistema-para-gerenciar-recursos-do-fethab-para-os-municipios>. Acesso em 15/3/2021

²²⁶ Apurado pela Associação Mato-Grossense dos Municípios.





devidamente aprovadas por cada um dos Conselhos Municipais.

Ainda assim, não constam do SGRF, informações relativas aos repasses referentes às cotas parte do FETHAB-Óleo Diesel para os municípios no ano de 2021:

<http://fethabmt.sinfra.mt.gov.br/prec/financeiro>. Acesso em 11.03.2022.

Frisa-se que, desde o 1º quadrimestre do exercício de 2018, as prefeituras devem prover informações acerca dos repasses e as prestações de contas dos recursos advindos do FETHAB- óleo diesel, por meio do aplicativo. E o Executivo Estadual, por meio da SINFRA, deve analisar as prestações de contas referente à aplicação de recursos em infraestrutura de transportes.

Por outro lado, em consulta ao SGRF não se constatou quaisquer prestações de contas por parte dos municípios referentes ao 1º, 2º e 3º quadrimestres





de 2021:

Execução física

Prestações Croqui e Evidências (OBRIGATORIO)

Prestação de Contas

Filtros

Ano referência 2021 Quadrimestre 1º Quadrimestre Tipo de prestação Todas Q Filtrar

Cód.	Tipo	Latitude	Longitude	Ação	QTD. Prev	QTD. Exec	UN	Data Início	Data Fim	Mais info.
Nenhum registro encontrado.										

Prestação de Contas

Filtros

Ano referência 2021 Quadrimestre 2º Quadrimestre Tipo de prestação Todas Q Filtrar

Cód.	Tipo	Latitude	Longitude	Ação	QTD. Prev	QTD. Exec	UN	Data Início	Data Fim	Mais info.
Nenhum registro encontrado.										

Prestação de Contas

Filtros

Ano referência 2021 Quadrimestre 3º Quadrimestre Tipo de prestação Todas Q Filtrar

Cód.	Tipo	Latitude	Longitude	Ação	QTD. Prev	QTD. Exec	UN	Data Início	Data Fim	Mais info.
Nenhum registro encontrado.										

<http://fethabmt.sinfra.mt.gov.br/precf/prestacao-contas>. Acesso em 11.03.2022.

Considerando que a cada 04 (quatro) meses o Poder Executivo Municipal deve prestar contas dos recursos recebidos do FETHAB-Óleo Diesel mediante o encaminhamento ao Poder Executivo Estadual, mediante a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística -SINFRA; que a prestação de contas deve ser feita no aplicativo SGRF pelos próprios municípios; que não houve a inserção das prestações de contas nem informações das coordenadas geográficas do empreendimento por parte dos municípios referentes ao 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2021; e que cabe ao Executivo Estadual, por meio da SINFRA, tanto analisar as informações das prestações de contas referentes à aplicação de recursos em infraestrutura de transportes, quanto aferir a correta informação referente às coordenadas geográficas das obras, **constata-se que não houve por parte do Estado ação no sentido de exigir a inserção, no aplicativo, das informações obrigatórias acerca de como**





foram aplicados os recursos do FETHAB-Óleo Diesel repassados às prefeituras.

Considerando o volume dos recursos transferidos aos municípios, por meio do Fethab- Combustíveis, repisa-se a urgência por parte do Estado, via SGRF, de promover o acompanhamento e fiscalização das prestações de contas referentes às aplicações dos repasses pelas Prefeituras, do recurso advindo do FETHAB – Óleo Diesel, devido a diversas regiões do Estado apresentarem problemas de ausência de infraestrutura local em especial, pela necessária coordenação de esforços para o gerenciamento da malha rodoviária estadual não pavimentada:

04/02/2022

PRODUTORES DO PANTANAL AGUARDAM SOLUÇÕES EM ESTRADAS E PONTES PRECÁRIAS DA REGIÃO

Fonte: ASCOM Famato



Registro feito por produtor rural da região

Produtores rurais com propriedades rurais assistidas pelo projeto Fazenda Pantaneira Sustentável (FPS) enfrentam problemas sérios de logística devido à situação precária das estradas estaduais, trechos vicinais e pontes localizadas na região do bioma Pantanal. São entraves recorrentes que tornam difícil o acesso às propriedades e inviabilizam o escoamento da produção.

Em março de 2021, atendendo ao pedido dos produtores rurais pantaneiros, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) protocolou na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), em nome do secretário Marcelo de Oliveira e Silva, o ofício 031/2021 requerendo a recuperação de estradas estaduais de terra e construção de novas pontes de madeira em estrada vicinal que liga a região da Baía São João até Ponte do rio São Lourenço, que dá acesso à Rondonópolis via MT-140.

Os trechos ligam também a região de Taianã às regiões Pequiri e Pindaival – com grande potencial turístico e pecuário, de gado de cria, forte fornecedor de bezerros para a pecuária.

As estradas são consideradas fundamentais para a ligação entre o Pantanal e regiões adjacentes, Rondonópolis e BR-163. O documento aponta ainda que a reestruturação dessas estradas e pontes também serão importantes vias para o combate a incêndios florestais, caso atinjam a região.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

Além do ofício, consta o preenchimento do formulário para solicitação de obras, onde indica todos os pontos críticos da região. O pedido reforça a necessidade de restauração de ponte de madeira, construção de pontes, restauração de rodovia pavimentada e não pavimentada.

De acordo com o proprietário das Fazenda Faroeiro (Barão de Melgaço), Elenício Rodrigues dos Santos, atoleiros são frequentes durante as chuvas. "Cada ano fica mais difícil, precisamos de mais intervenção do Estado na região. A MT-140 é ruim do início ao fim, entretanto é a mais usada no período das águas, pelo fato da Baía de São João encher e cobrir a estrada pelo outro acesso da MT-471", relatou o produtor rural Elenício dos Santos.

Sinfra – No dia 29 de março de 2021 a Sinfra respondeu por meio do ofício nº 348/2021 que a responsabilidade é do município, baseando-se na aprovação do novo Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), Lei nº 10.353/2015, de que 50% dos recursos arrecadados pelo Fethab (imposto pago pelo produtor rural) são repassados aos municípios, que têm a responsabilidade de manutenção das rodovias não pavimentadas e das pontes com até 12 metros de extensão.

O Fethab é uma contribuição vigente em Mato Grosso, com o objetivo inicial de arrecadar recursos que seriam usados para financiar obras de transporte, habitação e infraestrutura. Desta forma é de responsabilidade do estado fiscalizar. Mas em março de 2022 completará um ano que a Famato protocolou a solicitação na Sinfra e os produtores continuam sofrendo com atoleiros, prejuízos financeiros, atraso no escoamento da produção, entre outros.

"Se o Estado arrecada o imposto e repassa para o município e o município é responsável em fazer e não faz, entendemos que o Estado deve cobrar. Enquanto o estado e os municípios não se entendem, os produtores rurais continuam sendo penalizados com a falta de infraestrutura", pontua os produtores rurais.

Encontro de produtores – Produtores rurais do Pantanal e produtores assistidos pelo Projeto FPS, com propriedade na região do Talaman, Baía São João, Piquiri e Pindaiva, a 130 km e 200km de Rondonópolis, realizaram esta semana (3 de fevereiro) uma reunião com o deputado estadual delegado Claudinei para viabilizar parceria para a reforma e melhorias nas estradas e pontes da região.

FPS – O projeto abrange 15 propriedades localizadas nos municípios de Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger e Itiquira. É coordenado pela Famato, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MT), Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) e Embrapa Pantanal. Tem a parceria do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea) e Sindicatos Rurais.

<https://sistemafamato.org.br/blog/2022/02/04/produtores-do-pantanal-aguardam-solucoes-em-estradas-e-pontes-precarias-da-regiao/> Acesso em 11.03.2022



EDITORIAL: Estradas precárias e caras na zona rural

Por A Tribuna - 24 de fevereiro de 2022



(Foto - Arquivo)

O A TRIBUNA vem trazendo frequentemente reportagens com a situação precária das estradas da zona rural de Rondonópolis neste período de chuvas.

Sem manutenção nas estradas desde novembro do ano passado, e sem reparos nas muitas pontes de madeira, os moradores das mais diversas comunidades rurais da cidade tem enfrentado dificuldades.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária vem sendo constantemente cobrada sobre a falta de manutenção, mas vem alegando falta de trabalhadores para realizar os trabalhos desde o final do ano passado e, com o período de chuva já chegando ao fim, nada foi feito e nem há previsão para fazer.

A situação é preocupante já que atualmente até os ônibus escolares encontram dificuldades para o transporte de alunos pela falta de condições nessas estradas vicinais, que estão tomadas por buracos e erosões, e pela precariedade de pontes, em sua maioria danificadas e pondo em risco que necessita passar por elas.

Caso nada comece a ser feito com urgência, a tendência é de que as condições piorem ainda mais.





Cabe à Secretaria de Agricultura iniciar imediatamente os trabalhos, até porque não há como compreender quais seriam os motivos que impedem a contratação de trabalhadores para a realização dos serviços.

Como é de conhecimento público, os municípios de Mato Grosso recebem recursos provenientes do Fethab para serem aplicados na manutenção das estradas rurais.

No caso de Rondonópolis, a Agricultura é a Pasta que recebe os recursos e tem a obrigação de realizar os serviços.

E se os trabalhos não estão sendo feitos, para onde está indo os recursos do Fethab?

Se o problema não é a falta de recursos, é preciso que a população seja esclarecida sobre o que vem impedindo que os serviços na zona rural sejam feitos. Por mais burocrático que seja o serviço público é incompreensível que trabalhos fundamentais para a vida dos cidadãos fiquem meses sem ser realizados.

E um importante detalhe é que pontes de madeiras já se tornaram inteiramente inviáveis, servindo mais para gerar despesas com suas manutenções intermináveis quando, geralmente, os empreiteiros contratados são pessoas ligadas politicamente ao gestor de plantão.

Qualquer bom administrador sabe que o econômico, usual e prático hoje são as travessias de pequenos rios e córregos através de tubos e aduelas em concreto.

A Prefeitura precisa tomar providências urgentes, pois desculpas não vão resolver os problemas dos moradores da zona rural que estão sendo tão prejudicados com a atual precariedade de estradas e pontes.

A Câmara Municipal também deve cobrar e fazer valer o seu papel para que os serviços voltem a ser realizados o mais rápido possível.





TRANSPORTE / Segunda-feira, 08 de Março de 2021, 06h:30

A|A|A

Atoleiros prejudicam o arranca safra em MT

O Sindicato Rural de Primavera do Leste, também destacou as condições precárias da MT 448



Cadastre-se para ver do que seus amigos gostam.



Jaqueline Hatamoto

BR 158, 322 e MT 448, são algumas estradas de Mato Grosso que se tornaram verdadeiros atoleiros, e tem prejudicado o escoamento da safra de soja no estado. Por meio de nota o Sindicato Rural de Primavera do Leste, se solidarizou com os produtores rurais e lamentou a precariedade das rodovias do estado.

Segundo o Sindicato Rural de Primavera do Leste, as rodovias são corredores essenciais para o escoamento da produção, e a dificuldade logística da região reflete nos custos de produção e custo de vida para população e produtores da região. E é o que tem acontecido em São Félix do Araguaia, a cidade está na divisa com o Tocantins;

depois que a BR 158 encontra a MT 242. Lá, por causa da (falta de) logística o preço da gasolina chegou a R\$ 6,22.





Em Mato Grosso, a BR 158 tem aproximadamente 800 km de extensão e liga Barra do Garças a Vila Rica, cidade que fica na divisa com o Pará.

A espera pela pavimentação do trecho mato-grossense da rodovia é antiga. A estrada foi inaugurada há cerca de 50 anos. O maior obstáculo é o traçado original da BR 158, que passa dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé, do Povo Xavante. Os índios são contrários às obras em função dos impactos socioambientais que podem ser gerados.

O Sindicato Rural de Primavera do Leste, também destacou as condições precárias da MT 448, importante via que liga a MT 130 ao projeto Itaquerê, segundo a entidade, caso não haja a conclusão da pavimentação os prejuízos serão irreparáveis. "É uma área de grande produção de nosso município, que hoje está esburacada e precisa de conclusão da pavimentação, e devido ao volume de chuvas na região e não manutenção caminha para colapso logístico, que acarretará prejuízos irreparáveis ao produtor e cidadão que circula por estas vias", diz parte da nota encaminhada pela Assessoria de Imprensa do Sindicato Rural.

Outro ponto que se encontra praticamente intransitável, é o trecho da MT 130, em Paranatinga sentido Sorriso, que na semana passada precisou da intervenção do prefeito, já que ficou completamente interditado. A região ainda não é pavimentada e tem grande movimento de caminhões principalmente nessa época do ano em que ocorre o escoamento da safra de soja.

<https://www.cliquef5.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste/atoleiros-prejudicam-o-arranca-safra-em-mt/249243> Acesso em 11.03.2022

4. CONCLUSÃO DO TÓPICO 4

Quadro 45 – Matriz de Responsabilização

ACHADO 3 – Não cobrar providências da Secretaria de Estado responsável pela análise das prestações de contas obrigatórias acerca de como foram aplicados pelos municípios os recursos repassados pelo FETHAB-Óleo Diesel, no decorrer do exercício de 2021, conforme preconiza o art. 15, §13º, inciso II²²⁷ da Lei nº 7.263/2000.

CLASSIFICAÇÃO DA IRREGULARIDADE – NB 99. Diversos_Grave_ 99. Irregularidade referente ao assunto "Diversos", não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

RESPONSÁVEL: Mauro Mendes Ferreira – Governador do Estado de MT.

²²⁷ § 13 Para garantir o acompanhamento e fiscalização dos recursos financeiros de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, o Poder Executivo Municipal deverá:

[...]

II - a cada 04 (quatro) meses, prestar contas dos recursos recebidos mediante o encaminhamento à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística -SINFRA e à Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte da Assembleia Legislativa de relatório previamente deliberado pelo Conselho Municipal.





CONDUTA: Não cobrar providências da Secretaria de Estado responsável quanto à prestação e análise das contas, do exercício de 2021, referente à aplicação dos recursos repassados aos municípios por meio do FETHAB –Óleo Diesel, em prejuízo do controle externo exercidos pela Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas, bem como o controle social.

NEXO DE CAUSALIDADE: Ao não cobrar da Secretaria responsável para que fosse prestada e analisada as contas da aplicação dos recursos repassados aos municípios por meio do FETHAB Óleo Diesel, do exercício de 2021 (1º, 2º e 3º quadrimestres), o Governador possibilitou que não houvesse o controle da aplicação de mais 250 milhões de reais destinadas às cidades, em infringência à norma constitucional prevista no art. 70, parágrafo único²²⁸.

CULPABILIDADE: Era esperado que o Governador adotasse medidas junto à Secretaria de Estado responsável para que fosse prestada e analisada as contas, do exercício de 2021 (1º, 2º e 3º quadrimestres) dos recursos repassados aos municípios oriundos do Fethab-Óleo Diesel, a fim de propiciar às entidades, órgãos públicos e sociedade mato-grossense o resultado da gestão dos municípios do Estado, no que concerne à manutenção de rodovias não pavimentadas dentro dos limites das cidades, bem como da construção e manutenção de pontes e bueiros celulares, como medida fundamental de direcionamento para a definição das políticas públicas.

²²⁸ Art. 70 [...]

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)





5. OBRAS PARALISADAS

Em cumprimento ao art. 85 da Lei nº 11.241, de 4.11.2020 (LDO/2021), os órgãos e entidades do Poder Executivo responsáveis pela execução de obras encaminharão diretamente à Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento e Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa, até 30 de maio, em atendimento ao parágrafo único do art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a relação dos projetos cujas obras se encontram paralisadas e em andamento, utilizando formulário próprio, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ.

O art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – estabelece:

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação. (gn)

Em atendimento ao parágrafo do art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, analisou-se as obras que se encontram paralisadas sob responsabilidade do Poder Executivo Estadual sob a gestão das Secretarias de Estado de Educação (SEDUC), de Infraestrutura e Logística (SINFRA) juntamente com as extintas das Cidades (SECID) e Extraordinária da Copa do Mundo FIPA 2014 (SECOPA), a fase que se encontram e o montante dos recursos necessários para as suas conclusões.

A relação das obras foi obtida por meio de acesso ao banco de dados dos sistemas de fiscalização existentes nesta Corte de Contas (Geo-Obras e Radar),





considerando os dados referentes à data de 31/12/2021 relacionados às obras paralisadas (situação declaradas: paralisadas, paralisadas por perda de vigência contratual e paralisadas por rescisão contratual; ou paralisada por estar sem medição há mais de 90 dias), cujos resultados encontram-se detalhados no Apêndice deste relatório.

5.1. Relação de obras paralisadas sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA)

Por determinação expressa no Decreto nº 01/2015²²⁹, de 2.1.2015, o Governo do Estado extinguiu a Secretaria Estadual Extraordinária da Copa do Mundo - FIFA 2014, sendo essa substituída pela Secretaria de Estado das Cidades, por meio do Decreto nº 18/2015²³⁰, de 10.2.2015. Essa, por sua vez, também foi extinta no ano de 2019, através da edição da Lei Complementar nº. 612/2019.

Para a função de prover e gerir soluções de infraestrutura e logística integradas do Estado de Mato Grosso, e dar continuidade às execuções das obras da Copa do Mundo 2014, em 28.1.2019, por meio da Lei Complementar nº. 612/2019, foi criada a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, com as seguintes competências:

I - administrar a política de infraestrutura, logística e transportes terrestre, hidroviário e ferroviário;

II - administrar a política de desenvolvimento urbano, considerando as áreas de habitação de interesse social, saneamento ambiental, mobilidade urbana e ordenamento territorial;

III - administrar o uso e ocupação do solo no complexo do centro político administrativo.

Mediante dados coletados constatou-se a existência de 44 obras paralisadas (paralisadas, paralisadas por rescisão contratual, paralisada por perda de vigência contratual e paralisada por estar sem medição há mais de 90 dias), perfazendo um montante de R\$

²²⁹ Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 2.1.2015 (edição nº 26447), p. 1 e 2.

²³⁰ Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 10.2.2015 (edição nº 26474), p. 4



603.982.440,46, dos quais já foram medidos mais de R\$ 189.883.306,64, ou seja, 34,3% do total, e pendente de medição R\$ 414.099.133,82:

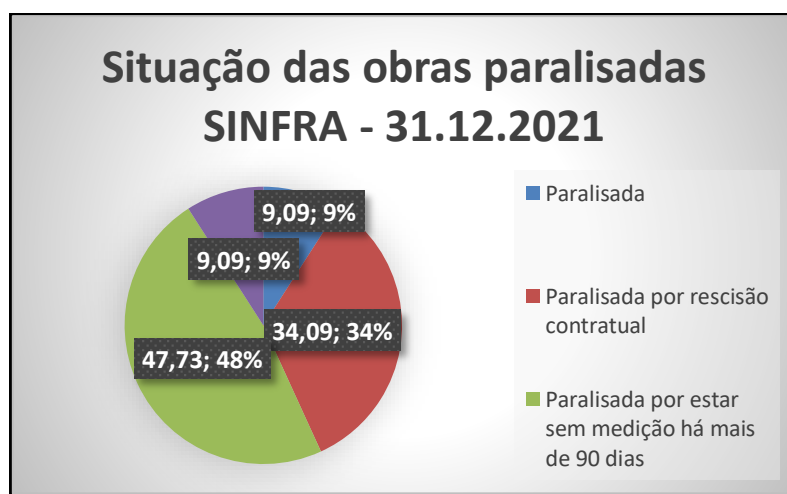
Metodologia	Visão Geral	Área Governamental	Detalhamento	Curva de Crescimento	Mapa de Calor	Top 20	Comparativa Data	Comparativa Situação Ob
Informar Data	Total Obras Paralisadas			Valor Total (R\$)	Valor Medição Acumulada (R\$)	Valor Pendente de Medição (R\$)		
31/12/2021	44			603.982.440,46	189.883.306,64	414.099.133,82		

Fonte: Sistema Radar. Obras Paralisadas. <https://radarobrasparalisadas.tce.mt.gov.br>. Acesso em 18.3.2022.

Quadro 46 – Relação e Situação das Obras Paralisadas a cargo da SINFRA (2021)

Situação da obra	Quantidade de Obras (unidade)	%
Paralisada	4	9,09
Paralisada por rescisão contratual	15	34,09
Paralisada por estar sem medição há mais de 90 dias	21	47,73
Paralisada por perda de vigência contratual	4	9,09
Total	44	100,00

Gráfico 5 – Percentual da Situação das Obras Paralisadas – SINFRA

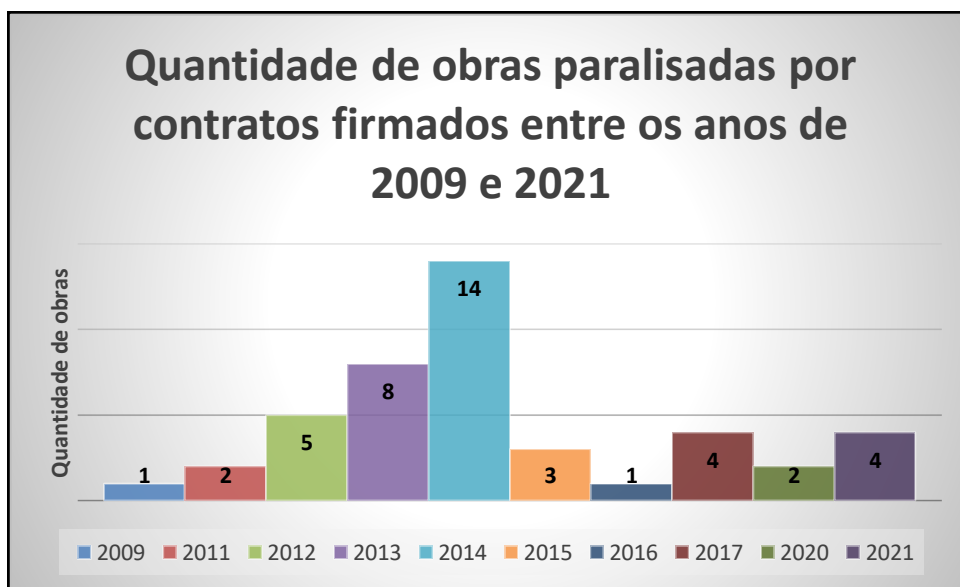




Quadro 47 – Quantidade de obras paralisadas oriundas de contratos firmados entre os anos de 2009 e 2021 - SINFRA

Ano do Contrato	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2020	2021	Total
Quantidade Obras (un.)	1	2	5	8	14	3	1	4	2	4	44

Gráfico 6 – Quantidade de obras paralisadas por contratos firmados entre os anos de 2009 e 2021– SINFRA



Diante dos dados acima apresentados nota-se uma redução significativa no número de obras paralisadas em relação ao exercício de 2020, uma vez que naquele exercício o total de obras paralisadas somavam 187²³¹, já em 2021 constam 44 obras, uma redução de 76,47%.

Assevera-se que do total das obras paralisadas, 86% (38 obras) se referem a obras executadas por meio de contratos firmados no período de 2009 a 2017, com maior concentração entre 2013 e 2014, época da Copa do Mundo Fifa 2014 e do

²³¹ Processo nº 221538/2020 – Relatório Técnico Preliminar Contas Anuais Governo 2020 (Doc. Control- P nº 101909/2021)





lançamento do Programa MT-Integrado.

O ideal, e possível, de acordo com um dos princípios basilares da Administração Pública, o da eficiência, seria que todas as obras só deveriam ser paralisadas após sua total conclusão, promovendo assim, a criação de patrimônio da Estado, e ainda gerando os benefícios à toda população.

Mas o que se vê são obras, de responsabilidade do Executivo de Mato Grosso, onde já foram dispendidas elevadas quantidades de recursos público, paradas, sem poder cumprir a função para a qual teria sido destinada e gerando prejuízo financeiro e estrutural ao Estado.

A Administração Pública Estadual deve se atentar para o cumprimento das prioridades e metas, para o exercício de 2021, estabelecidas no art. 3º da Lei nº 11.241/2020 (LDO 2021):

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício financeiro de 2021 constarão de Anexo do Plano Plurianual para o período de 2020-2023, conforme o § 9º do art. 164 da Constituição Estadual.

E, ainda, para execução de obras públicas deve incluir e priorizar além de recursos para a conclusão das obras iniciadas, meios para a manutenção das obras concluídas ou preservação do Patrimônio Público.

Não custa ressaltar que cada obra paralisada significa desperdício de dinheiro público, que deveria ser revestido em ações de alcance social abrangente a população, principalmente às mais carentes.

As obras paralisadas representam, além de evidente descumprimento de normas legais, falta de planejamento eficiente, em muitos casos, ausência de comprometimento por parte dos servidores envolvidos tanto na fase de contratação quanto na de execução, mais especificamente no momento da fiscalização, além de retrocesso ao crescimento do município envolvido e elevado custo, uma vez que uma obra paralisada, após iniciada novamente, passa por adaptações e ajustes que serão





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

onerosos aos cofres públicos.

A seguir, demonstra-se uma relação de obras, de grande importância para o a capital de Estado de Mato Grosso, que se encontram paralisadas, mas que se estivessem sido finalizadas dentro do prazo estipulado no acordo inicial, trariam grandes benefícios à sociedade como aquecimento do comércio local, melhor na mobilidade urbana, embelezamento das vias da capital, dentre outros.

As "heranças" da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá

 <p>COT Barra do Pari Planejado para atender treinos das seleções no Mundial de 2014, miniestádio foi abandonado à própria sorte muito antes de ficar pronto. <small>Imagem: Bruno Braz / UOL Esporte</small></p>	 <p>VLT O projeto do VLT já custou mais de R\$ 1 bilhão e não ficou nem 50% pronto. Seus trens estão parados em um terreno ao lado do aeroporto. <small>Imagem: Bruno Braz / UOL Esporte</small></p>
 <p>Hospital Universitário Júlio Muller Obras foram paralisadas com apenas 9% de conclusão. Em 2020, o Governo emitiu ordem para retomá-las, mas elas ainda estão na "fase de projetos". <small>Imagem: Secom-MT</small></p>	 <p>Córrego da Avenida 8 de Abril Segundo a assessoria do Governo, 98% das obras estão executadas, mas ao se passar pela avenida ainda se encontram reparos no córrego. <small>Imagem: Bruno Braz / UOL Esporte</small></p>
 <p>Trincheira Jurumirim Foram diagnosticadas falhas no pavimento na obra original, o que fez com que o local passasse por novos reparos. E estes ainda estão em fase inicial. <small>Imagem: Secom-MT</small></p>	 <p>COT da UFMT O Centro Olímpico de Treinamento da Universidade Federal de Mato Grosso ficou pronto somente ano passado, seis anos após a Copa. <small>Imagem: Marcos Vargueliro/Secom-MT</small></p>
 <p>Duplicação da Avenida Parque do Barbado Em janeiro de 2020 o Governo concluiu as obras de duplicação da Avenida Parque do Barbado. <small>Imagem: Secom-MT</small></p>	 <p>Arena Pantanal Inaugurada pouco antes do Mundial de 2014, Arena Pantanal passa por reformas que foram paralisadas por conta da disputa da Copa América. <small>Imagem: Alexandre Schneider/Getty Images</small></p>

<https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/sede-da-copa-america-cuiaba-carrega-heranca-maldita-do-mundial-de-2014/#page2>. Acesso em 16.3.2022.

Dentre as obras relacionadas acima, a que mais causa indignação na população é a do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que foi projetado para ficar pronto em 2013 orçado





em R\$ 1,4 bilhão. Porém, passados nove anos, somente 50% das obras ficaram prontas, já com um gasto de mais de R\$ 1 bilhão.

Para tentar resolver esse problema de locomoção da população local, no ano de 2020, o Governador do Estado, decidiu, não mais levar a obra do VLT adiante, optando por substituí-la por um outro sistema de transporte coletivo o BRT (Ônibus de Trânsito Rápido).

Trata-se de um sistema de transporte de massa sobre pneus, que possui alta capacidade de realizar um serviço rápido e eficiente, que conta a utilização de corredores exclusivos, permitindo menos interação dos ônibus com os demais veículos.

Assim, como a obra do VLT, todas as obras que estão paralisadas, representam falta de planejamento, desaproveitamento de recursos públicos, falha na execução e fiscalização e falta de compromisso do gestor tanto os com o recurso alheio quanto com o cidadão.

Por fim, frisa-se que o percentual de obras paralisadas por estar sem medição por período de 90 dias supera 47% (21 obras) do total analisado (44 obras).

Em relação ao elevado percentual, mostra-se viável a análise, por parte dos órgãos responsáveis, das situações cadastradas como “iniciada” ou “reiniciada” e que não apresentam avanço nas medições em decorrência da finalização da obra e, se o for o caso, os responsáveis adequarem a situação da obra para um dos status de obra concluída (“concluída e não recebida”; “concluída e recebida provisoriamente”, “concluída e recebida definitivamente”), assegurando maior transparência da informação prestada ao Tribunal e à sociedade.

Repisa-se que em relação à “situação da obra” que apresenta o status de “Paralisada por rescisão contratual”, que o Sistema Geo-Obras possui a classificação de Obra “Reiniciada por meio de outro Contrato”; dessa forma, importante que providências sejam tomadas no sentido de atualização do cadastro no referido sistema, caso a obra tenha sido objeto de outra contratação.





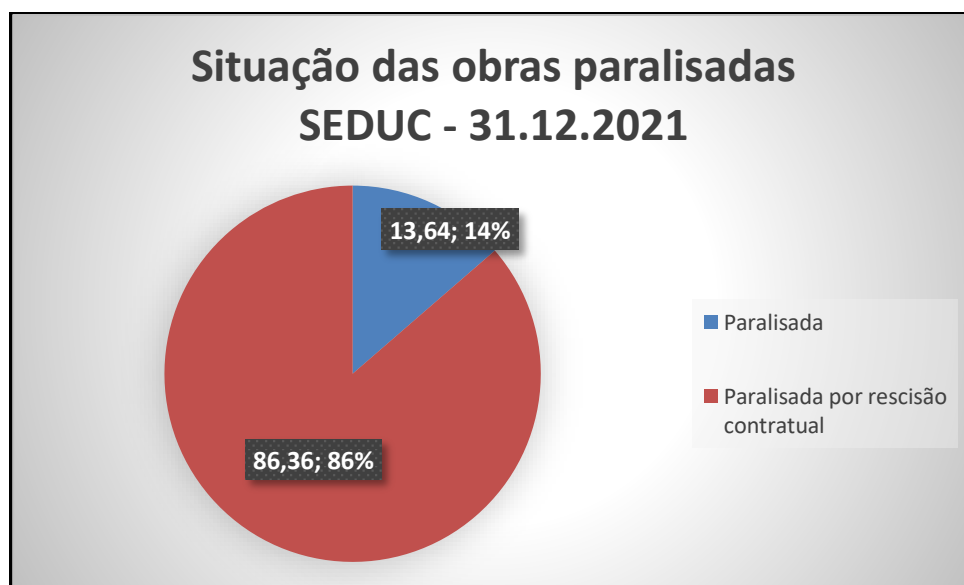
5.2. Relação de obras paralisadas sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

De dados extraídos do Sistema *Radar* TCE/MT, referentes a obras do exercício de 2021, constatou-se a existência de 22 obras paralisadas, somando um valor total de R\$ 61.842.978,47, sendo R\$ 11.082.235,12 com medição acumulada, e R\$ 50.760.743,35, pendente de medição, ou seja, apenas 17,92% dos serviços foram medidos, e o que representa mais de 82% de serviços ainda não medidos.

Quadro 48 – Situação e quantidade de obras paralisadas a cargo da SEDUC

Situação da obra	Quantidade de Obras (unidade)	%
Paralisada	3	13,64
Paralisada por rescisão contratual	19	86,36
Total	22	100,00

Gráfico 7 - Percentual da Situação das Obras Paralisadas– SEDUC

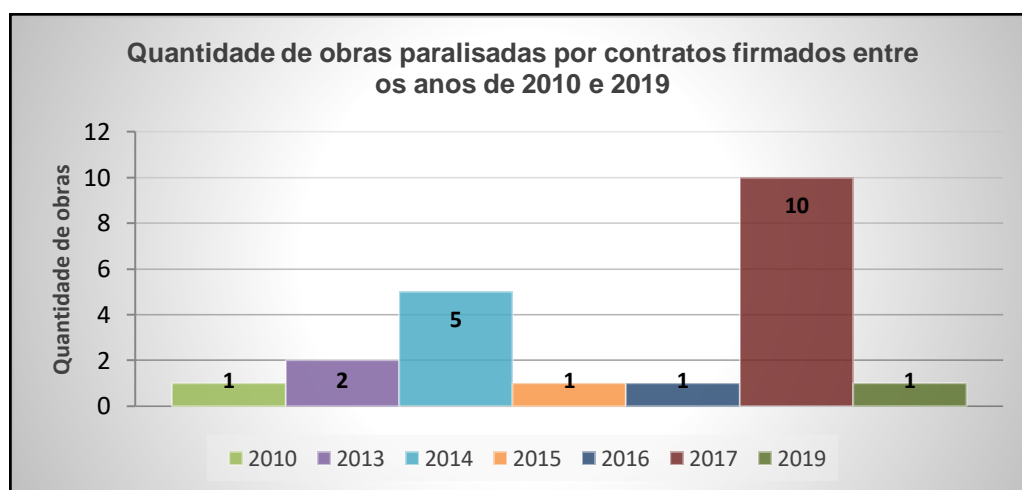




Quadro 49– Quantidade de obras paralisadas oriundas de contratos firmados entre os anos de 2010 e 2019 - SEDUC

Ano do Contrato	2010	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Qtidade. Obras (un.)	1	2	5	1	1	10	1	1	22

Gráfico 8 – Quantidade de obras paralisadas por contratos firmados entre os anos de 2010 e 2019– SEDUC



Diante dos dados acima apresentados nota-se uma redução significativa no número de obras paralisadas em relação ao exercício de 2020, uma vez que naquele exercício o total de obras paralisadas somavam 136²³², já em 2021 constam 22 obras, uma redução de 83,83%.

Assevera-se que do total das obras paralisadas, mais de 45% (10) se referem a obras executadas por meio de contratos firmados no ano de 2017, o que revela que ainda novos projetos de investimento estão sendo iniciados, enquanto os antigos permanecem paralisados e não concluídos ou existem falhas na prestação de

²³² Processo nº 221538/2020 – Relatório Técnico Preliminar Contas Anuais Governo 2020 (Doc. Control- P nº 101909/2021)





contas ao Tribunal, por meio do Sistema Geo-Obras, em relação a estas obras.

Ademais, frisa-se que o percentual de obras paralisadas por rescisão contratual supera 86% do total. Importante frisar, em relação à “situação da obra”, que o Sistema Geo-Obras possui a classificação de Obra “Reiniciada por meio de outro Contrato”; dessa forma, importante que providências sejam tomadas no sentido de atualização do cadastro no referido sistema, caso a obra tenha sido objeto de outra contratação.

De igual importância seria análise, por parte dos órgãos responsáveis, das situações cadastradas como “iniciada” ou “reiniciada” e que não apresentam avanço nas medições em decorrência da finalização da obra. Neste caso, caberia aos responsáveis adequarem a situação da obra para um dos status de obra concluída (“concluída e não recebida”; “concluída e recebida provisoriamente”, “concluída e recebida definitivamente”), assegurando maior transparência da informação prestada ao Tribunal e à sociedade.

As obras inacabadas prejudicam alunos de escolas que muitas vezes ou





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

são dispensados ou estudam em salas provisórias.



Seduc realiza licitação para retomada das obras de escola em Sinop

Quinta-feira, 06 de Maio de 2021 às 09:45

Envelopes com propostas serão abertos no dia 21 de maio; custo máximo é de R\$ 1,9 milhão

Andréia Fontes | Seduc-MT



Obra iniciada em 2013 sofreu várias paralisações - Foto por: Site GC Notícias

A secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) publicou tomada de preços para retomada das obras da Escola Profª Cleufa Hubner, localizada no bairro Jardim das Nações, em Sinop (500 km ao norte de Cuiabá). A construção, iniciada em 2013, sofreu várias paralisações.

A sessão pública para abertura dos envelopes será realizada no dia 21 de maio, das 9h às 9h30, na sala de licitação da Seduc, em Cuiabá.

O custo global máximo do certame é de R\$ 1.929.119,00, sendo que a proposta com o menor preço será a vencedora.

“A retomada desta obra é uma ação há tempo aguardada pela comunidade. Nossa equipe da Seduc foi atrás para resolver as pendências administrativas que atrasavam a continuidade da obra. Essa escola terá um ambiente atrativo e que vai auxiliar a aprendizagem dos nossos jovens. A meta do governador Mauro Mendes é finalizar e entregar todas as obras inacabadas para a comunidade escolar”, ressalta o secretário de Estado de Educação, Alan Porto.

<http://www3.seduc.mt.gov.br/-/17015214-seduc-realiza-licitacao-para-retomada-das-obras-de-escola-em-sinop> Acesso em 22.3.2022





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

MT tem escolas que não retornaram aulas presenciais por estrutura precária e necessidade de reforma

Algumas obras estão paradas desde 2018 e outras iniciaram na pandemia, mas ainda não foram finalizadas.

Por Sérgio Borges, TV Centro América
04/08/2021 16h39 • Atualizado há 7 meses



Depois de mais de 1 ano sem receber alunos, tem escola estadual que não reabriu

Após um ano e meio com aulas remotas, algumas escolas da rede estadual ainda não estão preparadas para o retorno do ensino presencial devido à estrutura precária e reformas inacabadas. Algumas obras de melhorias iniciaram durante a pandemia, mas ainda não foram finalizadas.

<https://g1.globo.com/m/mato-grosso/noticia/2021/08/04/mt-tem-escolas-que-nao-retornaram-aulas-presenciais-por-estrutura-precaria-e-necessidade-de-reforma.ghtml>
Acesso em 22.3.2022

A educação de qualidade representa o alicerce de uma sociedade desenvolvida e justa, o conhecimento constitui ponto estratégico para o crescimento econômico, político e social.

As estruturas físicas das unidades escolares representam um dos principais atrativos para fazer com que os alunos se sintam motivados a continuarem a frequentar o ambiente escolar, assim, é dever do Estado de Mato Grosso, utilizar os recursos destinados à educação para disponibilizar ambientes de qualidade, atrativos e dignos, para que os alunos mato-grossenses possam frequentar as aulas com interesse e vontade de aprender e crescer como cidadão capaz de modificar positivamente a sociedade em que vive.

Uma gestão de qualidade que se preocupa com educação de seus alunos, busca inovação, melhoria, não se acomoda, procura continuamente por ferramentas e modos de oferecer um ambiente facilitador do aprendizado, que contribuirá para o





desenvolvimento socioemocional e técnico dos alunos.

5.3. CONCLUSÃO DO TÓPICO 5

Ante o exposto, recomenda-se ao Exmo. Conselheiro Relator que notifique o Governo do Estado para tomar ciência dos fatos e se manifestar quanto as providências que estão sendo adotadas pelo Executivo Estadual em relação à previsão orçamentária para a retomada dessas obras, conforme o art. 45 da LRF, ou se for o caso, a atualização do cadastro dessas obras no Sistema GEO-OBRASTCE/MT.





6. CONCLUSÃO

Diante do exposto neste relatório, sugere-se ao Exmo. Conselheiro Relator que determine a citação do Exmo. Governador de Estado, Sr. Mauro Mendes Ferreira, para que apresente suas alegações de defesa ou as providências adotadas quanto ao teor dos apontamentos referentes às obras sob a responsabilidade do Governo do Estado.

É o relatório.

Cuiabá/MT, 27 de abril de 2022.

Elisângela Luz Alves da Guia
Auditora Pública Externa

Patrícia Lopes Griggi Pedrosa
Supervisora de Controle Externo de Obras
e Infraestrutura

André Luiz Souza Ramos
Secretário de Controle Externo de Obras
e Infraestrutura

